

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DCG – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA DAS NEVES MEDEIROS DE MELO

MIGRAÇÃO DE RETORNO
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DINÂMICA ECONÔMICA NO ESTADO DE
PERNAMBUCO

Recife
2014

MARIA DAS NEVES MEDEIROS DE MELO

MIGRAÇÃO DE RETORNO
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DINÂMICA ECONÔMICA NO ESTADO DE
PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador (a):
Prof. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes.

Co-orientador (a):
Dr. Wilson Fusco

Recife
2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M528m Melo, Maria das Neves Medeiros de.
Migração de retorno : distribuição espacial e dinâmica econômica no
Estado de Pernambuco / Maria das Neves Medeiros de Melo. – Recife: O
autor, 2014.
116 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Cristina de Almeida Fernandes.
Coorientador: Prof. Dr. Wilson Fusco.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.
Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Migração. 3. Migração de retorno – Pernambuco. I.
Fernandes, Ana Cristina de Almeida (Orientadora). II. Fusco, Wilson
(Coorientador). III. Título.

910 CDD (22. ed.)
UFPE (CFCH2014-82)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA DAS NEVES MEDEIROS DE MELO

“MIGRAÇÃO DE RETORNO: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DINÂMICA ECONÔMICA
NO ESTADO DE PERNAMBUCO”

Dissertação defendida e APROVADA pela banca examinadora:

Orientador: _____
Dra. ANA CRISTINA DE ALMEIDA FERNANDES (UFPE)

Có-orientador: _____
Dr. WILSON FUSCO (FUNDAJ)

2º Examinador: _____
Dr. BERTRAND ROGER GUILLAUME COZIC (UFPE)

3º Examinador: _____
Dr. RICARDO OJIMA (UFRN)

RECIFE – PE

15/07/2014

A meu pai.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Wilson Fusco, pelos primeiros passos desde a iniciação científica, pelo apoio e confiança que sempre me passou, pelos conselhos, sempre em boa hora, e pelo caminho que me mostrou e que tem me ajudado a trilhar. À minha orientadora Ana Cristina Fernandes pelo exemplo dado desde a graduação, pelo entusiasmo e pela confiança que em mim depositou e por aceitar percorrer comigo este caminho. Aos membros da banca examinadora, Professor Bertrand Cozic e ao Professor Ricardo Ojima por terem aceitado participar da avaliação deste trabalho, além dos professores Nilson Crócia e Kléber Fernandes de Oliveira pela participação como suplentes. A Fundação Joaquim Nabuco pelo incentivo e motivação, em especial aos pesquisadores da Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais (CGEP). A Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) pela contemplação com a bolsa de estudos e pelo incentivo científico. Aos professores e colegas do Grupo de Pesquisa em Inovação Tecnologia e Território (GRITT) responsáveis sob grande parte da minha formação acadêmica e profissional. Agradeço imensamente aos amigos de sempre e aos novos amigos pelo companheirismo, por estarem presentes nos bons e maus momentos, pela paciência, ajuda e compreensão. Ao meu querido companheiro por todo carinho, amor e dedicação, sempre. Agradeço à minha família, em especial aos meus irmãos, que se mantiveram sempre confiantes, apoiando e incentivando cada decisão, celebrando cada vitória. À minha mãe, que enfrentou bravamente as minhas oscilações de humor, e se manteve sempre firme no propósito essencial de todas as mães: promover, garantir e manter a todo custo, a felicidade dos filhos. E finalmente, agradeço em especial a meu pai, de quem herdei todas as qualidades e defeitos, por todos os ensinamentos, pelo carinho, pelo maravilhoso exemplo de caráter e humildade dado a mim a meus irmãos e pelo brilhantismo que nos inspirou e que nos inspira até hoje, esteja onde estiver.

RESUMO

A migração de nordestinos para a região sudeste entre os anos 1930 e 1970 foi um dos maiores fenômenos da dinâmica demográfica no Brasil. As mudanças nos padrões deste fluxo só foram identificadas no final dos anos 1970 quando inicia-se a redução no volume de migrantes em direção a cidade de São Paulo e já no final da década de 1980 começam a ser observados os movimentos de retorno ao Nordeste e em especial ao estado de Pernambuco, um dos que mais perdia população. Tendo em vista a hipótese de que a migração de retorno pode ser considerada uma ferramenta para se fazer a análise regional, ao passo que é motivada, em grande parte pelas mudanças na dinâmica econômicas das sociedades de origem e destino, tem-se como objetivo principal deste trabalho analisar a distribuição espacial dos migrantes de retorno, dividindo-os entre os que retornaram para seus municípios de nascimento e os que retornaram para o estado de nascimento (Pernambuco) bem como caracterizar o seu perfil socioeconômico e ocupacional, utilizando os bancos de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, além de tentar identificar que fatores da dinâmica econômica atuaram neste recente fluxo migratório. Os resultados indicaram diferenças na distribuição espacial de cada tipo de retornado. Os que retornam para o município de origem se encontram espalhados em todo o interior do estado, enquanto que os retornados para o estado encontram-se fortemente concentrados nos municípios de economia mais dinâmica e na Região Metropolitana de Recife. Os retornados do estado também apresentam um maior nível de escolaridade e renda, além de serem um pouco mais velhos do que os que retornaram ao município de nascimento, e se concentram em setores de atividade predominantemente urbanos como o setor de comércio e serviços.

Palavras-chave: dinâmica econômica; distribuição espacial; migração de retorno; Pernambuco

ABSTRACT

The migration from northeasters to the Southeast region between the years 1930 and 1970 was one of the greatest phenomena of the demographic dynamics in Brazil. Changes in the patterns of this flow were only identified in the late 1970s when the reduction of the volume of migrants heading to Sao Paulo starts and already at the end of the 1980s return movements to the Northeast begin to be observed and in particular to the state of Pernambuco, one of which was losing more population. Given the hypothesis that return migration can be considered a tool to make regional analysis, whereas it is driven largely by changes in the economic dynamics of the societies of origin and destination, this work aims to analyze the spatial distribution of return migrants, dividing them between those who returned to their birth cities and those who returned to their birth state (Pernambuco) as well as to characterize their socioeconomic and occupational characteristics, using the databases of the 2000 and 2010 Demographic Censuses, besides trying to identify what factors of economic dynamics acted in this recent migration flow. The results indicate differences in the spatial distribution of each returned type. Those who return to the city of origin are spread throughout the state, while those who return to the state of origin are heavily concentrated in the municipalities of more dynamic economy and in the Metropolitan Region of Recife. The ones that returned to the state also have a higher level of education and income, besides being a little older than those who returned to the city of birth, and they are concentrated predominantly in urban activity sectors such as trade and services sectors.

Key-words: economic dynamics; spatial distribution; return migration; Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Fatores nos locais de origem e de destino e obstáculos intervenientes das migrações.	22
Figura 2 – Esquema de identificação do migrante data-fixa nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).	38
Figura 3 – Fluxos interestaduais referentes aos imigrantes de retorno (data fixa) – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	57
Figura 4 – Mapa do estado de Pernambuco subdividido em Regiões Fisiográficas, Microrregiões, Regiões de Desenvolvimento e Municípios	62
Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Estado de Pernambuco no ano 2000 (IDH-M)	68
Figura 6 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Estado de Pernambuco no ano 2010 (IDH-M)	69
Figura 7 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para o município de nascimento (PE) no ano de 2000 segundo o quesito data fixa.	75
Figura 8 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para o município de nascimento (PE) no ano de 2010 segundo o quesito data fixa.	76
Figura 9 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para a UF de nascimento (PE) no ano de 2000 segundo o quesito data fixa.	78
Figura 10 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para a UF de nascimento (PE) no ano de 2010 segundo o quesito data fixa.	79
Figura 11 – Pirâmides etárias dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)	86
Figura 12 – Níveis de instrução dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)	91
Figura 13 – Faixas de renda de Salário Mínimo (SM) dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)	97

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação relativa dos imigrantes de retorno data fixa no total de imigrantes, segundo as Unidades da Federação – 1986/1991,1995/2000 e 2005/2010	56
Gráfico 2 – PIB per capita das Microrregiões de Pernambuco (2010)	67
Gráfico 3 – Estado civil dos não-migrantes do estado de Pernambuco em 2000 e 2010	83
Gráfico 4 – Estado civil dos retornados do município do estado de Pernambuco em 2000 e 2010	84
Gráfico 5 – Estado civil dos retornados da UF do estado de Pernambuco em 2000 e 2010	84
Gráfico 6 – Faixas de idade dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrência cronológica das secas documentadas no Nordeste (até o século XIX)	44
Tabela 2 – População total do estado de São Paulo e porcentagem de crescimento. (1872-1940)	49
Tabela 3 – Ocorrência cronológica das secas documentadas no Nordeste no século XX (1900 até 1994)	50
Tabela 4 – Naturais ausentes segundo estado de nascimento (1940-1970)	52
Tabela 5 – Total absoluto dos naturais ausentes, naturais ausentes residentes no estado de São Paulo e Porcentagem dos naturais ausentes residentes no estado de São Paulo (1940-1970)	53
Tabela 6 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório (data fixa) segundo os estados da região Nordeste e estado de São Paulo - 1986/1991,1995/2000 e 2005/2010	55
Tabela 7 – PIB (R\$ mil) por Unidades da Federação do Nordeste e Grande Região Nordeste - Brasil, 2000-2010	63
Tabela 8 – PIB por Microrregião do Estado de Pernambuco -R\$ de 2000 (mil) e participação relativa - para os anos de 2000 e 2010	65
Tabela 9 – População total das microrregiões do estado de Pernambuco para os anos de 2000 e 2010	66
Tabela 10 – Número total de não-migrantes, retornados de São Paulo para o município de nascimento e retornados de São Paulo para a UF de Pernambuco em 2000 e 2010 (Data Fixa)	72
Tabela 11 – Situação do domicílio dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF em 2000 e 2010	73
Tabela 12 – Local de residência dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF em 2000 e 2010	73
Tabela 13 – Relação com o responsável pelo domicílio dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF em 2000 e 2010	80
Tabela 14 – Motivo principal da mudança dos indivíduos que realizaram algum movimento migratório (para outro município ou para outra UF ou	

país estrangeiro) em Pernambuco,2001	81
Tabela 15 – Não-migrantes, retornados do município e retornados da UF com 20 anos ou mais de idade e que possuíam ou não trabalho remunerado nas semanas de referência dos Censos em 2000 e 2010	93
Tabela 16 – Não-migrantes, retornados do município e retornados da UF com 20 anos ou mais de idade e que eram ou não aposentados de instituto de previdência oficial nos Censos 2000 e 2010	94
Tabela 17 – Condição no trabalho dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco com 20 anos ou mais de idade (2000 – 2010)	95
Tabela 18 – Setor de atividade dos não-migrantes do estado de Pernambuco (2000)	99
Tabela 19 – Setor de atividade dos não-migrantes do estado de Pernambuco (2010)	100
Tabela 20 – Setor de atividade dos retornados do município do estado de Pernambuco (2000)	101
Tabela 21 – Setor de atividade dos retornados do município do estado de Pernambuco (2010)	102
Tabela 22 – Setor de atividade dos retornados da UF do estado de Pernambuco (2000)	103
Tabela 23 – Setor de atividade dos retornados da UF do estado de Pernambuco (2010)	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
CNAE	Classificação de Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar
ENDEF	Estudo Nacional de Despesas Familiares
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RD	Regiões de Desenvolvimento
RMR	Região Metropolitana de Recife
SM	Salário Mínimo
SEPLAN/PR	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UF	Unidade da Federação
AL	Alagoas
BA	Bahia
CE	Ceará
MA	Maranhão
PA	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
RN	Rio Grande do Norte
SP	São Paulo
SE	Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	
MIGRAÇÃO DE RETORNO EM PERNAMBUCO: O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	20
1.1 Migração de retorno: breve panorama conceitual	20
1.2 Estudos de migração de retorno no Brasil	26
1.3 Problemáticas metodológicas: formas de mensuração e bases de dados	32
1.4 Abordagem metodológica e procedimentos	34
CAPÍTULO 2	
CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: O FLUXO PERNAMBUCO-SÃO PAULO-PERNAMBUCO	42
2.1 Pernambuco: os antecedentes dos movimentos	42
2.2 São Paulo: os antecedentes dos movimentos	45
2.3 O fluxo Pernambuco-São Paulo	49
2.4 A redução do volume de migração para São Paulo e o fluxo de retorno para o estado de Pernambuco	54
CAPÍTULO 3	
RETORNADOS PERNAMBUCANOS NAS DÉCADAS DE 2000 E 2010	59
3.1 O estado de Pernambuco: caracterização geográfica e contexto econômico recente	59
3.2 Para onde vão os retornados? Distribuição espacial da população migrante	70
3.3 Quem são os retornados? Perfil socioeconômico e ocupacional da população migrante de retorno (município e UF de nascimento) em 2000 e 2010	80
3.3.1 Sexo/idade	85
3.3.2 Nível de Instrução	89
3.3.3 Trabalho e Renda	92
3.3.4 Setor de atividade	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	114

INTRODUÇÃO

A migração pode ser encarada como um mecanismo de redistribuição da força de trabalho quando observada no âmbito de uma sociedade regulada pelo modo capitalista de produção. Dessa forma, se torna essencial entender como o fator econômico de uma sociedade capitalista permeia os processos migratórios trançando sua história, que é o que dá sentido aos fluxos migratórios (SINGER, 1976).

Por esse motivo, se sobrepostos um mapa da rede urbana brasileira e um mapa de fluxos migratórios em um mesmo recorte temporal, seria possível observar algumas semelhanças nos comportamentos dos vetores de origem e destino dos fluxos de pessoas e mercadorias, bem como a maior densidade demográfica em áreas mais dinâmicas economicamente e com maior contingente populacional migrante.

Fica evidente, assim, que o capital não está fixo em um determinado lugar, bem como não estão as populações excedentes que representam importante fator para a produção capitalista. O caráter fluido desses dois aspectos permanece (HARVEY, 2011). As populações movimentam-se para todos os lugares buscando melhores condições de vida e trabalho.

Estes movimentos populacionais expressam as desigualdades criadas pela acumulação capitalista as quais, em geral, resultam de contradições no processo de valorização que favorecem algumas regiões em contrapartida à desvalorização de outras. Mas, como o capital está sempre em movimento, dependendo dos interesses específicos das diferentes frações de capital, regiões dinâmicas e estagnadas podem mudar de configuração com o tempo. Essas desigualdades podem ser encaradas como um dos principais motivos que guiam as migrações para as áreas mais dinâmicas nos moldes capitalistas (SINGER, 1976).

Associada ao processo de crescimento acelerado da economia brasileira que aprofundou as desigualdades regionais no país, a migração de nordestinos para a região sudeste entre os anos 1930 e 1970 foi um dos maiores fenômenos da dinâmica demográfica no Brasil.

As mudanças nos padrões deste fluxo só foram identificadas no final dos anos 1970 quando se inicia a redução no volume de migrantes em direção à cidade de São Paulo, processo esse que só se fez evidente no Censo de 1991 – tendo em vista a defasagem entre os deslocamentos das atividades industriais e os deslocamentos populacionais e o fato de que é neste Censo em que será captada a realidade da década de 1980 – Tal redução no volume de

migrantes acompanhava a queda do ritmo do crescimento econômico no centro dinâmico do país, decorrente da crise do modelo de desenvolvimento (NOVY E FERNANDES, 2002). Foi neste período também que se revelaram os movimentos de retorno dos migrantes aos seus locais de origem, tendência que ascendeu e foi registrada pelo Censo de 2000 (BAENINGER, 2008).

O outro lado desta mesma moeda, nos últimos 20 anos, é a redução do impulso emigratório do estado de Pernambuco o qual tem sido contraposto ao crescimento da atração de imigrantes de outras regiões devido a mudanças estruturais que a economia estadual vem atravessando mais recentemente. Com o advento destas mudanças, foi possível aos poucos observar o aumento do contra fluxo migratório oriundo, principalmente, de alguns estados do sudeste em direção à região Nordeste. Essa dinâmica pode ser expressa em processos migratórios de retorno, além de fluxos de imigrantes não naturais da região Nordeste.

Tais movimentos de retorno ao longo destas quatro décadas foram estimulados assim por fatores observados em dois momentos distintos. Em um primeiro momento, durante as décadas de 1980 e 1990, o estado de Pernambuco recebeu de volta um grande volume de migrantes de retorno impulsionados pela queda da oferta de emprego – especialmente na indústria – na região Sudeste, predominantemente no estado de São Paulo, resultante da crise do modelo de desenvolvimento que atingia fortemente a metrópole paulista (FERNANDES E NEGREIROS, 2004). Em paralelo, a aceleração da urbanização após a consolidação da indústria pesada e o aumento das camadas mais pobres geraram problemas de crescimento no centro dinâmico, o que fortaleceu os movimentos de interiorização da indústria no território paulista, alterando, posteriormente, os fluxos migratórios oriundos da região Nordeste (CANO, 1998).

No segundo momento (anos 2000-2010), a migração de retorno estaria mais associada a melhorias na dinâmica econômica de Pernambuco, do que em efeitos de expulsão gerados pela crise do centro dinâmico. Neste período, novos investimentos públicos e privados são implantados na região, associados a políticas públicas de desconcentração de investimentos em infraestrutura econômica e produção de bens intermediários e de elevação da renda das famílias, com o consequente aumento na oferta de trabalho (LIMA, J. P. R. et al, 2007). Vale salientar, porém, que na década de 2000, embora ainda considerável, o volume da migração de retorno começa a reduzir.

Como defende Singer (1976), estes movimentos acompanham a dinâmica da economia, o que pode ser observado por meio do comportamento do produto interno bruto das regiões Nordeste e Sudeste nos períodos analisados. A taxa de crescimento acumulado

entre os anos 1980 e 1990 na região Sudeste não passou de 15%, ao passo que o Nordeste contabilizava 31% no mesmo período, estimulando o movimento de retorno. Em 2000-2010, a taxa de crescimento acumulado do Sudeste melhora, alcançando 35%, sinalizando melhora também na oferta de postos de trabalho, mas bem inferior aos 54% da taxa da região Nordeste, o que ainda mantém atrativo o fluxo de retorno, embora em menor proporção (IPEADATA, 2014).

Tendo em vista que a migração de retorno pode ser considerada uma ferramenta de análise regional motivada, em grande, parte pelas mudanças na dinâmica econômica das sociedades de origem e destino, movimentos populacionais desta natureza estimulam questionamentos acerca do perfil do migrante de retorno. Neste sentido, tem-se como objetivo principal deste trabalho analisar a distribuição espacial dos migrantes pernambucanos que retornaram do estado de São Paulo nas décadas de 2000 e 2010, associando-se as características de seu perfil socioeconômico e ocupacional com os fatores da dinâmica econômica que atuaram no fluxo migratório observado.

A partir deste objetivo principal foram definidos como objetivos específicos: caracterizar historicamente os fluxos e os processos migratórios no estado de Pernambuco em função da dinâmica econômica em escala macrorregional; analisar as diferenças ou semelhanças no perfil dos migrantes de retorno frente aos não migrantes do estado de Pernambuco ao longo dos anos analisados; e identificar quais regiões do estado de Pernambuco atraem a maior parte dos fluxos de retorno.

Foi considerado como migrante de retorno aquele indivíduo que nasceu no estado de Pernambuco, fez movimento migratório para o estado de São Paulo e foi recenseado no município de nascimento ou na unidade da federação (UF) de nascimento, utilizando-se os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do quesito data fixa. Esta variável permite identificar a unidade da federação em que o migrante se encontrava cinco anos antes da semana de referência do Censo realizado, permitindo filtrar apenas o grupo de migrantes que retornaram do estado de São Paulo em direção a Pernambuco nos períodos analisados.

Para este trabalho, os migrantes de retorno foram divididos em dois grupos: aqueles que declararam retornar para os municípios de nascimento e aqueles que declararam que não retornaram aos municípios de nascimento mas que nasceram no estado de Pernambuco. Essa divisão foi adotada em função da hipótese da existência de diferenciais nos perfis entre os dois grupos de migrantes, uma vez que os retornados para a UF teriam um perfil ocupacional que lhes permite procurar melhores condições de trabalho, ao passo que os retornados ao seu município de nascimento poderiam estar voltando para o seu local de origem por ali

encontrarem menos dificuldades à sua reinserção ou para ali permanecerem apenas por um período intermediário até um novo movimento migratório.

Tendo em vista estes objetivos geral e específicos, o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o referencial conceitual e metodológico da pesquisa, no que diz respeito ao tema da migração de retorno, além de abordar os estudos de migração de retorno no Brasil, as problemáticas na utilização dos bancos de dados da pesquisa e os procedimentos metodológicos para obtenção dos resultados finais.

O segundo capítulo teve como objetivo a dissertação da trajetória histórica do fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, iniciando pelos antecedentes dos movimentos, a estrutura econômica dos dois estados antes dos primeiros movimentos migratórios, passando pelos primeiros fluxos de saída do estado de Pernambuco em direção a São Paulo, chegando, por fim, ao período de redução no volume deste fluxo migratório até a identificação do retorno ao estado e sua dinâmica recente.

Finalmente, o terceiro e último capítulo traz a caracterização geográfica do estado de Pernambuco, bem como o seu contexto econômico recente, a distribuição espacial destes migrantes de acordo com a sua categoria (retornados ao município de origem e à UF), além de expor os resultados do perfil socioeconômico e ocupacional dos não-migrantes, dos retornados ao município de nascimento e dos retornados para a UF de Pernambuco com base nos Censos de 2000 e 2010. Nas considerações finais, retoma-se a discussão da associação entre o perfil do migrante de retorno e a dinâmica econômica observada no estado no período analisado.

CAPÍTULO 1.

O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

We have already had occasion to refer to the fact that side by side with each mainstream or current of migrants there runs a counter-current, which more or less compensates for the losses sustained by emigration. This counter-current is strong in some cases, weak in others, and literally compensatory in a few instances. (RAVENSTEIN, 1885, p.187)

1.1 Migração de retorno: breve panorama conceitual

Foi com a afirmação acima citada que, em 1885, E.G. Ravenstein revelou o que seriam as primeiras impressões sobre o fenômeno da migração de retorno no contexto de acumulação capitalista no Reino Unido. Com base nos Censos Demográficos, Ravenstein pode observar que cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa que pode compensar ou não as perdas provocadas pela emigração. No entanto, em função da carência de informações precisas sobre os fluxos migratórios na época, se tornou inviável identificar a composição desta corrente contrária, ou seja, se era formada por migrantes que retornaram a sua terra natal ou indivíduos nascidos em outros lugares.

Não obstante, esta era a ideia principal que corroborava com o fato de que os movimentos migratórios identificados (principalmente os de longa distância) eram motivados por razões econômicas e que quanto maior e mais dinâmico fosse o local de destino, maior seria o seu contra fluxo. Sobre a referida corrente Ravenstein afirmava já no século XIX::

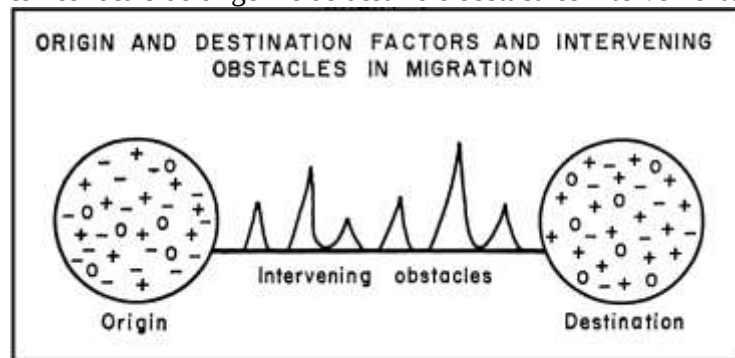
It includes, no doubt, many children of migrants, who have gone to the counties in which their parents were born, but the bulk of these migrants undoubtedly consists of persons whom business interests take away from their homes. (...)In the case of London, both the main and the counter-currents flow with considerable vigour. (...)Relatively strong are the counter-currents, which set towards the manufacturing districts, and more especially towards Lancashire and Yorkshire. This proves once more that the movements of migrants are governed in most instances by business considerations. (RAVENSTEIN, 1885, p.187)

Quase um século mais tarde, o trabalho de Ravenstein, que passou a servir de teoria inicial para os estudos sobre migração, aparece na introdução de um novo ponto de vista abordado por Everett Lee que, em 1965, publica o estudo *A theory on migration* no qual, num olhar mais estatístico, conecta a ideia da migração ao cenário econômico de uma determinada região, mas também considera as conexões humanas de extrema importância. Lee discorre sobre as chamadas Leis da Migração postuladas por Ravenstein em 1885 questionando suas mudanças e permanências no decorrer de um século. No que diz respeito especificamente à migração de retorno, Lee (1965, p. 48) aborda a mudança nos termos outrora utilizados por Ravenstein e comenta “*In modern terminology, stream and counterstream have been substituted for Ravenstein's current and counter-current*”.

Ainda sobre o tema do fluxo e refluxo, Lee identifica seis fatores na análise deste fenômeno, sendo estes: a) a migração tende a ocorrer, em grande parte, segundo correntes bem definidas; b) para cada corrente migratória importante, desenvolve-se uma contracorrente; c) a eficácia da corrente (razão entre a corrente e a contracorrente) é alta quando os fatores principais do desenvolvimento de uma corrente migratória são fatores negativos que prevalecem no local de origem; d) a eficiência da corrente e da contracorrente tende a ser baixa quando os locais de origem e destino são semelhantes; e) a eficiência das correntes migratórias tende a ser elevada quando os obstáculos intervenientes são grandes; f) a eficiência de uma corrente migratória varia com as condições econômicas, sendo elevada nas épocas de prosperidade e baixa nos períodos de depressão.

No intuito de facilitar a compreensão do raciocínio de Lee, é necessário observar os fatores do ato migratório, por ele postulados. Analisando a figura 1 é possível identificar os fatores que entram na decisão de migrar e o processo migratório, esquematizados sob quatro aspectos: os fatores do local de origem, os fatores do local de destino, os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais.

Figura 1 – Fatores nos locais de origem e de destino e obstáculos intervenientes das migrações.



Fonte: Lee (1965).

O estabelecimento de uma contracorrente pode se dar por diversos motivos. Segundo o raciocínio de Lee, um destes motivos é a diminuição ou o aumento dos fatores positivos ou negativos do local de origem, que podem ser traduzidos como fatores de atração ou expulsão, tomando-se como referência o cenário de um modelo capitalista de produção, onde a procura por melhores condições de vida e trabalho é o maior propulsor dos movimentos migratórios. Sobre a composição desta contracorrente Lee já utiliza o termo migrante de retorno – *returning migrants* - e não se distancia da interpretação de Ravenstein afirmando:

Accompanying the returning migrants will be their children born at destination and along with them will be people indigenous to the area of destination who have become aware of opportunities or amenities at the place of origin through stream migrants. (LEE, 1965, p. 55)

A eficiência da corrente migratória (razão entre a corrente e a contracorrente) é quase sempre definida por fatores positivos e/ou negativos das sociedades de origem e destino, sendo estes principalmente associados à dinâmica econômica do local. Durante os períodos de prosperidade econômica, as áreas de destino mais comuns (os grandes centros econômicos e industriais) expandem a corrente migratória, enquanto que a contracorrente (composta por migrantes de retorno e outros) permanece em número escasso. Em contrapartida, em momentos de crise, muitos migrantes passam a compor a contracorrente em direção aos seus lugares de origem.

A leitura dos estudos clássicos sobre migração bem como a análise do volume dos seus contrafluxos serviram como base para a emergência substancial de estudos de migração de retorno, permitindo a avaliação cada vez mais adequada dos sistemas de migração. O

aperfeiçoamento contínuo das técnicas de mensuração e de bancos de dados quantitativos, além do esforço constante das *surveys* de caráter qualitativo, propiciou um maior aprofundamento do fenômeno da migração de retorno, não apenas analisado sob o prisma econômico como também sob a perspectiva social e antropológica do ato de retornar.

A maioria dos estudos de migração de retorno encontram-se no âmbito do retorno internacional onde o ato de retornar é encarado como uma das etapas do ciclo vital da migração. Essa forma de análise foi estimulada devido ao caráter permanente dos grandes movimentos migratórios dos séculos XIX e XX caracterizados, em sua maioria, por migrações de longas distâncias, com fluxos oriundos – principalmente – de países menos desenvolvidos em direção as economias mais dinâmicas. Segundo Gmelch (1980) o fenômeno da migração de retorno foi, por vezes, negligenciado tendo em vista que as migrações internacionais permanentes – *one-way movement* – representavam a maior proporção dos casos de migração, sobre este tema o autor comenta “*The thousands of migrants who returned to their homelands (...) were barely noticed by social scientists*”. (GMELCH, 1980, p. 135).

Alguns outros fatores também deslocaram o foco das análises dos estudos de migração para longe dos retornados no mesmo período, como o contexto da urbanização massiva que levou a um movimento rural-urbano, que em função da sua enorme dimensão, provocou uma onda de estudos de quadros analíticos de apenas uma direção. Além disso, tem-se a natureza da área de trabalho da antropologia tradicional que envolvia a pesquisa por um período limitado em um espaço limitado, o que pode ter levado a uma visão da migração com um evento estático. Por fim, tem-se o fato de que o retorno é o aspecto mais difícil do ciclo migratório de ser quantificado.

No entanto, no fim do século XX a antropologia bem como as ciências afins começaram a observar a migração como um sistema, analisando os fluxos e os contra fluxos tanto nas sociedades de origem como nas de destino. Essa nova forma de análise estimulou os debates sobre migração de retorno principalmente no que diz respeito a sua abordagem conceitual e suas terminologias. Gmelch (1980) relata que

A wide variety of terms has been used to describe return migration: reflux migration, homeward migration, remigration, return flow, second-time migration, repatriation (...) Following its usage in most of the works reviewed here, return migration is defined as the movement of emigrants back to their homelands to resettle. (GMELCH, 1980, p. 136)

A definição adotada por Gmelch para migração de retorno como o movimento de emigrantes de volta para suas terras natais para se reestabelecer se adequa mais especificamente a migração de retorno internacional ou ainda para as migrações de retorno definitivas, aquelas em que o indivíduo não tem mais intenção de reemigrar. Aprofundando-se neste debate, Gmelch ainda sugere uma tipologia dos migrantes de retorno, classificando-os como aqueles que tem a intenção que sua migração seja temporária, e aqueles que tem a intenção que sua migração seja permanente. Para os dois tipos de retornados é feita uma análise dos motivos da migração de retorno na tentativa de identificar o sucesso ou o fracasso do movimento.

Apesar de sua análise possuir um forte caráter antropológico, onde foram estudados os processos de adaptação e reajustamento dos retornados bem como os impactos da migração de retorno nas sociedades de origem – no que diz respeito a aceitação dos não-migrantes e as relações sociais entre os dois grupos – Gmelch menciona o fator da busca por melhores condições de trabalho e renda como a maior motivação da emigração e consequentemente o insucesso na inserção laboral como uma grande motivação para o retorno.

Most return migrants originally emigrated from rural areas and small towns in developing regions. Their decision to leave was voluntary, yet motivated by economic necessity (...) Most went to major urban-industrial centers where they obtained unskilled jobs, which nevertheless paid far, more they could have earned at home. (GMELCH, 1980, p. 137)

Não obstante, especialmente na migração de retorno internacional, uma série de motivações não econômicas podem ser relacionadas. A importância de laços familiares e redes sociais é claramente refletida no processo de migração de retorno, além de sentimentos de lealdade e nostalgia pela terra natal. O retorno é visto desta maneira como a etapa final do ciclo migratório, tanto para migrantes temporários – que já emigraram com o objetivo de retornar ao fim da jornada – quanto para os que tinham a intenção de permanecer e enfrentam dificuldades financeiras e/ou sociais no local de destino.

Essa perspectiva da noção de retorno no ato migratório total foi analisada por Sayad (2000) no artigo “O retorno: elemento constitutivo da condição de migrante”, levando em consideração – de forma geral – o caso específico do retorno internacional. O retorno é abordado desta forma sob a escala do indivíduo, do ser migrante, e não somente como parte

do sistema. O poder simbólico do ato de retornar se encontra no centro do debate, bem como sua condição iminente.

A ideia de retorno está intrinsecamente circunscrita à denominação e à ideia mesma de emigração e imigração. Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures. (SAYAD, 2000, p. 11)

Nesta abordagem, o retorno do migrante seria algo além do próprio retorno a terra natal, seria um retorno a si, um retorno ao período anterior a emigração. No caso da migração internacional este fator possui um peso considerável uma vez que expressa o sentimento de pertencimento e identidade do migrante. Para Sayad (2000) o pertencimento é ao território nacional, ao grupo dos nacionais e a nacionalidade que lhes são comuns.

Todavia, apesar da ideia central trazida por Sayad levar em consideração sumariamente a perspectiva simbólica do retorno e seus aspectos sociais e psicológicos, a justificativa para o ato de emigrar em primeiro lugar se encontraria no trabalho.

O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional (...) O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente. (SAYAD, 2000, p. 21)

No artigo de Fazito (2010), o autor objetiva relacionar justamente estes dois aspectos que seriam fundamentais do retorno: a função simbólica de retorno em todo projeto migratório e a função estrutural que este desempenha nos sistemas de migração. Os retornados ocupariam fundamentalmente posições estruturais para a sustentação e organização dos sistemas de migração uma vez que agiriam como intermediadores dos fluxos entre origem e destino. Esta abordagem remete a ideia dos estudos de análise de redes sociais na migração que, quase sempre, estão ligadas ao processo de migração de retorno, tanto na migração interna quanto na internacional. Para Fazito (2010)

(...) parece evidente que os retornados desempenham funções singulares e essenciais a todo o processo social da migração. Seja quanto aos aspectos simbólicos e de legitimação social dos deslocamentos, seja quanto aos aspectos operativos dos fluxos. (FAZITO, 2010, p. 98)

A tendência dos estudos de migração de retorno é de sempre tratar cada população retornada como uma entidade especial e como uma experiência única. Sendo assim, é possível tentar identificar as singularidades de cada fluxo bem com seus aspectos semelhantes. Analisando o processo da migração de retorno como parte essencial da estrutura dos fluxos migratórios, internos ou internacionais, surge a necessidade de se identificar quais fatores de expulsão e atração (ou positivos e negativos) estão atuando nas sociedades de origem e destino, bem como caracterizar o perfil destas populações.

1.2 Estudos de migração de retorno no Brasil

Os primeiros estudos de migração de retorno no Brasil começaram a se encontrar nas agendas das investigações populacionais em meados da década de 1970, quando já havia sido identificada a redução nos volumes da migração em direção a São Paulo além dos primeiros movimentos de retorno aos estados da região Nordeste.

No âmbito do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado em 1980 foi publicado o estudo de Simões, Viana e Oliveira (1980) intitulado “Migrações de retorno: Nordeste – 1974-1975”, o trabalho teve como base empírica o um levantamento nacional por amostragem no escopo do Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) realizado no ano de 1974 e tinha como objetivo fornecer algumas indicações sobre área de procedência e padrões demográficos e socioeconômicos dos migrantes, em especial os de retorno, tendo em vista o ineditismo das informações levantadas sobre este tipo de migrante – esta seria a primeira vez em que se obtinham estatísticas oficiais que permitiram uma caracterização qualitativa e quantitativa dos retomados – analisando o seu perfil socioeconômico.

A pesquisa do ENDEF chamou a atenção para a importância crescente dos movimentos de retorno no Brasil estimulando o IBGE a incluir no Censo de 1980 alguns

questionamentos que tornavam possível a identificação do migrante de retorno. Sobre este tema Moura (1984) relata:

De fato até 1970, a F. IBGE jamais incluía, nos questionamentos do Censo Demográfico, perguntas conducentes à investigação da migração de retorno, o que, em parte, talvez se justificasse pela inexistência de um farto registro histórico sobre maciços movimentos populacionais deste tipo em nosso país. (MOURA, 1984, p. 37).

O trabalho A identificação do migrante de retorno através da informação censitária (1984), de Hélio A. Moura abordou algumas das causas e consequências que este tipo de migração implicava na região Nordeste, além de fornecer metodologias identificação do migrante de retorno utilizando os novos dados do Censo de 1980.

Posteriormente, o tema da migração de retorno voltaria a pauta nos Encontros Nacionais de Estudos Populacionais em 1986 com o artigo “O retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução” de Scott (1986). O trabalho possuía um caráter mais sócio antropológico utilizando dados amostrais de levantamentos de campo em quatro cidades nordestinas tomando como base o questionamento da motivação do retorno, tendo em vista a inevitabilidade do enfrentamento das mesmas condições de vida que o levaram a emigrar em um primeiro momento.

Já em 1993, o estudo de Amaral e Nogueira, “A volta da asa branca e as primeiras impressões do retorno”, teve como foco os retornados no momento da sua chegada no estado de Pernambuco. Com um cunho mais sociológico, a pesquisa tinha como proposta rastrear a visão do migrante na condição de retornado em relação a sua vida profissional, intelectual e sociocultural, e os reflexos destas mudanças na sua readaptação ao local de origem, sendo

intenção da pesquisa oferecer subsídios para uma intervenção estatal que vise proporcional maior aproveitamento deste ‘novo cidadão’ visto agora como detentor de uma capacidade adquirida a partir do processo migratório (AMARAL E NOGUEIRA, 1993, p. 206).

Mais adiante, Ribeiro, Carvalho e Wong (1996) trataram do tema da migração de retorno em dois artigos publicados no Encontro Nacional de Estudos Populacionais, que tinha

como base alguns resultados preliminares obtidos na tese de doutorado de José Teixeira L. Ribeiro (CEDEPLAR). Foram analisados aspectos de mensuração deste tipo de migração além de uma proposta metodológica para se analisar os efeitos demográficos deste fenômeno tendo como referência efeitos diretos e indiretos do processo.

Utilizando uma metodologia que permitia identificar – por meio do Censo Demográfico – a condição do retornado na unidade familiar, mais especificamente sendo o chefe de família, os autores observaram que: “(...)26,09% estavam localizados em Pernambuco, 17,69% na Bahia e 15,14% no Ceará. Nas outras UF’s o percentual oscilou entre 8 e 4%.” (RIBEIRO, CARVALHO E WONG, 1996, p. 961).

As novas tendências das dinâmicas migratórias no Brasil foram o foco de diversas análises desenvolvidas na área dos estudos populacionais, sempre fazendo referência a migração de retorno como uma evidência ratificada pelos Censos Demográficos.

Sobre este tema tem-se o trabalho de Baeninger (1999) que abordava os espaços ganhadores e perdedores de migração recente no país, além de diversos trabalhos que englobam o fluxo de retorno no contexto das migrações interestaduais, e suas relações com o contexto demográfico na escala regional, como Cunha (2000), que trata da migração de retorno em um contexto de crises, mudanças e novos desafios, além de Patarra, Cunha e Baeninger (2000) que abordam a dinâmica demográfica recente e novas questões populacionais.

Diversas pesquisas foram realizadas tomando como base o fenômeno da migração de retorno e suas especificidades locais. Vários trabalhos foram publicados fazendo referência ao fluxo de retorno aos estados do Nordeste e de Minas Gerais, como o de Brito, Garcia e Carvalho (2002) que avaliava formas de identificação e mensuração de alguns movimentos migratórios de curto prazo – entre eles a migração de retorno – no estado de Minas Gerais.

Especificamente no que diz respeito a migração de retorno na região Nordeste, tem-se a tese de doutorado de Lyra (2003) que analisou os fluxos de retorno ao estado de Pernambuco oriundos do estado de São Paulo nos períodos de 1970 até 1991, utilizando dados censitários, na perspectiva das redes sociais que alimentam os fluxos de retorno.

Ainda sobre este tema, já em 2005, Lyra aborda o tema das redes sociais que alimentam a migração de retorno, e enfoca a questão dos percursos feitos entre o Agreste de Pernambuco, São Paulo e Foz do Iguaçu com objetivo de promover o comércio de mercadorias transportadas entre as três localidades. Contudo, o ponto mais importante a ser analisado é como esses movimentos consolidam uma rede entre nordestinos do Agreste de Pernambuco e os moradores do sul do país.

Migrantes pernambucanos residentes em São Paulo alimentam a rede de comércio – formal e informal – estabelecida entre o sul do país e sua terra natal, reforçando sua relação com a família e a própria economia familiar. (LYRA,2005, p. 144)

Outro tópico bastante relevante abordado no texto é a observação que se faz ao fato de que as taxas de migração de retorno (baseadas nos Censos de 1980, 1991 e 2000) para o Agreste Central de Pernambuco são maiores do que as taxas de migração de retorno da Região Metropolitana de Recife, que por ser o centro dinâmico do estado, supostamente, deveria receber mais retornados.

No entanto, é o município de Caruaru que recebe o maior número dessas pessoas, por ser também, o centro dinâmico do Agreste. Esse fato pode ser explicado devido ao grande desenvolvimento que vem havendo na Mesorregião do Agreste Pernambucano e parte dessa economia envolve a produção de roupa (sulanca) e a comercialização dessa produção.

Tomando as rotas clandestinas que sugerem redes migratórias entre Pernambuco e o sul do Brasil, notam-se as grandes comercializações nas feiras livres. Temos como exemplo a feira de Caruaru, que vende produtos que são adquiridos nessas outras localidades do sul do país, e essas mesmas localidades por sua vez, também vendem o que se compra nas feiras de Caruaru em lugares como *Ciudad Del Este*, no Paraguai. Outro fator importante que contribui para essa troca de produtos é a questão de se ter parentes numa dessas localidades para agilizar o processo de compra, venda, transporte etc.

Partindo desse princípio, de se ter algum vínculo familiar ou não, com alguém nessas outras localidades, a autora começa a fazer uma análise bastante pertinente em relação à influência que a conterraneidade exerce sobre as redes sociais. Esse fator tende a estimular o agrupamento e a comercialização especializada em produtos de sua terra natal.

Além da perpetuação dos laços de origem, é possível observar ainda, nessa praça e nessa feira, como se deu a formação de um ‘pedaço’ nordestino dentro dos pedaços de São Paulo. (LYRA,2005, p. 149)

Esses laços sociais de conterraneidade são estreitados com a ajuda dos meios de comunicação e transporte que cada vez mais proporcionam o encurtamento das distâncias entre esses migrantes.

Têm-se também o estudo de Oliveira e Jannuzzi (2005) intitulado *Motivos para a migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino*, neste trabalho os autores realizam a abordagem dos motivos da migração de retorno.

Os motivos da migração raramente são analisados em pesquisas amostrais no país. Apesar de se estudarem sua natureza qualitativa, poucas vezes se estudou os motivos pessoais da migração. No artigo de Oliveira e Jannuzzi, o tema dos motivos da migração é abordado e analisado com base na PNAD 2001 (a única que já fez referência a motivação de migração). Num primeiro momento, os autores classificam o motivo principal da migração, e mostra como chegar a essa conclusão tomando diversos pontos de vista.

Qualquer que seja o ponto de vista, os motivos da migração empreendida – pessoal ou compulsória – seriam os relacionados ao trabalho; e os protagonistas do processo, os jovens em pleno potencial produtivo. (OLIVEIRA&JANNUZZI,2005, p. 134).

No tópico seguinte chamado: “Motivos de migração segundo sexo e faixa etária dos migrantes”; é feita uma ressalva bastante interessante aos resultados da pesquisa em relação aos motivos da migração. É visto que se as desigualdades econômicas e de oferta de emprego causam os esvaziamentos de algumas áreas em função da busca de outras, um dos principais motivos para a migração seria, de fato, a busca por trabalho.

No entanto não é isto que se observa nos resultados da PNAD 2001, que aponta o motivo “acompanhar a família” como o mais mencionado por mais da metade dos migrantes entrevistados. Mais adiante se vê que esses resultados correspondem ao fato de que

(...) para cada chefe de família que declarasse migrar em busca de trabalho, houvesse cônjuge e filhos que declarassem que o deslocamento decorreria – para eles – como a necessidade de acompanhar o chefe ou os pais. (OLIVEIRA&JANNUZZI ,2005, p. 135).

Por fim, é feita a abordagem dos motivos da migração de retorno e é analisado o caso do Nordeste do Brasil. A estagnação econômica, as manifestações de desigualdade sociais, as elevadas taxas de desemprego etc., podem servir de exemplo de fatores que provocaram a intensa emigração no Nordeste.

No entanto, é visto atualmente que parte dos fluxos de migrantes nordestinos estão retornando para seus lugares de origem. Segundo os autores esse fato pode ser explicado por vários motivos. Dentre esses motivos estão: o insucesso da inserção laboral ou de adaptação, a desconcentração econômica e os incentivos ao investimento industrial no Nordeste brasileiro, a estruturação das cidades, como reflexo da ação de políticas públicas, as crises econômicas que assolaram (na década de 90) as grandes metrópoles nacionais como São Paulo e por fim, o agravamento da violência nos grandes centros do Sudeste.

Dentre os estudos mais recentes acerca da migração de retorno tem-se o trabalho de Baeninger e Queiroz (2010) que analisa as tendências recentes das migrações no estado do Ceará, em especial a de retorno. O trabalho tem como objetivo analisar as migrações recentes no Brasil enfatizando a migração de retorno para o estado do Ceará, recapitulando as tendências gerais dos movimentos migratórios no Brasil nos anos 80 e 90 e, posteriormente, apresentar os processos migratórios interestaduais contemporâneos.

A conexão entre migração e o atual contexto de reestruturação produtiva provocou uma nova dinâmica nos processos migratórios internos dando ênfase ao caráter reversível das migrações que agora apresentam fluxos mais volumosos em relação às idas e vindas de população. “Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.” (BAENINGER, 2010, p. 836).

O XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado no ano de 2012, trouxe novas produções no âmbito do tema da migração de retorno, desta vez mais focadas no retorno internacional. Sobre esta temática tem-se o trabalho de Siqueira e Santos (2012) “Emigração, crise econômica e retorno: o caso da microrregião de Governador Valadares”, que trata da intensificação do fluxo migratório internacional de retorno para essa área em função do agravamento da crise americana, buscando entender as condições em que esse movimento é realizado. A pesquisa indicou que o principal motivo do retorno são as condições desfavoráveis para ganhar dinheiro e o acirramento da fiscalização quanto à documentação.

O trabalho de Pereira e Siqueira (2012) sobre o retorno internacional especificamente de quatro países da Europa - Portugal, Reino Unido, Holanda e Noruega - e Estados Unidos,

busca compreender o papel do fluxo migratório de retorno internacional brasileiro oriundo destas áreas além de ilustrar as dinâmicas de retorno de emigrantes brasileiros ao longo do tempo, no que diz respeito aos processos de adaptação após o retorno e a sua estabilidade ao longo do tempo expondo as dificuldades de estranhamento e (re)adaptação no país de origem.

Por fim vê-se o artigo de Anicio e Fernandes (2012) que aborda as percepções da migração internacional de retorno após a crise de 2008 nos municípios de Poté e Botelhos, ambos no estado de Minas Gerais. As duas cidades possuem uma grande visibilidade do fenômeno migratório internacional e IDHs distintos e com histórico regional de processos migratórios diversos, a fim de observar a migração internacional de retorno e seus impactos nos municípios, além de analisar a inserção dos imigrantes de no mercado de trabalho.

Entende-se o processo migratório como um indicador de comportamentos e mudanças nas tendências da economia de um determinado lugar, ainda mais quando se observa um processo de migração de retorno que pode estar sendo estimulada, entre outros fatores, pela perda de dinamismo na economia do lugar de destino, fazendo assim que estes migrantes retornem aos seus lugares de origem.

Sendo assim torna-se relevante avaliar o quadro socioeconômico destes migrantes de retorno objetivando construir um perfil básico desses indivíduos na esperança de que se possa avaliar se de fato as mudanças acarretam na escolha da difícil tarefa de voltar para casa.

1.3 Problemáticas metodológicas: formas de mensuração e bases de dados

A migração é um fenômeno dinâmico e por vezes extremamente rápido, o que dificulta sua identificação, mensuração e análise por meio das bases de dados oficiais disponíveis. O movimento migratório não possui uma definição exata principalmente em função da imprecisão do seu início e fim, sem mencionar as inúmeras etapas intermediárias que podem existir no movimento migratório de um indivíduo durante toda sua vida.

Os Censos Demográficos realizados de dez em dez anos não dão conta de capturar a dinâmica dos movimentos populacionais nas diversas escalas, tendo em vista sua velocidade e seu caráter multifacetado em relação às estruturas sócio-espaciais em que ocorrem.

Sabe-se que o máximo de etapas migratórias (no que diz respeito a migração) que se pode identificar utilizando o banco de dados do Censo são: o local de nascimento; o local de última residência (migrante de última etapa); o local de residência atual, e o local em que o

indivíduo se encontrava cinco anos anteriores a semana de referência do Censo (migrante data fixa). Todos os demais movimentos que o indivíduo realizar não serão identificados pelo Censo, fato que demonstra a carência de informações contínuas de movimento migratório no Brasil.

Uma segunda opção de bancos de dados para análise do fenômeno migratório são as Pesquisas Nacionais Por Amostra de Domicílios (PNADs) realizadas anualmente (com exceção dos anos em que ocorrem os Censos Demográficos).

No entanto podem ser identificados dois problemas principais na utilização das PNADs: o primeiro é o caráter amostral da pesquisa, ou seja, apenas uma parcela da população estará sendo de fato entrevistada reduzindo a precisão da informação dos dados quando estes são muito desagregados; o segundo reside no nível da escala geográfica em que a pesquisa é realizada, chegando apenas até a escala de Região Metropolitana, impossibilitando a análise por município.

Tendo em vista estas dificuldades quanto a identificação e análise dos movimentos migratórios no Brasil Cunha relata

(...) inexistem, pelo menos no Brasil, fontes de levantamento contínuo sobre os movimentos migratórios, o que obriga o pesquisador a recorrer, necessariamente, ou a levantamentos amostrais, em geral bastante dispendiosos, ou aos Censos Demográficos, cuja periodicidade decenal deixa a desejar, em face do caráter dinâmico e da velocidade das transformações na sociedade e no espaço. (CUNHA, 1994, p. 17).

Além destes fatores, deve-se atentar para a disponibilidade de estudos empíricos e documentais sobre migração no país que, em sua maioria, datam de meados da década de 1970 revelando a recente investigação por bases de dados que atendessem qualitativa e quantitativamente as demandas dos pesquisadores desta área de interesse, dificultando o exercício de comparabilidade entre os Censos e sua análise na escala cronológica dos eventos.

1.4 Abordagem metodológica e procedimentos

As bases teóricas dos estudos de migração, bem como seus debates, por muito tempo encontram-se divididos entre dois tipos de abordagem: a neoclássica-funcionalista e a estruturalista. Os autores considerados neoclássico-funcionalistas enquadram-se entre os pioneiros dos estudos migratórios, tendo desenvolvido as primeiras técnicas de mensuração, análise e identificação dos fluxos migratórios, já tomando como base de dados os Censos Demográficos realizados ainda durante o período da Revolução Industrial.

Com o passar dos anos, técnicas estatísticas de investigação e vários novos modelos econômicos surgiram com o intuito de reestruturar as ideias dos primeiros autores dos estudos de migração, trazendo para um foco cada vez mais atual a dinâmica dos processos migratórios. Aos poucos, a gama de novos cientistas empenhados em analisar os processos migratórios, foram assumindo aportes mais estruturalistas. (OLIVEIRA, L. A. P. E OLIVEIRA, A. T. R, 2011)

A inclinação para uma abordagem estruturalista foi justificada levando-se em consideração as novas formas de relações sociais e econômicas que influenciam fortemente nos processos migratórios. A necessidade de se analisar o fenômeno de forma estruturada e integrada se fez evidente, sendo requisitada cada vez mais em função dos dados estatísticos fornecidos pelos Censos Demográficos que foram sendo aperfeiçoados neste sentido.

Trabalhar o fenômeno de forma isolada e utilizando apenas modelos econômicos já não era mais viável. Todo o conjunto da estrutura econômica dos locais de origem e destino dos fluxos passou a ser levada em consideração, bem como a motivação econômica ou social do migrante.

Tendo em vista estes fatores fez-se evidente a tendência para uma forma de abordagem que possuísse um caráter estruturalista, levando-se em conta o enfoque na ideia de estrutura econômica, nas influências de dinâmicas econômicas pretéritas nas atuais relações dos processos migratórios e ainda, a importância da análise de redes solidárias na migração que criam laços e conexões sociais.

Neste sentido, os métodos de investigação e interpretação utilizados nos estudos de migração, que sempre procuram trabalhar com técnicas de comparação estatística (comuns em abordagens estruturalistas), tendem a focar na relação à ideia de que o homem vai apresentar uma função de “parte no todo”. Ou seja, o homem é visto como uma parte da estrutura socioeconômica em que se enquadra, o que se relaciona diretamente com os enfoques dos

estudos migratórios que entendem os fluxos migratórios como uma resposta às mudanças nos padrões na economia de determinada região.

O objeto da pesquisa consiste no fluxo da migração de retorno para o estado de Pernambuco/BR, analisado entre os períodos intercensitários dos anos 2000 e 2010, tendo como migrante de retorno aquele indivíduo que nasceu no estado de Pernambuco, fez movimento migratório para o estado de São Paulo, e volta a ser recenseado no município de nascimento, ou na UF de nascimento o que indica sua condição de “retornado”.

Tendo em vista a opção de análise desse fluxo, tem-se a preocupação em se analisar a migração como uma ferramenta que auxilia a percepção de mudanças nos padrões referentes ao cenário econômico possibilitando o surgimento da seguinte questão central: como se distribuem e como se caracteriza o perfil socioeconômico e ocupacional dos migrantes de retorno do estado de Pernambuco e que fatores da dinâmica econômica estão atuando na atual mobilização populacional da migração de retorno ao estado de Pernambuco?

No intuito de responder a esta indagação surge uma série de questões complementares tais como: como se caracterizam historicamente os fluxos e os processos migratórios no estado de Pernambuco - em função da dinâmica econômica em escala regional? Que diferenças ou semelhanças podem ser identificadas no perfil dos migrantes de retorno frente aos não migrantes do estado de Pernambuco ao longo dos anos analisados? Que regiões do estado de Pernambuco atraem a maior parte dos fluxos de retorno?

Tais questões se referem a identificação do objeto no tempo e no espaço, a forma como o mesmo foi constituído, quando e porquê e se terá continuidade na mesma medida e sentido. Partindo desses pressupostos foi elaborada a seguinte hipótese central: os novos investimentos econômicos na região Nordeste e o crescimento da dinâmica econômica do estado (PE) - em paralelo a um período de baixo crescimento na economia da região centro-sul na década de 1990 – vêm atuando na mobilização populacional da migração de retorno ao estado de Pernambuco.

A hipótese corrobora com o objetivo central da pesquisa uma vez que este último propõe analisar a distribuição espacial dos migrantes de retorno bem como caracterizar o seu perfil socioeconômico e ocupacional além de tentar identificar que fatores da dinâmica econômica atuaram neste recente fluxo migratório.

Uma vez lançados os questionamentos centrais da pesquisa e suas respectivas hipóteses optou-se por dividir a metodologia utilizada em algumas etapas. A primeira etapa - enquadrada neste primeiro capítulo - consistiu na exposição do referencial conceitual e metodológico da pesquisa, no que diz respeito ao tema da migração de retorno, além de

abordar os estudos de migração de retorno no Brasil, as problemáticas na utilização dos bancos de dados da pesquisa e os procedimentos metodológicos para obtenção dos resultados finais.

A segunda etapa, que compreende o segundo capítulo, teve como objetivo a dissertação da trajetória histórica do fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco desde os primeiros fluxos de saída do estado de Pernambuco em direção a São Paulo, passando pelo período de redução no volume deste fluxo migratório até a identificação do retorno ao estado e sua dinâmica recente.

A terceira e última etapa - resultando no terceiro capítulo deste trabalho - foi estruturada em duas partes: na primeira é exposta a caracterização geográfica e o contexto econômico recente do estado de Pernambuco utilizando dados oficiais do Ipea Data de PIB estadual para os anos de 2000 e 2010; PIB estadual para os anos de 2000 e 2009 ; PIB por microrregião para os anos de 2000 e 2009; PIB per capita por Microrregião pernambucana (2010) e os valores do PIB estadual de Pernambuco em comparação com os demais estados do Nordeste para os anos de 2000 e 2010. Além destes, ainda foram utilizados dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no que diz respeito aos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDH-M) nos anos de 2000 e 2010 para todo o Brasil.

Todos estes resultados, aliados aos dados de saldo migratório por UF (1995/2000 e 2005/2010) e participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes por UFs do Brasil no mesmo período, serviram como base para a elaboração do cenário socioeconômico recente da população total do estado de Pernambuco em relação aos demais estados do Nordeste e do Brasil no geral.

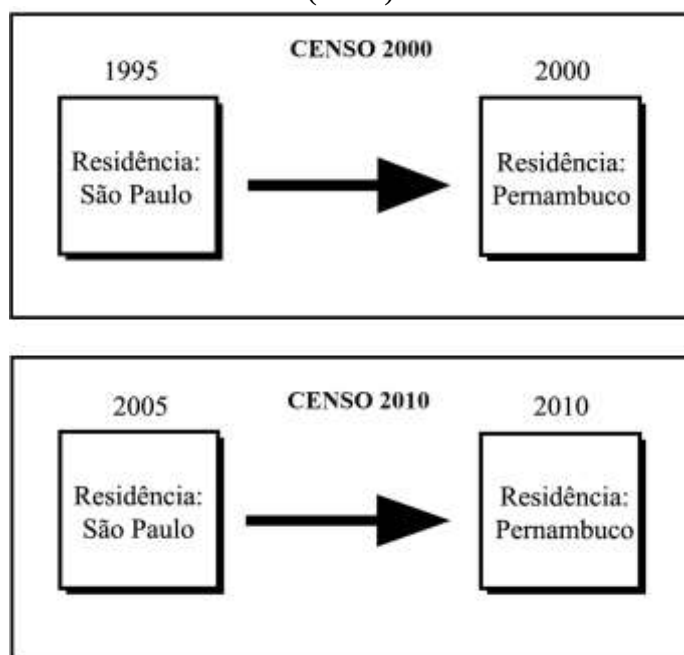
A segunda etapa deste terceiro capítulo aborda mais especificamente os retornados pernambucanos, seu perfil socioeconômico e ocupacional e o local de residência destes migrantes após o retorno. Neste intuito, fez-se necessária a manipulação e análise da fonte de dados, dos Censos Demográficos do Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE) dos anos de 2000 e 2010. O banco de dados do Censo Demográfico possui uma gama de informações provenientes dos recenseamentos realizados por meio de entrevistas nos domicílios de todo o Brasil. A metodologia do Censo divide a pesquisa em dois tipos de questionários: o do universo e o da amostra. O questionário do universo é respondido pelos residentes de todo o país, enquanto que o questionário da amostra é realizado apenas com uma parcela da população.

Os resultados da amostra do Censo Demográfico são expostos em microdados que se traduzem pelas informações respondidas no questionário do Censo em relação às características do domicílio e de cada morador, possibilitando respostas a questionamentos sobre sexo, idade, estado e município de nascimento, cor/raça, religião, número de filhos, ocupação, renda, auxílios governamentais, escolaridade e tantas outras questões.

Para esta pesquisa foram utilizadas as variáveis que possibilitaram a identificação de um perfil socioeconômico e ocupacional da população não-migrante do estado de Pernambuco e da população migrante de retorno nas duas condições (retornados para o município de nascimento e retornados para a UF de nascimento). As variáveis trabalhadas foram as seguintes: sexo e idade (dispostas na forma de uma pirâmide etária), escolaridade (obtidas pela variável de anos de estudo e nível de instrução), renda de salário mínimo e setor de atividade, além das variáveis mais específicas para a população retornada como município de residência e relação com o responsável pelo domicílio.

Antes de mais nada deve-se ressaltar que, se considerou como migrante de retorno aquele indivíduo que nasceu no estado de Pernambuco, fez movimento migratório para o estado de São Paulo e foi recenseado no município de nascimento ou na UF de Pernambuco. Para obter essa informação do banco de dados do Censos de 2000 e 2010 foi utilizado o quesito data-fixa. Esta variável permite identificar a Unidade da Federação em que o migrante se encontrava há cinco anos antes da semana de referência do Censo realizado como pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Esquema de identificação do migrante data-fixa nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).



Fonte: Instrumentos de coleta da amostra dos Censos do IBGE realizados em 2000 e 2010. Elaboração da autora.

A variável data-fixa pode ser identificada no questionário do Censo pelo seguinte questionamento: “Em que Unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31/07/1995?” (Censo 2000) e “Em que Unidade da Federação (estado) e município ou país estrangeiro morava em 37/07/2005?” (Censo 2010). O quesito data-fixa foi incorporado ao questionário do Censo no ano de 1991 e representa um dos quesitos de maior importância para os estudos migratórios uma vez que consegue captar o movimento em uma data pré-determinada, possibilitando assim, o cálculo de saldos migratórios internos de forma direta tanto na escala municipal quanto estadual já que aponta a origem e o volume dos fluxos.

Por outro lado, o questionamento sobre o local de residência em uma data-fixa não informa as etapas intermediárias que podem ter ocorrido entre o período da data-fixa e a data de referência do Censo, bem como os movimentos de retorno no mesmo período. (ABEP,2008). Por fim, o quesito data-fixa – associado à informação do local de nascimento – é considerado o ideal para se trabalhar com migração de retorno tendo em vista a sua precisão em relação ao local e a data específica em duas etapas do movimento migratório.

Para esta pesquisa optou-se por analisar os migrantes de retorno que voltaram para os seus municípios de nascimento e aqueles que retornaram para o estado de Pernambuco mas que escolheram um outro município – que não o de nascimento – para residir. Esta forma de

análise justifica-se na tentativa de identificar que municípios do estado atraem uma parcela maior de migrantes retornados, exceto aqueles que voltam para os locais de nascimento, tendo em vista a justificativa da procura por economias mais dinâmicas no intuito de aumentar a expectativa de inserção laboral.

Os dois tipos de migrantes de retorno foram classificados para esta pesquisa como “Retorno UF” – para os retornados da UF e “Retorno Município” – para os retornados dos municípios de nascimento – e para a identificação do migrante de retorno dentro do banco de dados do Censos de 2000 e 2010 foi necessária a aplicação de alguns filtros em determinadas variáveis – o esquema das perguntas sobre migração pode ser encontrada nos anexos deste trabalho no modelo dos questionários dos Censos utilizados - como pode-se observar abaixo:

• **Filtros aplicados no Censo 2000 do estado de Pernambuco para os migrantes de retorno do município**

Quesito: Mora neste município desde que nasceu?

Resposta filtrada: Não

Quesito: Nasceu neste município?

Resposta filtrada: Sim

Quesito: Em que Unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31/07/1995?

Resposta filtrada: código ‘20’ (estado de São Paulo)

• **Filtros aplicados no Censo 2010 do estado de Pernambuco para os migrantes de retorno do município**

Quesito: Nasceu neste município?

Resposta filtrada: Sim, mas morou em outro município ou país estrangeiro

Quesito: Em que Unidade da Federação (estado) e município ou país estrangeiro morava em 31/07/2005?

Resposta filtrada: código ‘3500000’ (estado de São Paulo)

- **Filtros aplicados no Censo 2000 do estado de Pernambuco para os migrantes de retorno da UF**

Quesito: Mora neste município desde que nasceu?

Resposta filtrada: Não

Quesito: Nasceu neste município?

Resposta filtrada: Não

Quesito: Nasceu nesta UF?

Resposta filtrada: Sim

Quesito: Em que Unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31/07/1995?

Resposta filtrada: código '20' (estado de São Paulo)

- **Filtros aplicados no Censo 2010 do estado de Pernambuco para os migrantes de retorno da UF**

Quesito: Nasceu neste município?

Resposta filtrada: Não

Quesito: Nasceu nesta Unidade da Federação (estado)?

Resposta filtrada: Sim, mas morou em outra Unidade da Federação ou país estrangeiro

Quesito: Em que Unidade da Federação (estado) e município ou país estrangeiro morava em 37/07/2005?

Resposta filtrada: código '3500000' (estado de São Paulo)

Além destes, ainda foram aplicados filtros a fim de identificar o grupo dos não-migrantes, como observa-se a seguir:

- **Filtros aplicados no Censo 2000 do estado de Pernambuco para os não-migrantes**

Quesito: Mora neste município desde que nasceu?

Resposta filtrada: Sim

- **Filtros aplicados no Censo 2010 do estado de Pernambuco para os não-migrantes**

Quesito: Nasceu neste município?

Resposta filtrada: Sim e sempre morou

A aplicação destes filtros bem como a manipulação do banco de dados dos Censos no geral só pode ser feita lançando-se mão de *softwares* estatísticos. Neste trabalho foi utilizado o *software IBM SPSS STATISTICS 20*. O *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)20* permite contar frequências, ordenar dados, montar cruzamentos entre variáveis distintas e reorganizar a informação. Junto ao *SPSS 20*, também foi utilizado o *software* aplicativo *Microsoft Excel 2013*.

Para ilustrar a localização espacial dos imigrantes ao estado de Pernambuco, utilizou-se o *PHILCARTO*, que é um *software* livre que possibilita a criação de cartogramas a partir dos resultados obtidos com o tratamento dos dados no *SPSS 20* e no *Excel*. Realizadas as fases de escolha e manipulação das variáveis do banco de dados do Censo e de configuração de tabelas, gráficos e cartogramas das informações obtidas teve início a fase de tabulação e interpretação dos dados a partir dos instrumentos anteriormente descritos.

A análise dessas tabelas, gráficos e mapas resultaram no perfil da população não-migrante e migrante de retorno ao estado de Pernambuco em escala temporal (neste caso num período intercensitário de 10 anos, 2000-2010), bem como em escala espacial indicada pelos locais escolhidos por esses migrantes no retorno ao estado de origem.

O capítulo seguinte apresenta um panorama com a caracterização histórica e demográfica do fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco, expondo em um primeiro momento os antecedentes dos movimentos nos dois estados, com informações sobre a sua formação e dinâmica econômica, passando pela formação do fluxo analisado desde o final do século XIX até meados da década de 80 do século XX quando evidenciam-se tanto a redução do volume de emigração de Pernambuco para São Paulo, quanto o fluxo de retorno ao Nordeste até o período atual.

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: O FLUXO PERNAMBUCO - SÃO PAULO – PERNAMBUCO

No matter how short or how long, how easy or how difficult, every act of migration involves an origin, a destination, and an intervening set of obstacles. (LEE, 1966, p. 49)

2.1 Pernambuco: os antecedentes dos movimentos

A formação econômica do estado de Pernambuco esteve intimamente ligada às dinâmicas do Setor de Mercado Externo promovidas pelos engenhos açucareiros na época da colonização do Brasil. A economia açucareira e de seus derivados foi o motor de todo o desenvolvimento da capitania. O sucesso da produção devia-se a dois aspectos geográficos decisivos: as condições climáticas favoráveis à cultura da cana e a proximidade com o mercado europeu onde a diferença de fretes era um fator de grande importância. Pernambuco se caracterizava como a mais rica colônia açucareira de Portugal, posteriormente, com a tomada dos holandeses, Recife se torna o centro de todo o Nordeste açucareiro. (SINGER, 1974).

No entanto, várias perturbações ameaçaram o triunfo do açúcar no estado. A primeira delas foi resultado da expulsão dos holandeses do Brasil em 1654. Na ocasião, toda a tecnologia de produção do açúcar foi transferida para as Antilhas, que, em pouco tempo, tornara-se uma das maiores concorrentes do açúcar brasileiro no continente europeu. O século seguinte seria praticamente de estagnação econômica no estado de Pernambuco o que forçava os senhores de engenho a transferir terra e força de trabalho (escravos) para a economia de subsistência e para a venda de seus produtos. O arrefecimento da dinâmica econômica fez com que grande parte da população se voltasse para o mercado pecuário possibilitado pela produção de subsistência.

Posteriormente, um novo processo de decadência se instaura na economia açucareira devido a descoberta de minas de ouro no centro e oeste do Brasil. Neste momento, a

economia de subsistência – que cresceu durante o período de forte concorrência com a produção antilhana e a consequente perda do dinamismo da economia do açúcar – passa a deslocar-se para as áreas de mineração, em busca de um outro mercado para seus produtos. Segundo Singer (1974, p. 278) “no meio tempo, alguns mantimentos, principalmente carne-seca e gado de pé, foram enviados do Nordeste à zona de mineração”.

O preço do açúcar continuava a cair o que provocou a queda da rentabilidade dos engenhos e a consequente fuga de capitais, que saíam na forma de escravos para trabalhar na mineração. No entanto, na segunda metade do século XVIII a atividade pecuária levada do Nordeste para a zona da mineração começa a ser suplantada pela atividade criatória do extremo-sul do país, deprimindo cada vez mais a dinâmica econômica do estado.

O último fator que abalou o sucesso da economia açucareira pernambucana foi o algodão. A Revolução Industrial no fim do século XVIII resultou na intensificação do uso da fibra do algodão tornando-o o maior produto utilizado na indústria inglesa. A produção do algodão em Pernambuco acabou com a dependência do estado em relação ao açúcar, tendo esta última sofrido diversos abalos na sua economia em função da existência de um outro produto.

O cultivo do algodão estimulou a expansão do *hinterland* de Recife para o interior até o Agreste tendo em vista que o seu cultivo poderia ser feito tanto nas áreas do litoral quanto nas áreas menos úmidas, além de não exigir vastas áreas de cultivo – contrariamente a *plantation* canavieira – podendo ser realizada em pequenas e médias propriedades. Este último fator possibilitou que pequenos lavradores possuíssem uma renda monetária mais elevada ampliando, consequentemente, a função comercial de Recife onde parte desta renda era possivelmente gasta.

A expansão demográfica de Recife começa a alcançar níveis mais altos sendo estimulada pela ascensão da sua função comercial e pelo cenário econômico pecuário e de subsistência. Sobre suas consequências Furtado (1959, p. 132.) comenta:

Nesse tipo de economia, a população tende a crescer em função da disponibilidade de alimentos, a qual depende diretamente a disponibilidade de terras. (...) Na região nordestina uma expansão vegetativa desse estilo se realizava desde o século XVII. Em algumas sub-regiões na segunda metade do século XIX, os sintomas de pressão demográfica sobre a terra tornaram-se mais ou menos evidentes.

Esta pressão demográfica torna-se ainda maior na ocasião das secas no interior do estado (tabela 1) que impulsionava as massas de populações oriundas das regiões semiáridas em busca de melhores condições de vida na cidade, caracterizando-se como uma migração rural-urbana. As secas periódicas que assolavam as populações do sertão nordestino foram os primeiros propulsores dos movimentos deste tipo até meados do fim do século XIX.

Tabela 1 – Ocorrência cronológica das secas documentadas no Nordeste (até o século XIX)

Décadas	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
0	-	1603 e 1608	1707	1804, 1808 e 1809
10	-	1614	1710 e 1711	1814
20	-	-	1721,1722,1723, 1724,1725,1726 e 1727	1824, 1825 e 1829
30	-	-	1730,1736 e 1737	-
40	-	1645	1744,1745,1746 e 1747	1844 e 1845
50	-	1652	1751 e 1754	-
60	-	-	1760 e 1766	-
70	-	-	1771, 1772, 1777 e 1778	1870,1877,1878 e 1879
80	1583 e 1587	-	1783 e 1784	1888 e 1889
Total	2	5	27	15

Fonte: SEPLAN/PR,1994.

Na ocasião das secas, algumas massas da população nordestina chegaram a ser enviadas para fora da região no intuito de fornecer mão de obra para outros setores da agricultura, como foi o caso da borracha na Amazônia como abordou Furtado (1959, p. 133)

(...) a prolongada seca de 1877-1880, durante a qual desapareceu quase todo o rebanho da região e pereceram de cem a duzentas mil pessoas. O movimento de ajuda às populações vitimadas logo foi habilmente orientado no sentido de promover sua emigração para outras regiões do país, particularmente a região amazônica. (...) Formou-se, assim, a grande corrente migratória que fez possível a expansão da produção de borracha na região amazônica(...)

Tanto o fenômeno das secas quanto a crise na economia europeia (1890-1894) repercutiram de forma extremamente negativa na economia colonial pernambucana no fim do século XIX. A depressão na economia capitalista europeia acarretou em graves perdas para o Setor de Mercado Externo forçando a transferência dos fatores de produção – mão de obra e terra – cada vez mais para o setor de subsistência resultando na queda de todo o movimento comercial. Segundo Singer (1974, p. 301)

A decadência do Nordeste tem, indubitavelmente, uma de suas raízes neste acontecimento – a decadência do seu Setor de Mercado Externo no fim do século passado. (...) As quedas conjunturais do Setor de Mercado Externo da economia pernambucana acabaram transformando-se numa atrofia permanente, acarretando transformações estruturais mais amplas (...)

Por volta de 1905 se inicia uma nova fase de ascensão da economia europeia estimulando o seu mercado consumidor a buscar os produtos coloniais. No entanto, o Brasil – especialmente o Nordeste - não consegue ajustar por completo suas exportações, fato que pode ser justificado pela falta de investimento em novas tecnologias na produção de açúcar, já utilizadas no mercado mundial.

A vulnerabilidade da economia nordestina resultante tanto da dependência do Setor de Mercado Externo quanto da inflexibilidade das relações sociais e de trabalho, além do problema das secas periódicas da região representam os primeiros propulsores das saídas de populações, caracterizando a região e em particular o estado de Pernambuco como fornecedor de mão de obra, ou “expulsor” de população.

2.2 São Paulo: os antecedentes dos movimentos

Até meados de 1860 o estado de São Paulo não possuía grande representatividade dentre as províncias no que diz respeito a dinâmica econômica no Setor de Mercado Externo. A população da cidade de São Paulo era modesta e o seu principal papel econômico era o de entreposto comercial, uma vez que se entrecruzavam ali uma série de correntes de intercâmbio comercial.

A sua economia colonial possuía uma constituição como a da região Nordeste, sendo composta pelos Setores de Mercado Externo e de Subsistência. Esta última era responsável pelo crescimento, ainda que muito lento, da população uma vez que se espalhava enquanto houvessem terras virgens e disponíveis, ocupando por vezes, áreas mais vastas do que as da economia de exportação na região paulista (SINGER, 1974).

Com a descoberta das minas de ouro o foco da economia de exportação desloca-se para mais perto de São Paulo, o que acarretou um grande impacto uma vez que o único caminho conhecido para as minas pelo sul passava por ali, tornando-o um centro abastecedor da mineração no começo do século XVIII além de ativar a dinâmica do porto de Santos que tornara-se um porto de importação de escravos para as minas.

No final do século XVIII e início do século XIX São Paulo começa a apresentar perdas na sua economia de subsistência, sendo esta substituída em partes pelo cultivo da cana para exportação de açúcar. Apesar de pequena, a produção de açúcar em São Paulo trouxe diversas mudanças na estrutura econômica primeiramente por trazer os senhores de engenho para residir na cidade, dinamizando sua função comercial e estimulando o crescimento de um setor de serviços.

Além do estabelecimento dos senhores de engenho, alguns outros fatores também contribuíram para o crescimento da cidade. Destacam-se dois fatos de grande relevância: o primeiro foi a elevação de São Paulo a capital da província em 1822, transformando-se em um centro administrativo e o segundo foi a criação da Faculdade de Direito em 1828 o que, aos poucos, impulsionou cada vez mais a dinamização do setor de comércio e serviços na cidade.

No entanto, o grande catalizador de investimentos paulista foi o complexo cafeeiro. A cafeicultura se expande para oeste da cidade de São Paulo por volta dos anos 1860 quando entra em funcionamento a ferroviária que ligaria Santos e São Paulo, ampliando a quantidade de café que era exportada por este porto, e é a partir de 1868 que a produção de café paulista vem a se inserir de forma mais contundente no grande negócio cafeeiro para exportação da colônia, chegando a arrebatar – na última década do século XIX – a posição hegemônica do Rio de Janeiro no eixo de comercialização do produto da exportação brasileira (SINGER, 1974).

O rápido crescimento da economia paulista em função do café foi possível com base na existência do chamado “complexo cafeeiro” que envolvia todas as condições fundamentais para o desenvolvimento de um sistema de produção capitalista. Segundo Cano (1975) este complexo era formado por diversos componentes cabendo aqui a menção de alguns deles como: a atividade produtora de café, a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas

para dentro e fora da propriedade cafeeira, a existência da atividade industrial para a produção de equipamentos de beneficiamento do café, o desenvolvimento do sistema ferroviário, a expansão do sistema bancário e de crédito, o desenvolvimento da infraestrutura de portos e armazéns além de investimentos em transporte urbano e comunicações e, finalmente, a atividade do Estado vista pela ótica do gasto público.

Mesmo o entrave representado pela mudança da mão de obra escrava para a assalariada no fim do século XIX não conseguiu reduzir drasticamente a marcha de crescimento da economia cafeeira paulista.

As altas margens de lucro da cafeicultura paulista, a alta produtividade e a grande disponibilidade de suas terras, imprimindo um alto ritmo na acumulação de capital no café, pela expansão dos plantios, exigiram uma radical solução ao problema da mão de obra escrava, cujo estoque, em São Paulo, permanecia praticamente estancado durante os últimos quinze anos da escravidão. Resolvido esse problema, pela imigração, e, dadas as condições da demanda externa do café, a acumulação cafeeira não mais contaria com esse freio. (CANO, 1975, p. 07)

Na década de 1880 a maior parte das novas terras pertencentes a expansão da produção cafeeira já era trabalhada por mão de obra assalariada, especialmente na região do oeste paulista onde a mudança da mão de obra foi sendo realizada paulatinamente. Esta mão de obra assalariada era representada sumariamente pelos imigrantes europeus trazidos para o Brasil por subvenção governamental que tomou, em um primeiro momento, para si a responsabilidade pelos investimentos iniciais a fim de substituir o braço escravo no abastecimento de força de trabalho da cafeicultura.

A mão de obra do trabalhador livre trazia uma série de benefícios a manutenção do complexo cafeeiro uma vez que este trabalhador também representava em parte o mercado consumidor.

O trabalhador livre exigia – e obtinha – uma parte da remuneração em dinheiro, de modo a poder determinar autonomamente uma parcela do seu consumo ou mesmo praticar certa poupança. (...) isto significa que o trabalhador agrícola passa a integrar em parte, como consumidor, a economia de mercado, e não somente (como escravo) a economia de subsistência. (SINGER, 1974, p.43)

A acumulação de capital resultante da instalação do complexo cafeeiro propiciou ainda o fortalecimento da indústria paulista que subsidiava - em parte - as necessidades da produção de café, além fornecer produtos para a população (especialmente os da indústria têxtil) que crescia a passos largos na capital.

A Constituição de 1891 (instituída após a proclamação da república) deu aos estados maior poder e autonomia o que favoreceu os estados mais ricos ao passo que agravou a estagnação dos mais pobres. A maior parte da receita estadual tinha como fonte os impostos oriundos da exportação, ou seja, quanto maior a exportação de café maior a receita estadual, o que possibilitou ao governo paulista implementar uma série de mudanças na infraestrutura no intuito de beneficiar tanto a produção de café quanto a indústria de modo geral.

Cabia agora ao governo estadual subsidiar a compra da mão de obra europeia além de utilizar os ganhos provenientes da exportação do café a fim de dinamizar ainda mais a economia paulista. Dentre as atividades de maior importância instituídas pelo governo estadual, a mudança para a energia elétrica e a expansão do sistema ferroviário, sem dúvida, são os maiores representantes, especialmente no que diz respeito as vantagens para a indústria.

Embora a ação do governo paulista tenha tido por objetivo auxiliar a economia cafeeira, é fato incontrovertido que a indústria foi grandemente beneficiada. Boa parte dos imigrantes se fixa nas cidades, particularmente em São Paulo, engrossando a oferta de mão de obra e elevando o seu nível de qualificação. O desenvolvimento de uma rede de transporte ferroviário, por outro lado, (...) assegura a São Paulo o domínio do mercado constituído pelo interior do estado e por áreas limítrofes de outros estados, e vai ser um dos fatores da expansão da indústria paulistana. (SINGER, 1974, p.56)

A expansão da indústria e consequente urbanização da cidade de São Paulo se traduz nos números de população total do estado que podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2 – População total do estado de São Paulo e Variação da População, 1872-1940

Censos	População Total	Variação da População (%)
1872	837.354	-
1890	1.384.753	65,4
1900	2.282.279	64,8
1910	3.455.030	51,4
1920	4.592.188	32,9
1940	7.180.316	56,4

Fonte: IPEA Data.

O enorme crescimento do estado no fim do século XIX se deu devido a instalação do complexo cafeeiro bem como as suas consequências na acumulação de capital, no fortalecimento da indústria, do comércio e do setor de serviços. A queda que pode ser observada entre as décadas de 1910 e 1920 deve-se ao encerramento da Primeira Guerra Mundial o que causou um forte impacto em função da volta dos grandes produtores industriais ao mercado mundial elevando a concorrência dos produtos estrangeiros no mercado nacional.

Cabe mencionar ainda o aumento populacional representado pelos imigrantes estrangeiros que desembarcaram entre os anos de 1900 (478.417 mil pessoas) e 1920 (829.851 mil pessoas) incrementado os números da população total (BAENINGER e BASSANEZI, 2006).

A urbanização corria em ritmo acelerado e com o tempo a cidade de São Paulo começa a ofertar mais postos de trabalho ao passo que aumentam as demandas do setor de construção civil, na indústria e no comércio em geral. Intensifica-se assim a função magnética de São Paulo como polo de atração de imigração de diversas partes do país, especialmente as regiões que se encontravam praticamente estagnadas como a região Nordeste.

2.3 O fluxo Pernambuco-São Paulo

A expansão agrícola – não apenas o complexo cafeeiro paulista – se tornou o grande divisor de águas na história das migrações internas representando um enorme polo de atração econômica. Entre 1887 e 1930 São Paulo recebeu cerca de 2,5 milhões de imigrantes tendo os

oriundos do Nordeste e de Minas Gerais, contabilizado cerca de 280 mil pessoas. (CANO, 1975).

São Paulo seria o maior receptor dos fluxos migratórios. Em 1940, seu fluxo acumulado de entrada bruta de imigrantes equivalia a 10,1% de sua população, cifra que aumentaria para 11,6% em 1950 quando totaliza pouco mais de um milhão de pessoas, das quais cerca de 50% oriundas de MG e pouco mais de 1/3 do NE. (CANO, 1998, p. 230)

Diversos fatores de expulsão e atração podem ser atribuídos aos estados de origem e destino, respectivamente. No estado de Pernambuco – e na região Nordeste no geral – até primeira metade do século XX predominavam os movimentos no sentido rural-rural e rural-urbano, estimulados pela forte concentração fundiária e a consequente dificuldade no acesso à propriedade rural de pequenos produtores, situação agravada pela inserção de máquinas na agricultura e pelo fenômeno das secas periódicas que assolavam a região nordestina no período (tabela 3).

Tabela 3 – Ocorrência cronológica das secas documentadas no Nordeste no século XX (1900 até 1994)

	Décadas									
	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90
Anos	1900	1915	-	-	1942	1951	1962	1970	1980	1993
	1903	1919	-	-	-	1952	1966	1976	1981	-
	-	-	-	-	-	1953	-	1979	1982	-
	-	-	-	-	-	1958	-	-	-	-
Total	2	2	0	0	1	4	2	3	3	1

Fonte: SEPLAN/PR, 1994

O desemprego e subemprego nas áreas urbanas também representariam grandes propulsores de expulsão de mão de obra pernambucana para as regiões mais dinâmicas do país, tendo São Paulo como seu maior expoente. Os fatores de atração até 1950 eram basicamente o nível salarial elevado, a expansão do emprego rural e urbano além da oferta de trabalho nos setores de construção civil e na indústria.

Nas décadas seguintes – de 1950 e 1960 – o saldo de nordestinos fora da sua região de nascimento praticamente dobra (MOURA, 1972), fato que pode ser justificado pela ocasião

da construção de Brasília (o que demandou uma massa de trabalhadores principalmente para o setor de construção), além da expansão da fronteira agrícola cafeeira, o crescimento do setor de construção civil no Rio de Janeiro, as secas que atingiram a região semiárida nordestina no período, a melhoria no sistema viário e ainda o enorme crescimento industrial de São Paulo.

Entre 1956 e 1962, a implantação da indústria “pesada” reforçaria esse processo, acelerando a integração do mercado nacional. É fato que a maior parte dos investimentos desse período se concentrou em SP, mas também é fato que a participação do imigrante nacional na população paulista passou de 10,0% em 1940 para 14,3% em 1960, totalizando 1,8 milhão de pessoas, sendo nordestinos (32%) e mineiros (36%), em sua maioria. (CANO, 1998, p. 337)

A expansão da fronteira agrícola do Paraná, do Centro-Oeste e do Maranhão amorteceram, em parte, a expansão demográfica urbana e o fenômeno do êxodo rural no país, podendo escoar parte dos fluxos migratórios para estas áreas. No entanto, a crise de 1962/1966 e as mudanças na estrutura econômica impostas pelo golpe militar serviram para alterar este cenário resultando num quadro de queda salarial, recessão e aumento do desemprego urbano. Estes entraves seriam solucionados mais a frente com a reformas institucionais (1967) que estimularam o desenvolvimento regional propiciando a criação de novos amortecedores sociais.

A lenta dinâmica econômica dos estados do Nordeste e principalmente do estado de Pernambuco foi agravada pelo direcionamento dos incentivos do governo para as regiões de maior desenvolvimento estimulando a saída dessas populações em busca de melhores condições de vida e trabalho caracterizando assim, o estado de Pernambuco como fornecedor de mão-de-obra.

Segundo Moura (1972), Pernambuco apresenta-se como um dos estados que mais perde população para o estado de São Paulo até 1970. A tabela 4 expõe o número total de naturais do Nordeste que se encontravam ausentes da região para os anos de 1940, 1950 e 1970 por estado de nascimento.

Tabela 4 – Naturais ausentes segundo estado de nascimento (1940-1970)

Estados	1940	1950	1970	(%) 1970
Alagoas	52.800	100.900	327.100	8,6
Bahia	305.700	397.300	1.266.100	33,4
Ceará	102.700	126.800	433.800	11,4
Maranhão	61.400	78.800	226.200	6,0
Paraíba	27.000	52.400	344.200	9,1
Pernambuco	79.000	141.500	690.000	18,2
Piauí	19.300	28.200	124.100	3,3
Rio Grande do Norte	29.600	42.600	181.400	4,8
Sergipe	32.900	56.200	202.300	5,3
Nordeste	710.400	1.024.700	3.795.100	100

Fonte: Moura, 1972 (Adaptado)

Vê-se o aumento significativo do número total de nordestinos que se encontravam ausentes da região no decorrer das décadas, destacando a grande elevação de pernambucanos fora do estado entre os anos de 1950 e 1970, representando na última década, 18,2 % do total dos nordestinos sendo superado apenas pelo estado da Bahia que acumulou 33,4% do total dos ausentes no período.

Na tabela 5 pode-se observar o número de naturais do Nordeste residentes no estado de São Paulo por estado de nascimento para os anos destacados. Em 1940 Pernambuco contabilizava com cerca de 40% dos seus naturais ausentes residindo no estado de São Paulo, proporção que se manteve em ascensão nos anos seguintes com 44,4% de pernambucanos ausentes vivendo em São Paulo em 1950 e 47,8% em 1970. O número de nordestinos no geral, ausentes da região e residentes em São Paulo é sempre elevado, chegando a representar 39% no ano de 1970.

Tabela 5 – Total absoluto dos naturais ausentes, naturais ausentes residentes no estado de São Paulo e Porcentagem dos naturais ausentes residentes no estado de São Paulo (1940-1970)

Estados	1940			1950			1970		
	N/A	N/A - SP	% N/A - SP	N/A	N/A - SP	% N/A - SP	N/A	N/A - SP	% N/A - SP
AL	52.800	23.654	44,8	100.900	56.807	56,3	327.100	175.653	53,7
BA	305.700	153.461	50,2	397.300	189.512	47,7	1.266.100	603.930	47,7
CE	102.700	14.378	14,0	126.800	29.037	22,9	433.800	120.596	27,8
MA	61.400	982	1,6	78.800	1.418	1,8	226.200	9.274	4,1
PB	27.000	5.967	22,1	52.400	10.742	20,5	344.200	81.575	23,7
PE	79.000	31.521	39,9	141.500	62.826	44,4	690.000	329.820	47,8
PI	19.300	2.992	15,5	28.200	5.217	18,5	124.100	32.514	26,2
RN	29.600	4.470	15,1	42.600	6.986	16,4	181.400	35.373	19,5
SE	32.900	9.475	28,8	56.200	25.009	44,5	202.300	92.249	45,6
NE	710.400	246.509	34,7	1.024.700	387.337	37,8	3.795.200	1.480.128	39,0

N/A Natural Ausente

N/A – SP Natural Ausente Residente no estado de São Paulo

Fonte: Moura, 1972 (Adaptado)

A partir da década de 1970 tanto o processo de concentração urbana quanto o da interiorização do desenvolvimento econômico começaram a se intensificar. Entre 1975 e 1985 uma série de ações que visavam a modernização dos setores produtivos e da infraestrutura passou a ser priorizada bem como a diversificação da economia para o interior. O processo de desconcentração produtiva – a partir de São Paulo – estimulou a demanda por um contingente de mão de obra habilitada além de empresários, direcionando fluxos migratórios de regiões mais dinâmicas em direção as regiões periféricas.

O aceleração da urbanização após a consolidação da indústria pesada e o aumento das camadas mais pobres em São Paulo geraram problemas de crescimento na metrópole, o que fortaleceu os movimentos de interiorização da indústria alterando, posteriormente, os fluxos migratórios oriundos tanto da região Nordeste quanto da Grande São Paulo em direção ao interior paulista, estimulando o crescimento da urbanização de áreas como Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba (CANO, 1998).

A prolongada crise da década de 1980 acarretou em mudanças na configuração dos fluxos migratórios que passaram a perder intensidade em direção as grandes áreas receptoras de migração. O mercado de trabalho paulista perde atratividade – oferecendo cada vez menos postos de trabalho – além de aumentar a seletividade na mão de obra (JANNUZZI, 2000). A influência da desconcentração produtiva começa a mostrar efeitos mais evidentes, tornando cada vez maiores os fluxos migratórios em direção as novas áreas industriais e as cidades

médias que agora são catalizadores de investimento nas áreas de construção civil e comércio, estimulados pelo crescimento urbano.

Em síntese, a década de 1980 foi cenário de diversas mudanças na configuração socioeconômica do país e consequentemente dos fluxos migratórios sendo as mais evidentes: a inversão das correntes migratórias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, a redução do fluxo de saída da população da região Nordeste, o esgotamento da fronteira agrícola, a perda da dinâmica econômica do estado de São Paulo e a consequente redução na sua atratividade migratória, o aumento dos fluxos migratórios em direção as cidades médias, o aumento dos deslocamentos pendulares e a migração de retorno (OLIVEIRA, L. A. P. e OLIVEIRA, 2011).

2.4 A redução do volume de migração para São Paulo e o fluxo de retorno para o estado de Pernambuco

As mudanças na configuração da migração interna começaram a ser percebidas a partir da década de 1970 quando as regiões típicas receptoras de população (São Paulo e Rio de Janeiro) começaram a indicar reduções na intensidade dos fluxos migratórios em sua direção. A região Sudeste que possuía um fluxo migratório de aproximadamente 5 milhões de pessoas nos anos 70, reduz este volume para 4,3 milhões no período de 1981-1991. (BAENINGER, 2010).

Essa redução foi caracterizada pela perda do dinamismo econômico e da oferta de empregos das grandes metrópoles nacionais e dos efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas no período (1970-1980). A maturação dos investimentos realizados da região Nordeste – em grande parte desempenhados pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) – também serviu para segurar parte da população dentro da região, a que mais expulsava população.

Os efeitos causados por essa descentralização industrial e pelo esgotamento das fronteiras agrícolas, em especial os deslocamentos populacionais em função da nova configuração econômica, só foram percebidos nas décadas posteriores (1981-1991). No entanto, o processo de migração de retorno já havia sido identificado no estado de Minas Gerais, onde, já nos anos 70, aproximadamente 35% dos imigrantes para o estado eram de

retorno (BRITTO, 1997). Apesar de se verificarem movimentos de retorno em estados da região Sudeste, é no Nordeste que estão os fluxos mais substanciais.

As décadas de 1980 e 1990 foram palco de diversas crises na estrutura econômica do país o que, em grande parte, pode ser responsável pelo incremento nas taxas de migração de retorno aos estados do Nordeste. O período de hiper inflação atingiu os grandes centros dinâmicos, em especial o estado de São Paulo, que passa a fechar as vagas de empregos da construção civil e na indústria (setores de atividades predominantemente procurados por nordestinos).

A tabela 6 expõe o total de imigrantes, emigrantes e o saldo migratório dos estados do Nordeste e São Paulo nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 com base nos dados de data fixa. É possível observar a diminuição constante da imigração para o estado de São Paulo além da redução no seu saldo migratório, também resultado do aumento da emigração no estado.

Tabela 6 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório (data fixa) segundo os estados da região Nordeste e estado de São Paulo - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Estados	1986/1991			1995/2000			2005/2010		
	IM	EM	SM	IM	EM	SM	IM	EM	SM
AL	60.881	112.632	-51.751	55.967	127.949	-71.982	53.591	130.307	-76.716
BA	186.614	469.091	-282.477	250.572	518.038	-267.466	229.226	466.360	-237.134
CE	121.649	245.166	-123.517	162.926	186.709	-23.783	112.372	181.223	-68.851
MA	103.447	237.929	-134.482	100.820	274.470	-173.650	105.682	270.663	-164.981
PB	88.903	174.058	-85.155	102.005	163.485	-61.480	96.028	125.523	-29.495
PE	171.677	317.232	-145.555	164.872	280.289	-115.417	148.498	223.586	-75.088
PI	72.949	139.447	-66.498	88.736	140.815	-52.079	73.614	144.036	-70.422
RN	75.570	76.443	-873	77.917	71.286	6.631	67.728	54.014	13.714
SE	55.976	42.213	13.763	52.109	56.931	-4.822	53.038	45.143	7.895
NE	937.666	1.814.211	-876.545	1.055.924	1.819.972	-764.048	939.777	1.640.855	-701.078
SP	1.392.792	647.994	744.798	1.223.809	883.884	339.925	991.313	735.517	255.796

IM - Imigrantes / EM - Emigrantes / SM - Saldo Migratório

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. IBGE.

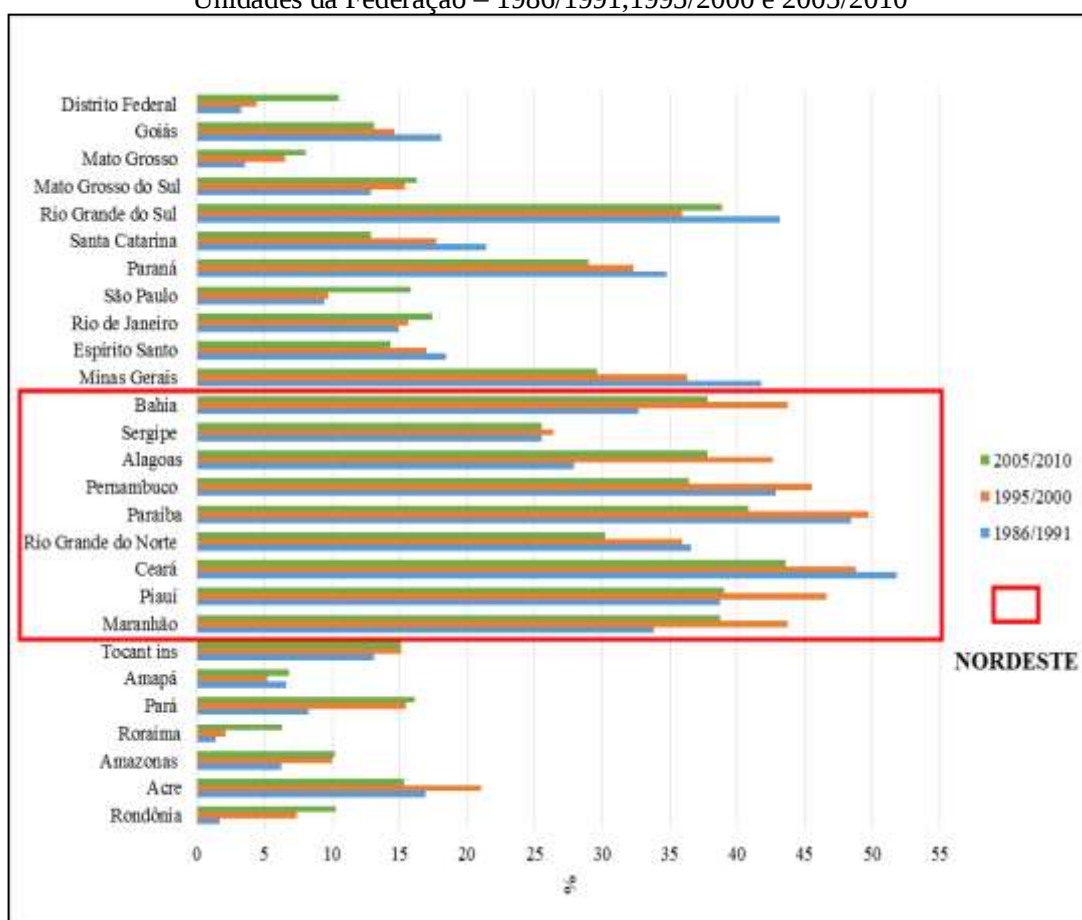
Na região Nordeste apenas os estados do Rio Grande do Norte – nos dois últimos quinquênios – e Sergipe – 1986/1991 – possuíram saldos positivos, todos os demais estados permaneceram com seus saldos migratórios negativos em todos os períodos, bem como a região Nordeste como um todo. Todavia, tem-se uma redução considerável do saldo

migratório da região Nordeste que contabilizou -701.078 no período de 2005/2010 tendo contabilizado -876.545 em 1986/1991.

Os emigrantes do Nordeste têm como principal destino o estado de São Paulo. No entanto, a configuração destes fluxos vem se modificando ao longo das últimas décadas (BATISTA, CAMPOS E RIGOTTI, 2012). Os estados da Bahia e Pernambuco – os maiores responsáveis pela emigração em direção a São Paulo – passam a apresentar no quinquênio 2005/2010 uma forte redução nos seus saldos migratórios negativos, em especial o estado de Pernambuco que passa de -115.417 em 1995/2000 para -75.088 em 2005/2010 consequência da redução do seu volume de emigração e do importante volume de imigração.

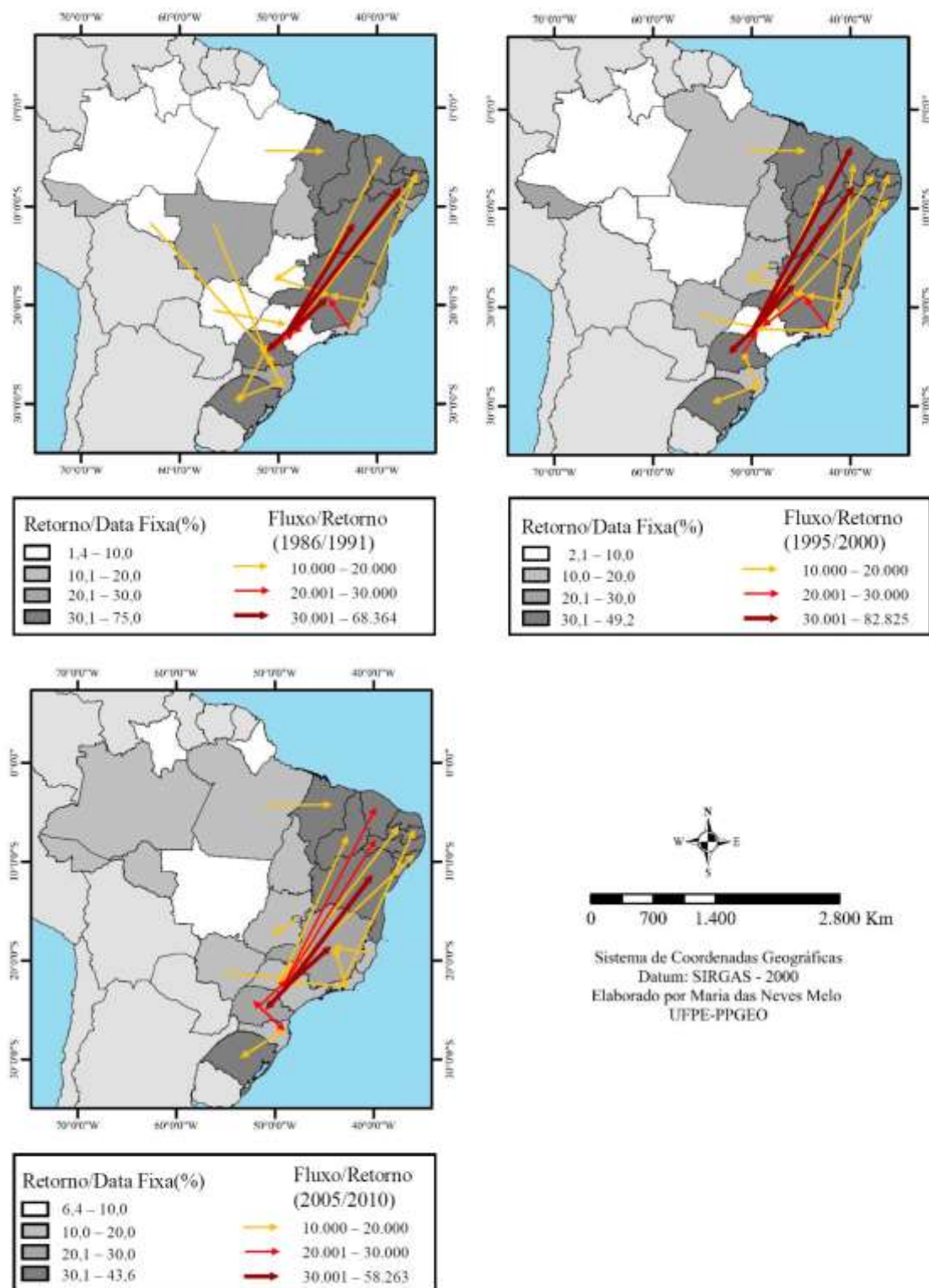
O gráfico 1 pode ser analisado em conjunto com a figura 3 onde pode-se observar, respectivamente, a distribuição da participação relativa dos imigrantes de retorno (data fixa) segundo as Unidades da Federação e os fluxos interestaduais referentes aos imigrantes de retorno (data fixa) para os quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Gráfico 1 – Participação relativa dos imigrantes de retorno data fixa no total de imigrantes, segundo as Unidades da Federação – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Figura 3 – Fluxos interestaduais referentes aos imigrantes de retorno (data fixa) – 1986/1991,1995/2000 e 2005/2010



Fonte: Batista, Campos e Rigotti, 2012 (Adaptado).

Os estados da região Nordeste apresentam as maiores porcentagens de migrantes de retorno dentro do seu total de imigrantes nos três quinquênios. O estado do Ceará foi o que obteve o maior percentual em 1986/1991 com 51,8% de retornados seguindo pela Paraíba (48,4%) e Pernambuco com 42,8% dos seus imigrantes sendo de retorno.

No quinquênio seguinte – 1995/2000 – todos os estados da região Nordeste apresentaram aumento nos percentuais de retorno, com exceção dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte que registraram, respectivamente, 48,1% e 35,6% - cifras que continuariam a cair em 2005/2010. É possível observar na figura 3 a maior expressividade dos fluxos de retorno oriundos de São Paulo em direção aos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia no quinquênio de 1995/2000, bem como sua redução no período seguinte.

Em suma, no final da década de 1980 e início dos anos 1990 o estado de Pernambuco começa a receber de volta seus migrantes de retorno impulsionados pela perda das ofertas de emprego na região Sudeste, em especial o estado de São Paulo, e pela maturação de investimentos realizados na região em períodos anteriores que agora começavam a dar resultados positivos na gestão da administração pública além do aumento na oferta de trabalho, diminuindo o impulso da emigração.

Apesar da redução que pode ser observada no fluxo da migração de retorno oriunda de São Paulo para o estado de Pernambuco, o seu volume ainda é considerável, especialmente pelo crescimento da dinâmica econômica do estado de Pernambuco e pelo aumento da oferta de emprego nos setores de serviços mais especializados.

Tomando como base a hipótese de que o fenômeno migratório pode ser traduzido em grande parte como mobilização da força de trabalho, torna-se essencial o esforço de identificar de forma mais aprofundada como se caracterizam estes fluxos de retorno no que tange a sua distribuição espacial e a sua configuração social e demográfica, sendo este um dos objetivos deste trabalho tendo seus resultados apresentados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3.

RETORNADOS PERNAMBUCANOS NAS DÉCADAS DE 2000 E 2010

(...) a migração pode ser vista como mobilidade da força de trabalho, diretamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho no país. (...) resta averiguar até que ponto os fluxos migratórios respondem aos movimentos do capital no espaço, e se assim o fazem, como estão se configurando social e demograficamente. (MATOS, 2003, p. 230)

3.1 O estado de Pernambuco: caracterização geográfica e contexto econômico recente

No que diz respeito a dimensão territorial, Pernambuco é um dos menores estados do país, ocupando uma área de 98.148,323 km². No entanto, a sua posição geográfica propiciou a função de entreposto comercial desde a época da colonização, uma vez que se encontra quase que exatamente no meio da região Nordeste além de se localizar a uma distância mais curta do mercado externo. Por conta de sua divisão territorial, caracterizada pelo seu formato alongado, podem ser encontradas no estado de Pernambuco três regiões fisiográficas bem definidas, sendo elas: a região da mata, a região do agreste e a região do sertão.

A região da mata situa-se entre o litoral e o Planalto da Borborema sendo uma faixa contínua com altos níveis de pluviosidade e umidade, possuindo uma estação seca, com o revelo caracterizado pelas faixas litorâneas e áreas de mangue na sua parte oriental seguindo com uma formação de tabuleiros costeiros em direção ao interior, o que sempre favoreceu o plantio da cana-de-açúcar nesta região.

Na parte oriental do Planalto da Borborema encontra-se a região do agreste, caracterizada por ser uma zona de transição entre a zona da mata e o sertão, possuindo áreas mais úmidas quando mais próxima do primeiro bem como áreas mais secas quando mais perto do segundo. Um pouco menos úmida do que a região da mata, a região agreste abriga uma maior quantidade de propriedades rurais de pequeno porte, em especial com a produção de subsistência e ainda pecuária, sendo a região que abastece desde a época colônia a cidade de Recife e suas adjacências.

Foi também esta região a que mais desenvolveu a produção de algodão no estado no século XVIII. O litoral estava tomado pela *plantation* canavieira que necessitava de umidade e vastas áreas para o plantio. O algodão por sua vez, podia ser produzido em regiões menos úmidas, em minifúndios e em associação com outras culturas como milho e feijão, o que estimulou a economia da região agreste e permitiu que pequenos produtores também participassem da dinâmica econômica da época.

Por fim, localizada na porção ocidental do Planalto da Borborema tem-se a região do sertão ocupando a área mais vasta do estado de Pernambuco. Dentro da sua dimensão territorial o sertão abriga as mais variadas formas de atividades econômicas dependendo da região. A parte sul é banhada pelo rio São Francisco, o que propicia a atividade pesqueira, em parte artesanal. É também graças ao rio que pode-se encontrar no extremo ocidental do estado a produção de fruticultura irrigada, mais especificamente na cidade de Petrolina. Seguindo mais ao norte – no extremo ocidental – tem-se o chamado Polo Gesseiro do Araripe (Chapada do Araripe). Na parte norte tem-se as áreas de agricultura de sequeiro. (ANDRADE, 1998). Na época da colônia, a principal dinâmica econômica era a pecuária, tendo em vista a falta de umidade e de chuvas regulares que não permitia o cultivo de vegetais mais exigentes.

O sertão pernambucano encontra-se na região classificada como polígono das secas que abrange oito estados da região Nordeste e o estado de Minas Gerais, sendo indicada como uma área sujeita a grandes períodos de estiagem e crises prolongadas em função da falta de umidade e água. Durante muitos destes períodos de estiagem, grande parte da população que habitava estas regiões deixou seus locais de residência em busca de maiores condições de sobrevivência, tema que já foi abordado no capítulo anterior.

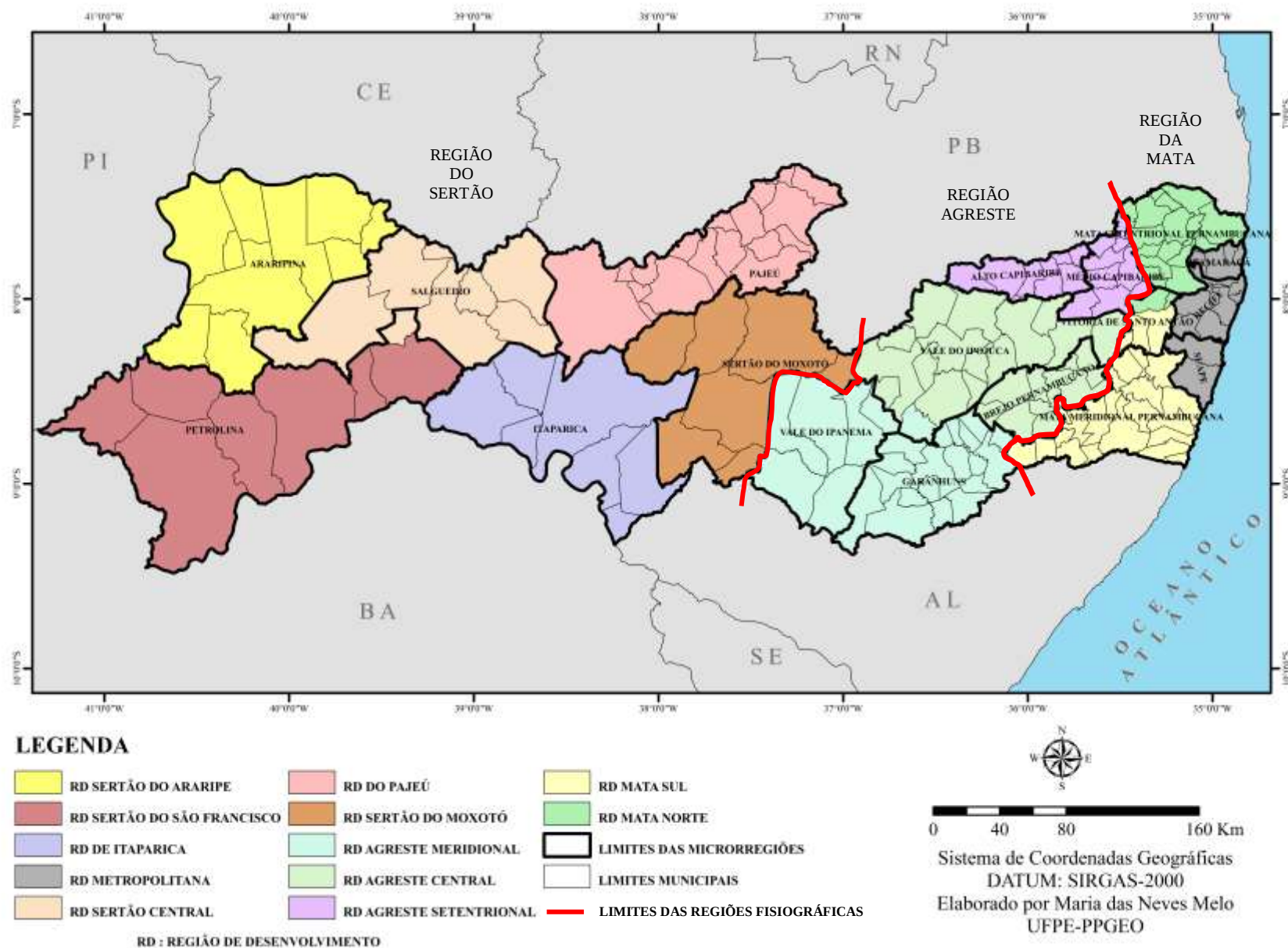
A heterogeneidade natural do estado de Pernambuco, no que diz respeito a variedade de zonas fisiográficas, tem como consequência a diversidade do setor econômico, em um primeiro momento em relação a agropecuária e em seguida a dinamização dos seus núcleos urbanos, estimulando o crescimento do setor de comércio e serviços. Esta diversidade de processos que se desenvolvem nas regiões do estado propiciam a análise dos fenômenos migratórios (LYRA, 2003).

A figura 3 expõe um mapa do estado de Pernambuco subdividido em Regiões Fisiográficas, Microrregiões, Regiões de Desenvolvimento e Municípios. Este mapa pode servir de base cartográfica para análise dos resultados desta pesquisa juntamente com o anexo 3 que traz o mapa do estado de Pernambuco com o nome de todos os seus municípios referenciados para consulta posterior.

A divisão por microrregião foi adotada para uma parte da abordagem do contexto econômico do estado para as variáveis: PIB por microrregião para os anos de 2000 e 2010 e PIB per capita por Microrregião pernambucana (2010).

Também pode ser encontrada no mapa em questão a divisão territorial por Regiões de Desenvolvimento do estado de Pernambuco. Esta divisão foi instituída pelo Governo do Estado de Pernambuco no ano de 2000 com o objetivo de estabelecer uma lógica organizacional segundo a dinâmica socioeconômica e ocupacional e o processo de ocupação das regiões, agrupando-as em relação as suas características mais ou menos homogêneas, especialmente para efeito do planejamento de políticas públicas. Os municípios que compõem cada Região de Desenvolvimento podem encontrados no anexo 4.

Figura 4 – Mapa do estado de Pernambuco subdividido em Regiões Fisiográficas, Microrregiões, Regiões de Desenvolvimento e Municípios



Fonte: CONDEPE/FIDEM e IBGE

A partir da segunda metade dos anos 1970 até o início da década de 1990, o estado de Pernambuco vivencia um ciclo de perda de dinamismo econômico, resultante de investimentos realizados nos demais estados da região Nordeste – a exemplo do Polo Petroquímico de Camaçari e do Polo minero-metalúrgico de São Luís – além da redução da função de entreposto comercial que o estado exercia. O fato dos investimentos terem sido, em grande parte, direcionados para a Região Metropolitana de Recife também afetou a economia pernambucana (LIMA, J. P. R. et al 2007).

Nos anos 2000 o desempenho econômico relativo do estado vem sendo recuperado tendo em vista as políticas de descentralização do desenvolvimento promovendo a interiorização dos investimentos. Na tabela 7 tem-se o PIB das Unidades da Federação da região Nordeste e do Brasil para os anos 2000 e 2010. É possível observar o crescimento dos PIBs de todos os estados da região Nordeste. O PIB do estado de Pernambuco é o segundo maior nos dois anos, ficando atrás apenas do estado da Bahia, tendo porém este último, crescido menos no período do que Pernambuco, diminuindo sua parcela de representatividade em função do crescimento do PIB dos demais estados da região.

Tabela 7 – PIB (R\$ mil) por Unidades da Federação do Nordeste e Grande Região Nordeste - Brasil, 2000-2010

Estado	2000	2000 (%)	2010	2010 (%)
Alagoas	7.768.754	5,29	10.965.257	4,84
Bahia	46.523.212	31,69	68.866.569	30,41
Ceará	22.607.131	15,40	34.743.476	15,34
Maranhão	11.908.912	8,11	20.193.160	8,92
Paraíba	9.337.554	6,36	14.254.748	6,29
Pernambuco	26.959.112	18,36	42.472.223	18,76
Piauí	6.062.726	4,13	9.843.223	4,35
Rio Grande do Norte	9.119.808	6,21	14.429.585	6,37
Sergipe	6.539.803	4,45	10.678.505	4,72
Nordeste	146.827.013	100	226.446.746	100
Brasil	1.179.482.000	-	1.682.208.371	-

Fonte: IPEA Data.

Uma maior abertura das economias periféricas, bem como uma transformação no papel do Estado como indutor de atividades econômicas, forjou a entrada de diversos investimentos no estado de Pernambuco e estimulou o engajamento de diversas políticas (LIMA, J. P. R. et al 2007).

Dentre estas políticas deve-se atentar para o papel da Agência de Desenvolvimento estadual (ADDIPER) e do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) que fornecem subsídios a empresas que tem interesse em estabelecer suas estruturas no estado de Pernambuco, além de estimularem a diversificação das exportações do estado. A prioridade para este último vem do fato de Pernambuco ser o segundo maior mercado consumidor do Nordeste e sua localização –no centro da região Nordeste - favorece o crescimento do seu polo logístico.

Em meio a todos os investimentos abrigados em solo pernambucano, um com certeza se destaca: o Complexo Industrial Portuário de Suape. O maior polo de atração de negócios do Nordeste brasileiro vem alavancando a economia do estado, resultado da soma de investimentos de diversos setores como: petroquímico, biotecnológico, construção civil, indústria, tecnologia, farmacêutico, automotivo, indústria naval etc. São mais de 100 empresas em operação, criadoras de mais de 25 mil empregos diretos, e outras 50 em fase de implantação.

Segundo LIMA, J. P. R. et al (2007, p. 532)

Nota-se ainda que Suape agrega uma multimodalidade de transportes, com rodovias e ferrovias internas, aliadas a um porto de águas profundas com redes de abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações e gás natural instaladas em todo o complexo(...)

Toda essa estrutura impulsiona o advento de grandes indústrias estimuladas pela tendência à concentração espacial das atividades e, conseqüentemente, dos equipamentos e infraestruturas necessárias. O reflexo destes investimentos pode ser observado na tabela 8 que expõe o PIB por microrregião do Estado de Pernambuco e a sua participação relativa no total do estado para os anos 2000 e 2010. Fica clara a redução da participação relativa do PIB da microrregião de Recife em função do aumento da participação da microrregião de Suape no período em análise. Todas as microrregiões do estado apresentaram crescimento do PIB, tendo como expoentes em 2010 as microrregiões de Recife (48,39%), Suape (14,26%), Vale do Ipojuca¹ (6,54%) e Petrolina (4,41%).

¹ A microrregião do Vale do Ipojuca localiza-se na Região de Desenvolvimento do Agreste Central e compreende alguns grandes municípios da região agreste como: Belo Jardim, Bezerros, Caruaru, Gravatá, Pesqueira etc.

Tabela 8 – PIB por Microrregião do Estado de Pernambuco e participação relativa - para os anos de 2000 e 2010

Microrregião	2000 (R\$)	(%)2000	2010 (R\$)	(%)2010
Alto Capibaribe	363.420,0	1,35	729.206,1	1,72
Araripina	447.895,8	1,66	681.595,5	1,60
Brejo Pernambucano	325.342,3	1,21	486.830,8	1,15
Fernando de Noronha	11.025,3	0,04	15.006,5	0,04
Garanhuns	744.445,5	2,76	1.208.987,6	2,85
Itamaracá	601.838,8	2,23	808.600,9	1,90
Itaparica	446.004,9	1,65	590.315,3	1,39
Mata Meridional Pernambucana	1.038.483,9	3,85	1.524.190,1	3,59
Mata Setentrional Pernambucana	1.184.476,4	4,39	1.695.997,9	3,99
Médio Capibaribe	379.513,3	1,41	570.361,2	1,34
Pajeú	494.126,2	1,83	792.251,0	1,87
Petrolina	972.636,8	3,61	1.874.004,3	4,41
Recife	14.449.652,4	53,60	20.551.752,2	48,39
Salgueiro	249.584,4	0,93	410.556,4	0,97
Sertão do Moxotó	301.536,0	1,12	521.512,6	1,23
Suaape	2.617.845,5	9,71	6.055.535,9	14,26
Vale do Ipanema	222.939,0	0,83	428.135,7	1,01
Vale do Ipojuca	1.668.777,9	6,19	2.777.127,1	6,54
Vitória de Santo Antão	439.568,0	1,63	750.256,3	1,77
Pernambuco	26.959.112,4	100	42.472.223,5	100
Nordeste	146.827.013,1	-	226.433.375,5	-
Brasil	1.179.482.000,0	-	1.682.195.000,5	-

Fonte: IPEA Data.

Alguns outros investimentos já instalados, bem como os que estão para se estabelecer, merecem ser citados, como: o Porto Digital (que em média quatro anos de funcionamento desenvolveu cerca de 2 mil postos de trabalho, além de atrair mais de 10 empresas de outras regiões do país e ainda 4 multinacionais estimuladas pela oferta de capital humano especializado em tecnologia da informação e comunicação); a Hemobrás (que será uma das âncoras do Polo Farmacoquímico de Pernambuco, em construção no município de Goiana/PE); a fábrica da FIAT (também no município de Goiana, com expectativa de geração de mais de 3,5 mil postos de trabalho); e ainda o Polo Médico localizado na RMR; a construção da ferrovia Transnordestina e o projeto do Arco Metropolitano. Por fim, tem-se a escolha de Pernambuco como sub-sede da Copa do Mundo 2014 sendo abrigado no esteio do grande projeto Cidade da Copa a ser concluído no município de São Lourenço da Mata (PE).

Tabela 9 – População total das microrregiões do estado de Pernambuco para os anos de 2000 e 2010

Microrregião	2000	(%) 2000	2010	(%) 2010
Alto Capibaribe	212.491	2,68	273.729	3,11
Araripina	277.362	3,50	307.642	3,50
Brejo Pernambucano	211.257	2,67	216.390	2,46
Fernando de Noronha	2.051	0,03	2.630	0,03
Garanhuns	413.218	5,22	442.117	5,03
Itamaracá	133.359	1,68	165.830	1,89
Itaparica	116.574	1,47	134.212	1,53
Mata Meridional Pernambucana	506.479	6,40	559.290	6,36
Mata Setentrional Pernambucana	502.772	6,35	535.768	6,09
Médio Capibaribe	251.280	3,17	253.176	2,88
Pajeú	297.494	3,76	314.603	3,58
Petrolina	349.098	4,41	443.991	5,05
Recife	2.991.948	37,79	3.259.055	37,05
Salgueiro	151.879	1,92	162.029	1,84
Sertão do Moxotó	185.179	2,34	212.556	2,42
Suape	212.258	2,68	265.662	3,02
Vale do Ipanema	162.116	2,05	180.017	2,05
Vale do Ipojuca	743.506	9,39	852.171	9,69
Vitória de Santo Antão	198.023	2,50	215.580	2,45
Pernambuco	7.918.344	100	8.796.448	100

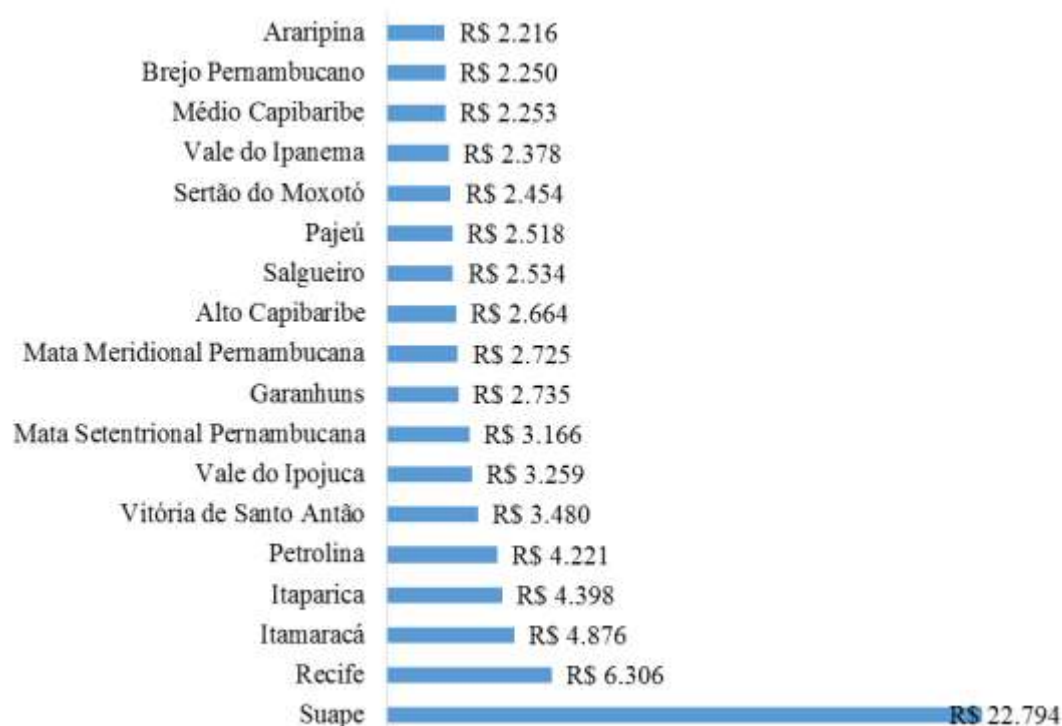
Fonte: IPEA Data.

A tabela 9 traz a distribuição da população total das microrregiões do estado de Pernambuco para os anos de 2000 e 2010. É importante observar a forte concentração populacional na microrregião de Recife nos dois anos, contabilizando 37,05% da população total do estado no ano de 2010. Nota-se também o aumento no número total de habitantes de algumas microrregiões onde o PIB também é mais elevado como as microrregiões do Vale do Ipojuca, Petrolina e Suape, reduzindo consequentemente, a participação relativa da população da microrregião de Recife.

No gráfico 2 vê-se a distribuição do PIB per capita das microrregiões do estado de Pernambuco para o ano de 2010. A clara diferença entre o PIB per capita da microrregião de Suape para as demais microrregiões pode ser justificada no seu número de habitantes, uma vez que é feita a divisão do Produto Interno Bruto pela população total. Com uma população de pouco mais de 265 mil habitantes em 2010, a microrregião de Suape tende a apresentar um PIB per capita extremamente elevado, considerando também o crescimento da sua economia nos últimos 10 anos representado pelo aumento na sua participação relativa no PIB

pernambucano. Seguindo Suape encontram-se a microrregião de Recife, Fernando de Noronha, Itaparica e Petrolina com os maiores PIBs per capita.

Gráfico 2 – PIB per capita das Microrregiões de Pernambuco (2010)

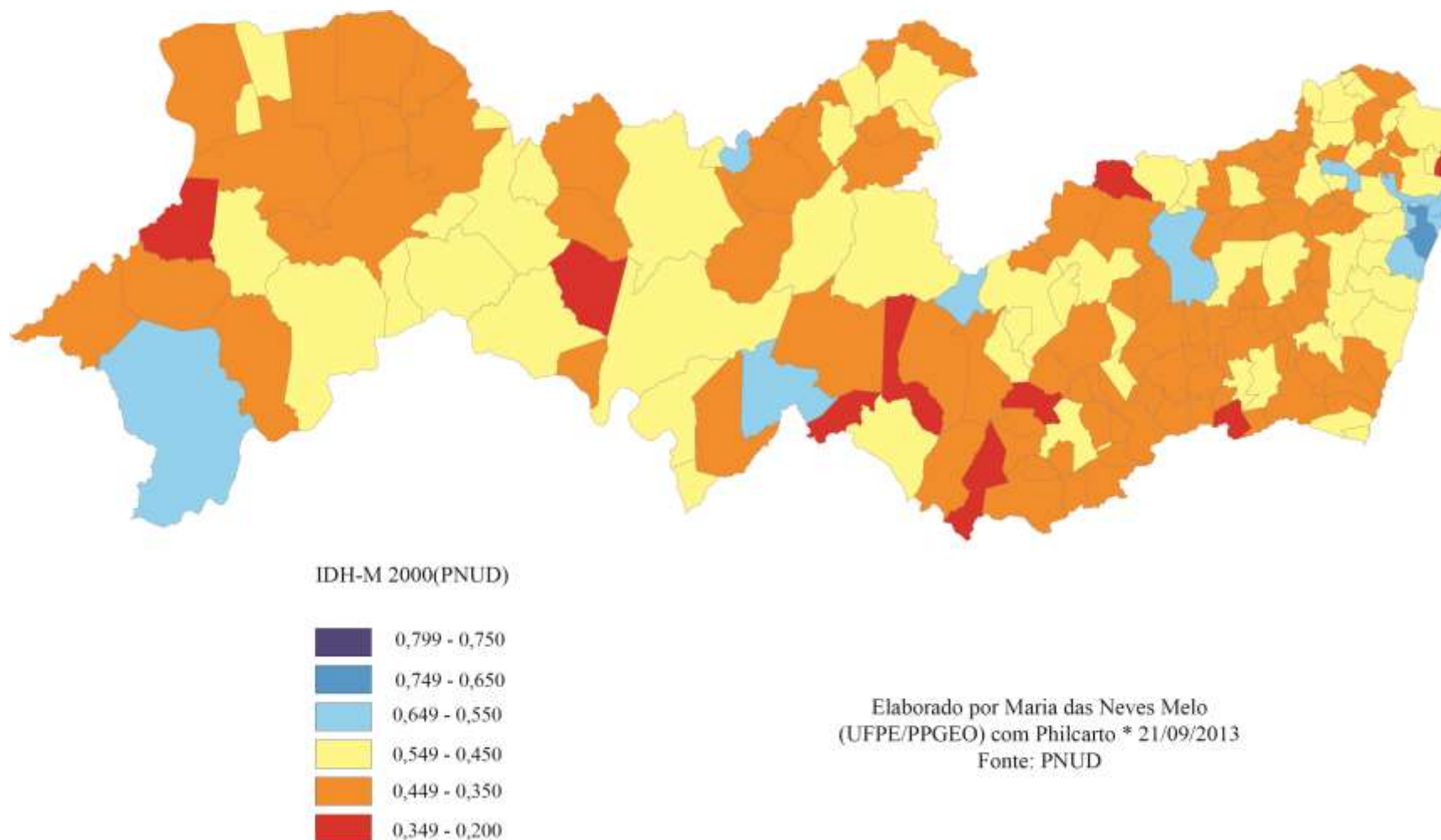


Fonte: IPEA Data.

A dinamização da economia do estado de Pernambuco e o aumento da ação de políticas públicas de caráter assistencialista – como o Bolsa Família – pode ter estimulado o crescimento dos demais setores do estado como educação, saúde e renda, que podem ser representados em parte pela elevação do Índice de Desenvolvimento Humano da maioria dos municípios pernambucanos como mostram as figuras 5 e 6.

Analisando-se o IDH-M de Pernambuco nos anos 2000 e 2010 fica evidente o avanço dos índices dos municípios que se encontravam em 2000 abaixo de 0,449 e que em 2010 passam a compor a faixa de 0,649 – 0,550, sendo ainda assim considerados índices de baixo a médio desenvolvimento humano. A configuração do IDH-M em 2010 é similar a distribuição do PIB das microrregiões no mesmo período, sendo possível observar que os municípios com os maiores PIBs possuem, na maioria das vezes, um IDH-M mais elevado.

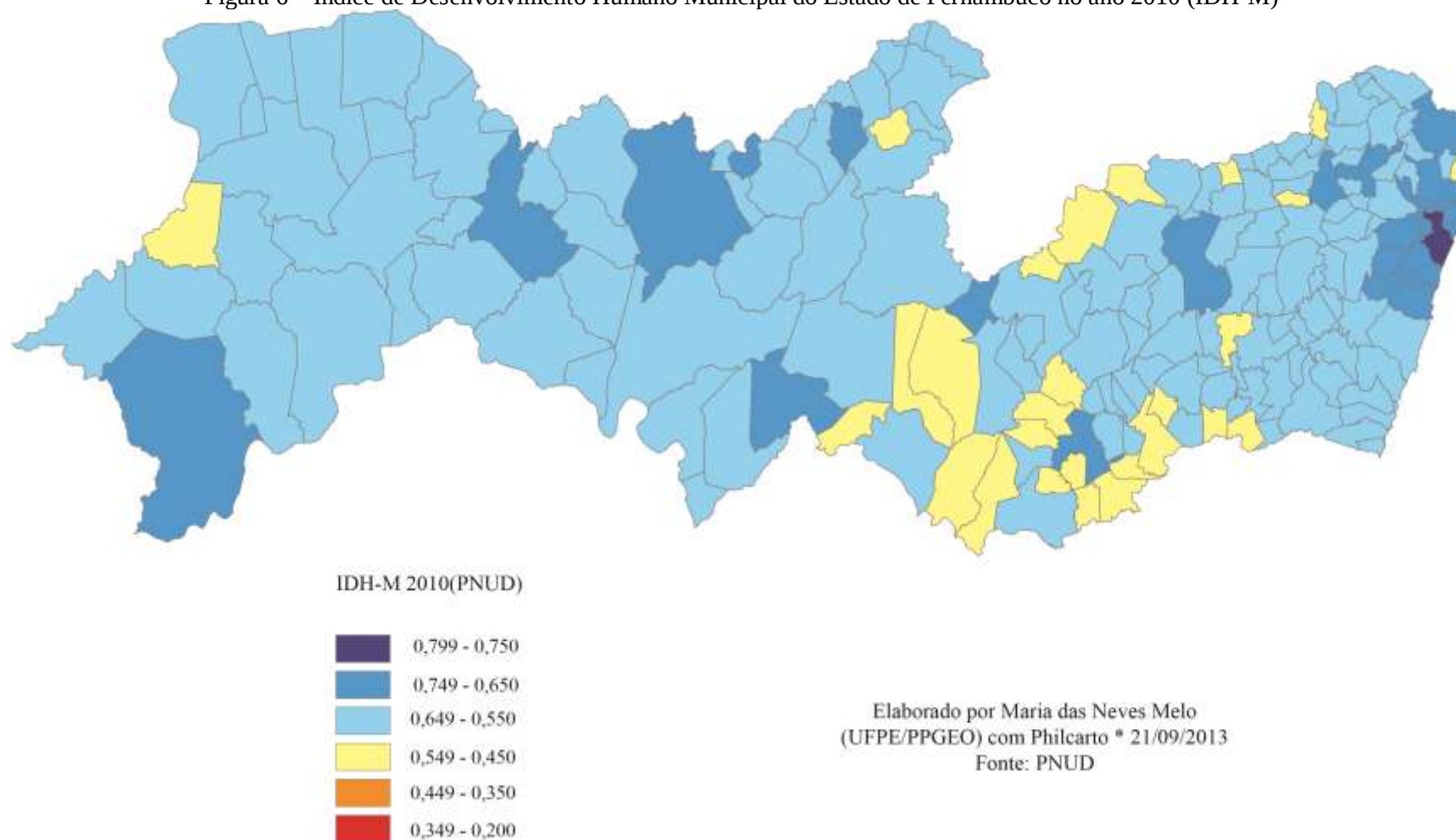
Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Estado de Pernambuco no ano 2000 (IDH-M)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD,2003)



Figura 6 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Estado de Pernambuco no ano 2010 (IDH-M)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD,2013)



Todavia, o processo também pode ocorrer de forma distinta, como é o caso da Microrregião de Suape – composta pelos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – que apresentou (para 2000 e 2010) um PIB elevado sem consequentemente contabilizar um IDH também elevado, principalmente no que diz respeito ao município de Ipojuca que em 2000 estava na faixa de 0,549 – 0,450 e em 2010 passa a faixa de 0,649 – 0,550 (índices considerados baixos no IDH).

Em síntese, os maiores polos de desenvolvimento econômico do estado estariam divididos, em linhas gerais, entre: a área da metrópole recifense onde se encontram os polos financeiro, tecnológico e imobiliário do estado, além do grande setor de comércio e serviços; a microrregião do complexo portuário de Suape; as microrregiões do Vale do Ipojuca e de Garanhuns onde se encontram alguns municípios como Caruaru e Gravatá com um forte setor de serviços; a microrregião do Alto Capibaribe que conta com os municípios do polo de confecções do estado (Toritama e Santa Cruz do Capibaribe); a microrregião da mata meridional pernambucana onde se tem a maior concentração de usinas e de plantação de cana-de-açúcar do estado; a microrregião de Petrolina e de Araripina, tendo a primeira um forte setor de serviços além do polo de fruticultura irrigada e a segunda tendo grande destaque a produção de gesso no Polo Gesseiro do Araripe.

Tendo em vista o panorama econômico recente do estado de Pernambuco, e levando em consideração que os movimentos migratórios estariam associados as dinâmicas dos fluxos de capital, tem-se no tópico seguinte a distribuição espacial dos retornados pernambucanos – tanto para os que declararam que voltaram para o município de nascimento quanto para os que declararam que voltaram para a UF de Pernambuco – que residiam anteriormente no estado de São Paulo (segundo o quesito data fixa) cinco anos anteriores a semana de referência dos Censos 2000 e 2010.

3.2 Para onde vão os retornados? Distribuição espacial da população migrante

Os migrantes de retorno analisados na pesquisa– como já apresentado na metodologia no primeiro capítulo deste trabalho – foram filtrados segundo o quesito data fixa, tornando possível a identificação do local de residência de nascimento, o estado de São Paulo como local de residência nos 5 anos anteriores ao Censo analisado (1995/2000 ou 2005/2010), e o estado de Pernambuco como local de residência atual – de acordo com o Censo

correspondente – sendo divididos em dois grupos: os migrantes que retornaram aos seus municípios de nascimento dentro do estado de Pernambuco e os migrantes que retornaram ao estado mas que não retornaram para os seus municípios de nascimento especificamente no período.

Uma vez adotada a hipótese de que os movimentos migratórios estariam condicionados a movimentos de capital e sobretudo a mudanças na dinâmica regional, justifica-se a divisão dos migrantes de retorno nos dois grupos citados, tendo em vista que, os migrantes que escolhem não retornar para os seus municípios de nascimento poderiam em grande parte estar localizando-se nos municípios que possuem uma economia mais dinâmica, fornecendo maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, ao passo que os migrantes que retornariam aos seus municípios de nascimento, poderiam também estar voltando motivados pelos laços e conexões sociais já existentes na terra natal, encontrando um ambiente onde o mesmo estaria menos vulnerável na perspectiva socioeconômica.

Em síntese, um migrante de retorno que poderia ter optado por voltar para seu município de nascimento e, no entanto, resolve se dirigir a outro município do seu estado de origem, pode representar de maneira mais direta os efeitos na mudança dos padrões da dinâmica econômica do estado, uma vez que seu movimento estaria mais fortemente associado a busca por lugares onde a sua força de trabalho pode ser empregada.

Os resultados desta pesquisa vão ser apresentados com a referida divisão, além do grupo dos não-migrantes a fim de expor os diferenciais existentes entre os indivíduos que nunca realizaram um movimento migratório e os que já realizaram e optaram por retornar ao estado de Pernambuco.

A tabela 10 traz o número total de não-migrantes, dos retornados de São Paulo para o município de nascimento e dos retornados de São Paulo para UF de Pernambuco em 2000 e 2010. É possível observar a diminuição contínua do número total de retornados tanto do município quanto da UF. Os do município contabilizavam 20.900 mil pessoas em 2000, apresentando uma queda para 16.690 mil pessoas em 2010. O mesmo ocorre nos retornados da UF – que possuem menor representatividade nos dois anos analisados em comparação com os retornados para o município – que contavam com 15.322 mil pessoas em 2000, caindo para 11.712 mil pessoas em 2010.

Tabela 10 – Número total de não-migrantes, retornados de São Paulo para o município de nascimento e retornados de São Paulo para a UF de Pernambuco em 2000 e 2010 (Data Fixa)

Censos	Não-Migrante	Retornado Município	Retornado UF
2000	5.353.410	20.900	15.322
2010	5.796.614	16.690	11.712

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010 (IBGE)

O fato de haver um número menor de retornados para a UF do que de retornados para o município de nascimento pode ser justificado pelo contexto da motivação do retorno. Muitos retornados dão preferência aos seus municípios de nascimento tendo em vista – como já foi mencionado – a existência de um cenário onde o mesmo se encontraria menos vulnerável, pelo menos durante o período de readaptação ou de intermédio entre o retorno e um novo movimento migratório.

Esta vulnerabilidade poderia ser representada pelo período em que o migrante estaria tentando se reinserir no mercado de trabalho, dependendo de laços familiares e conexões sociais no local de origem. Todavia, esta reinserção pode ser mais ou menos complexa, principalmente quando este migrante representa um risco para aqueles que nunca migraram, disputando as vagas de emprego, ou em relação a problemas psicossociais da readaptação na sociedade de origem².

Observa-se também o aumento do número de não-migrantes estimulado pelo aumento no número total de habitantes do estado e pela redução da emigração de pernambucanos que, por sua vez, pode estar ligada as melhorias nas condições de vida no contexto geral da região Nordeste bem como o emprego de algumas políticas públicas de transferência de renda– como o Bolsa Família – que tendem a desestimular o impulso emigratório do estado que outrora possuía um caráter menos dinâmico.

No que diz respeito a situação do domicílio (rural ou urbano) notam-se alguns diferenciais entre os dois grupos de retornados. Como mostra a tabela 11 o aumento na concentração de pessoas em áreas urbanas é evidente nos três grupos, apesar dos grupos de migrantes possuírem uma parcela maior residente em áreas urbanas do que os que nunca migraram.

² Para mais informações sobre o tema da reinserção e readaptação de migrantes de retorno ver DeBiaggi (2004), Fernandes e Nunan (2006 e 2008), Ramalho e Silveira Neto (2009), Fazito (2010), Queiroz e Ramalho (2010) e Cassarino (2013).

Tabela 11 – Situação do domicílio dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF em 2000 e 2010

Situação do domicílio	Não-Migrante		Retorno Município		Retorno UF	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Urbano	71,6	76,4	76,2	80,6	88,5	89,2
Rural	28,4	23,6	23,8	19,4	11,5	10,8
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

Para os dois grupos de migrantes especificamente, vê-se que os retornados da UF concentram-se ainda mais em áreas urbanas do que os migrantes do município, chegando a contabilizar 89,2% em 2010 ao passo que os retornados para o município de nascimento contabilizavam 80,6% no mesmo ano. Este aspecto pode ser analisado em conjunto com os dados da tabela 12 que traz a distribuição dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF em relação a sua localização dentro ou fora da Região Metropolitana de Recife (RMR).

Tabela 12 – Local de residência dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF em 2000 e 2010

Localização	Não-Migrante		Retorno Município		Retorno UF	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Região Metropolitana de Recife	37,8	41,5	17,2	17,9	34,6	34,1
Interior do Estado	62,2	58,5	82,8	82,1	65,4	65,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

A análise dos não-migrantes já demonstra o aumento da concentração populacional na RMR que contava com 37,8% da sua população residente na área metropolitana no ano 2000 e com 41,5% em 2010. No grupo dos migrantes o diferencial chama a atenção. Vê-se que a maior porcentagem – para os dois anos – de pessoas residentes no interior do estado é dos retornados ao município de nascimento com cerca de 82% em 2010, ao passo que os retornados para a UF localizam-se 65,9% no interior do estado.

Esta análise permite supor que os migrantes de retorno que optam por não voltar ao município de nascimento estão mais inclinados a buscar tanto áreas urbanas no geral quanto a se concentrarem na própria Região Metropolitana de Recife, o que pode indicar a procura por

mercados de trabalho mais amplos e dinâmicos, além da hipótese de que estes migrantes teriam uma condição maior de arcar com os custos de vida de uma localidade urbana, principalmente no que diz respeito a RMR.

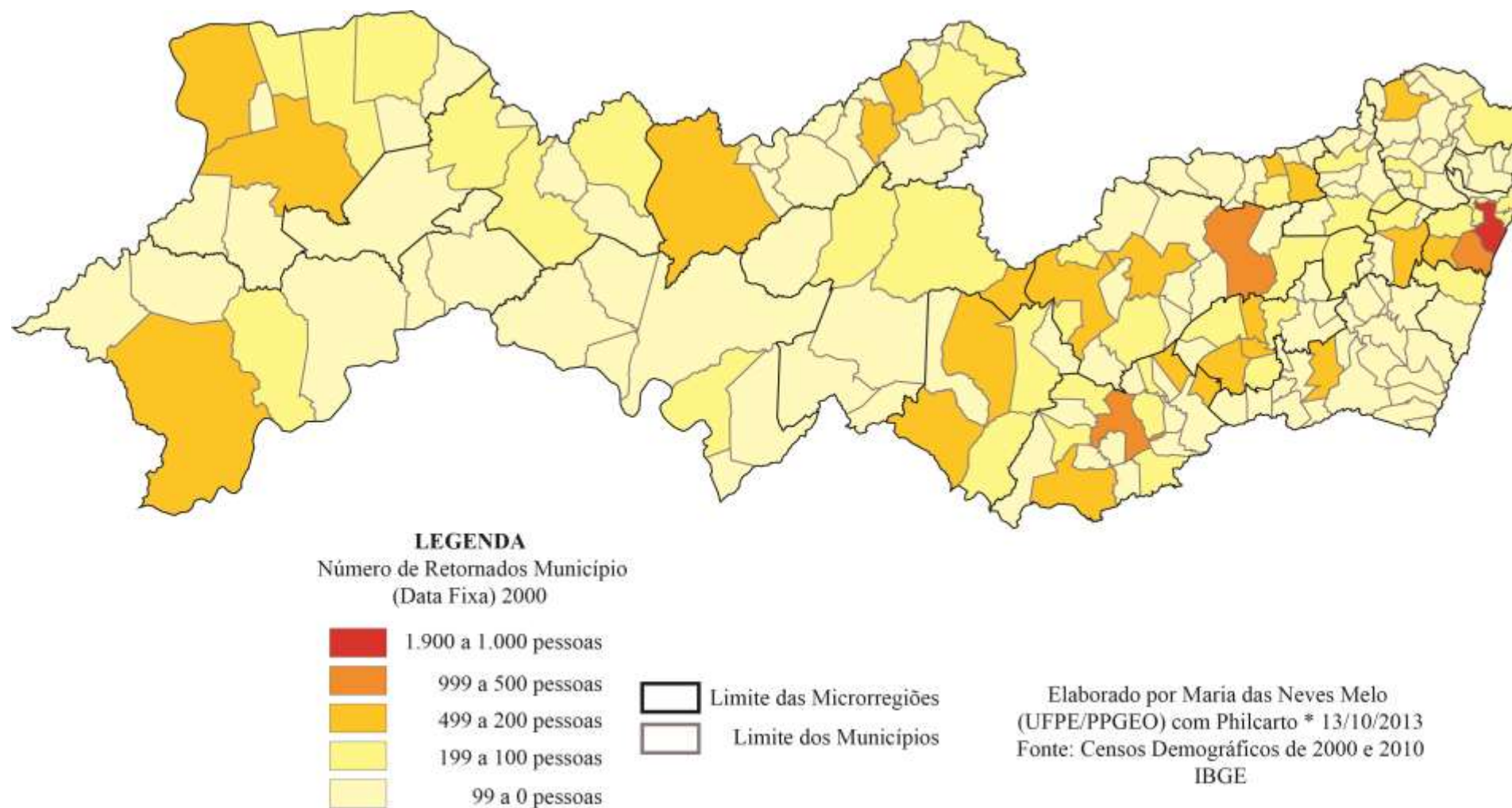
As figuras 7,8,9 e 10 expõem a localização dos municípios de residência dos migrantes de retorno para o município e dos migrantes de retorno para a UF para os anos de 2000 e 2010³. As figuras 7 e 8 trazem os retornados do estado de São Paulo para o município de nascimento em Pernambuco nos anos 2000 e 2010, respectivamente. É possível observar a concentração de retornados na microrregião metropolitana de Recife, especialmente na capital e em Jaboatão dos Guararapes nos dois anos, além do aumento na concentração de retornados para o Cabo de Santo Agostinho no ano de 2010.

É importante lembrar que, apesar da tabela 12 informar que cerca de 82% dos retornados para o município residem no interior do estado, a maior concentração de pessoas reside na cidade de Recife, enquanto que o resto deste grupo está espalhado pelas diversas cidades do interior do estado. Em 2010 o número total de retornados do estado de São Paulo para o município de nascimento em Pernambuco era de 16.690 mil pessoas (tabela 10), dos quais 17,9% residiam na RMR, ou seja, 2.981 mil pessoas. Desse total, 1.327 mil pessoas residiam na cidade de Recife e as outras 15.663 mil pessoas (o número total subtraído dos residentes em Recife) se encontravam distribuídas pelo resto do estado.

No ano 2000 essa distribuição se dava em concentrações maiores, que podem ser identificadas nas faixas entre 499 – 200 pessoas na figura 7, enquanto que em 2010 a concentração de pessoas nesta faixa tende a diminuir em função da própria redução do fluxo no total. Não obstante, as maiores concentrações de pessoas nos dois anos se dão na região do sertão, nos municípios de Petrolina, Araripina, Serra Talhada e Ouricuri. Na região Agreste as maiores concentrações estão nos municípios de Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Arcoverde e Garanhuns.

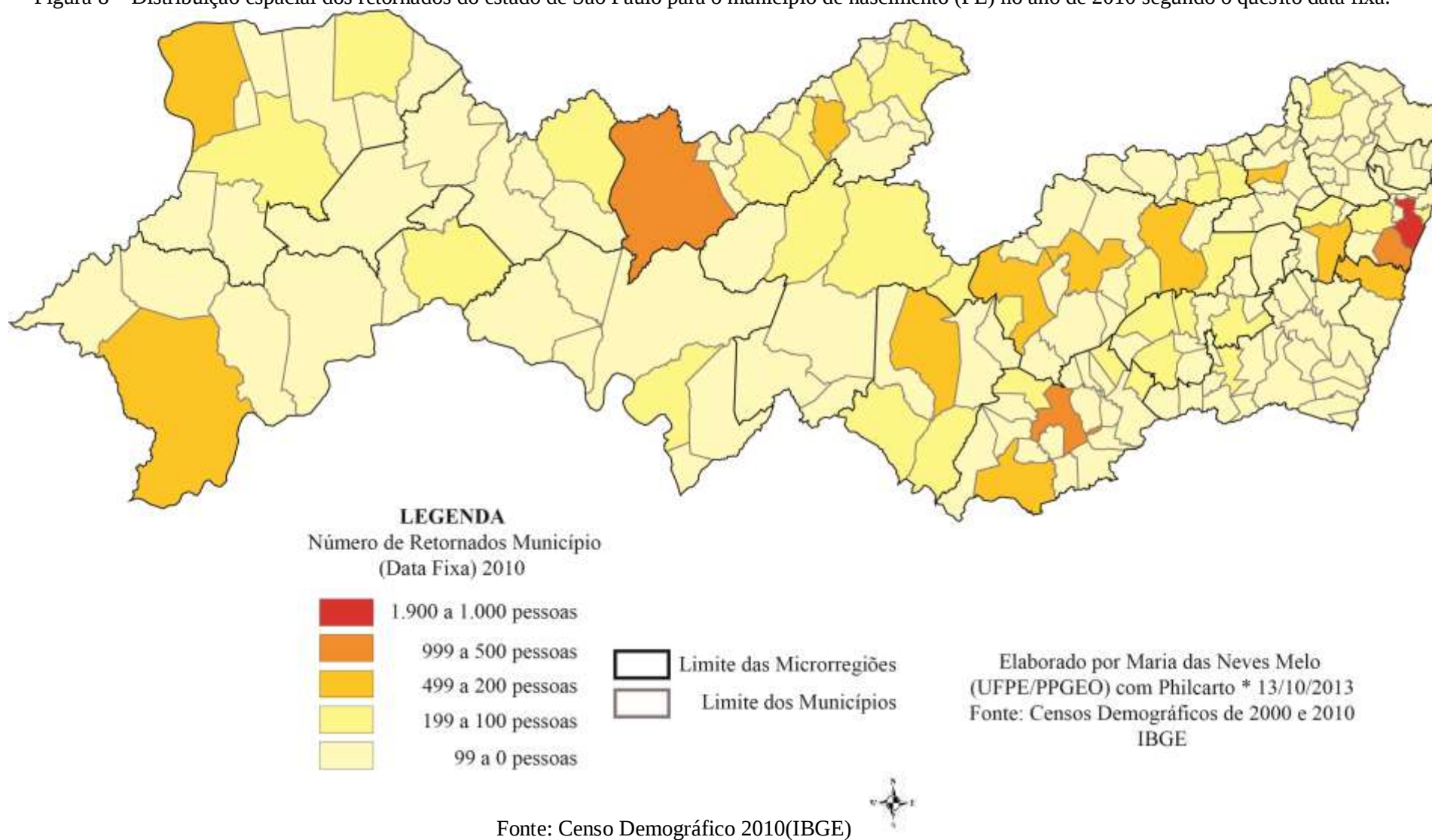
³ Para auxiliar a interpretação das figuras 7,8,9 e 10 utilizar o mapa com o nome dos municípios indicados no estado de Pernambuco que pode ser encontrado no anexo 3. A figura 4 também pode ser utilizada para orientação.

Figura 7 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para o município de nascimento (PE) no ano de 2000 segundo o quesito data fixa.



Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Figura 8 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para o município de nascimento (PE) no ano de 2010 segundo o quesito data fixa.



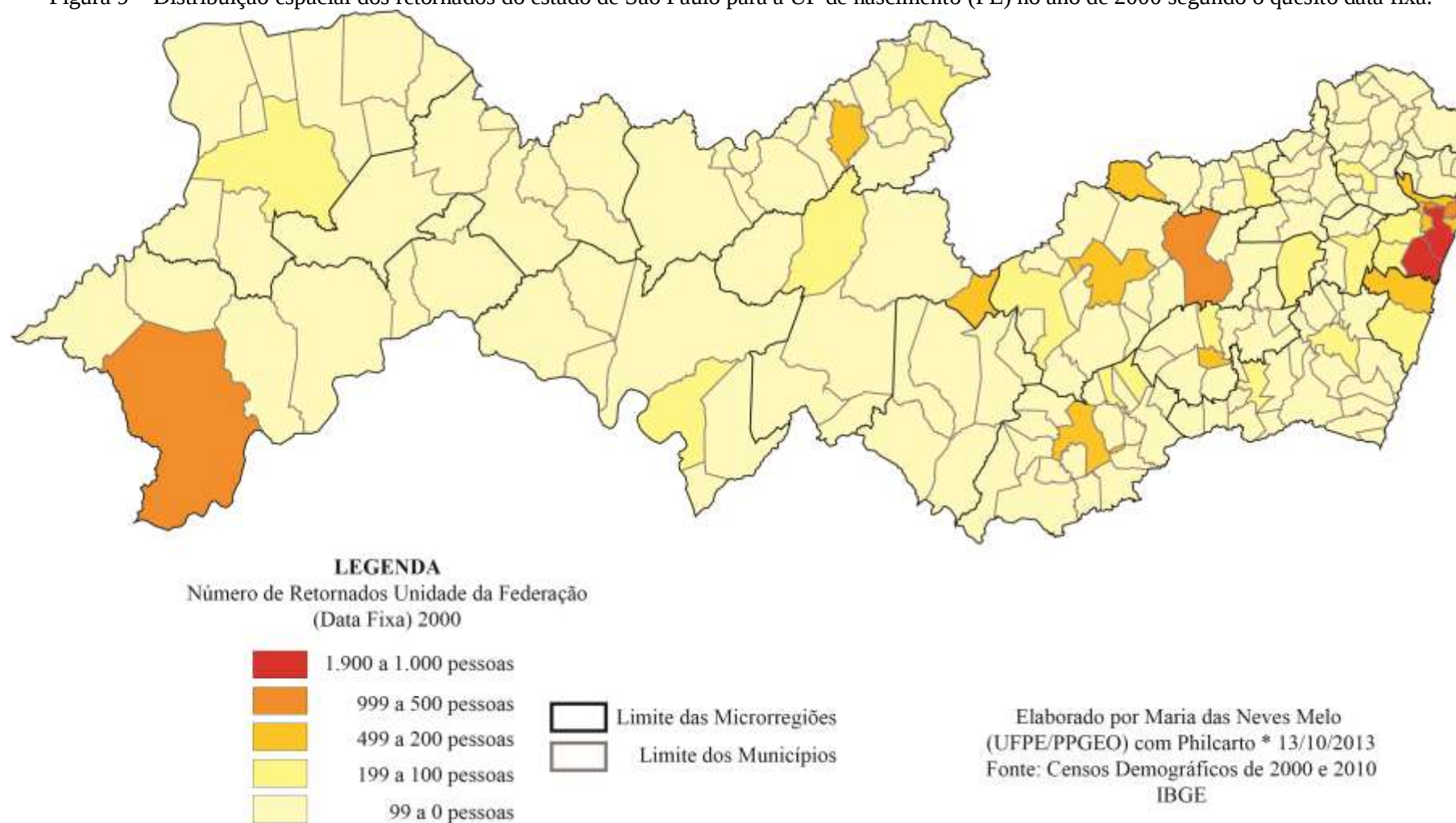
Nas Figuras 9 e 10 tem-se a distribuição dos retornados do estado de São Paulo para a UF de nascimento em 2000 e 2010 respectivamente. A primeira distinção que se pode observar deste grupo em relação aos retornados do município é a diminuição do número de cidades com migrantes de retorno, ou seja, o que se pode perceber é que há uma concentração de pessoas em municípios específicos. No ano de 2000 (figura 9) são contabilizados 5 municípios com concentrações de retornados da UF nas faixas de 500 a 1.900 mil pessoas, sendo eles: Petrolina, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Recife e Paulista.

Em 2010 nenhum município apresenta a faixa de 1.900 mil a 1.000 mil pessoas (figura 10) em função da redução no volume total da migração deste grupo. No entanto, 4 municípios ainda permanecem entre os que possuem maior concentração de retornados para a UF: Petrolina, Caruaru, Recife e Jaboatão dos Guararapes. Algumas concentrações diminuíram em 2010 – como Afogados da Ingazeira, Pesqueira e Belo Jardim – e outras aumentaram de tamanho no mesmo ano como Toritama, Serra Talhada e Ibimirim.

De forma geral, em 2010, as concentrações para o grupo dos retornados da UF ficaram um pouco mais especializadas. Não obstante, todos os municípios citados desde do ano 2000 já constituíam lugares de economia dinâmica com grandes áreas urbanas e setores de comércio e serviços mais amplos. Esta especialização faz com que suba o custo de vida nestas áreas o que dá suporte a hipótese de que os migrantes retornados que escolhem residir em um município diferente do de nascimento, tendem a escolher os locais de economia mais dinâmica, podendo arcar com os custos de vida mais altos dos grandes centros, incluindo a Região Metropolitana do Recife.

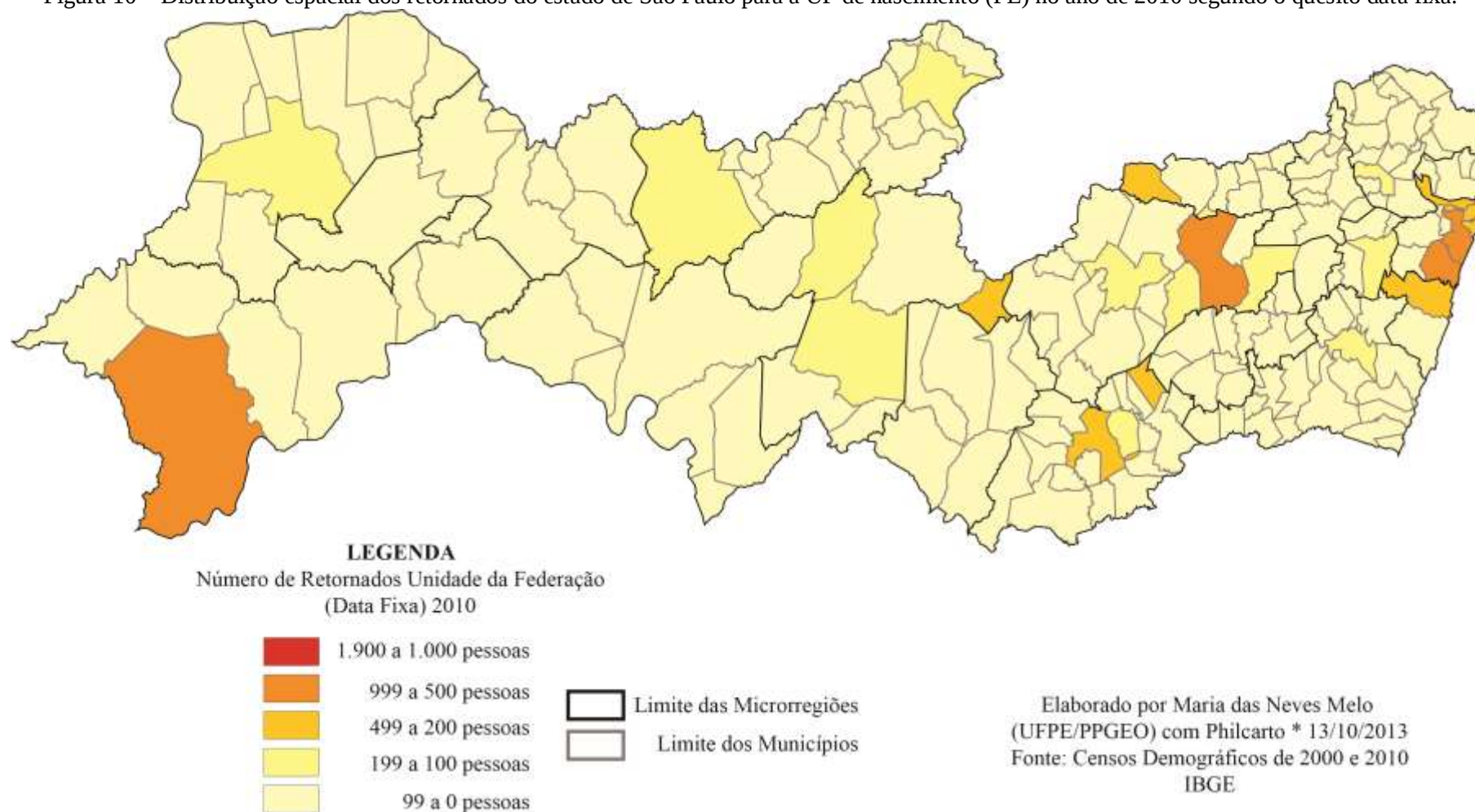
Com a análise das demais variáveis socioeconômicas dos grupos dos retornados como nível de instrução, renda e setor de atividade, será possível observar como se dá a especialização dos perfis entre os dois grupos.

Figura 9 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para a UF de nascimento (PE) no ano de 2000 segundo o quesito data fixa.



Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Figura 10 – Distribuição espacial dos retornados do estado de São Paulo para a UF de nascimento (PE) no ano de 2010 segundo o quesito data fixa.



Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)



3.3 Quem são os retornados? Perfil socioeconômico e ocupacional da população migrante de retorno (município e UF de nascimento) em 2000 e 2010

O perfil socioeconômico e ocupacional dos migrantes de retorno e dos não-migrantes foi construído com base em algumas variáveis manipuladas no banco de dados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010. Algumas destas variáveis foram expostas de forma direta – da mesma maneira que são respondidas nos Censos – e algumas tiveram de sofrer adaptações, tanto em relação a sintetização de alguns dados em faixas (como no caso das faixas de salário mínimo) quanto no que diz respeito a reconfiguração de algumas variáveis que acrescentavam ou retiravam categorias na mudança dos Censos (como os níveis de instrução que tiveram de ser adaptados para que pudesse haver comparabilidade).

A fim de avaliar – em parte – a estrutura familiar dos grupos em questão, foi utilizada a variável de “relação com o responsável pelo domicílio” em 2000 e 2010 (tabela 13). A análise deste quesito permite identificar a participação percentual dos chefes de família, cônjuges ou companheiros, filhos, agregados e outros parentes que residem no domicílio.

Tabela 13 – Relação com o responsável pelo domicílio dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF em 2000 e 2010

Relação com o responsável pelo domicílio	Não-Migrante		Retorno Município		Retorno UF	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Agregado	0,5	0,7	0,5	0,4	1,5	1,8
Cônjuge, companheiro (a)	13,6	16,1	17,7	21,6	22,9	25,3
Filho (a)	55,1	44,6	36,6	25,6	24,9	19,8
Outros parentes	12,2	14,9	11,1	11,5	11,0	11,6
Responsável	18,6	23,7	34,1	40,8	39,6	41,5
Total Absoluto	5.353.410	5.796.613	20.900	16.689	15.322	11.712
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

Observando-se a tabela 13 é possível perceber a grande distinção entre os dois grupos de retornados e os grupo dos que nunca migraram. No grupo dos não-migrantes, 55% das pessoas declararam ser filhos do responsável pelo domicílio em 2000 e 44,6% em 2010. A resposta para esse comportamento está na análise da estrutura familiar, vejamos um exemplo:

em um domicílio A residem um chefe de família, seu cônjuge ou companheiro e três filhos, neste caso, o maior percentual vai ser o de pessoas respondendo que são filhos do responsável pelo domicílio, e é este comportamento que pode ser identificado nos dados da tabela 13 (no grupo dos não-migrantes).

A configuração da estrutura familiar dos migrantes de retorno é um pouco distinta. Vê-se que, tanto para os retornados do município quanto para os da UF, a categoria com maior percentual nos dois anos analisados é a do próprio responsável pelo domicílio, exceto o grupo dos retornados para o município no ano 2000 que possuíam 36,6% dos membros da família sendo filhos dos responsáveis ao passo que 34% eram os próprios responsáveis.

Em 2010, os retornados do município contabilizaram 40,8% do total de indivíduos como responsáveis pelo domicílio, e os retornados para a UF contaram com cerca de 41% como responsáveis pelo domicílio. Este resultado é esperado, tendo em vista que a maioria das pessoas que migram são os chefes de família em busca de melhores condições de vida, enquanto que o resto da unidade familiar migra para acompanhá-lo.

Um dado que atesta este comportamento pode ser identificado na PNAD de 2001, onde foi incluída na sessão de migração a pergunta do motivo da migração que pode ser observado na tabela 14.

Tabela 14 – Motivo principal da mudança dos indivíduos que realizaram algum movimento migratório (para outro município ou para outra UF ou país estrangeiro) em Pernambuco, 2001

Motivo principal da mudança para este município (PNAD 2001)	Porcentagem (%)
Acompanhar a família	53,4
Dificuldade no relacionamento familiar	2,5
Estudo da própria pessoa	1,3
Moradia	13,1
Outro motivo	11,8
Saúde da própria pessoa	1,8
Trabalho da própria pessoa	16,2
Total	100

Fonte: PNAD 2001 (IBGE)

Enquanto que apenas o chefe de família responde que migrou por conta de trabalho – contabilizando 16,2% dos indivíduos em 2001 no estado de Pernambuco – o resto da família

responde que migrou para acompanhar o chefe, representando cerca de 53% dos indivíduos em 2001.

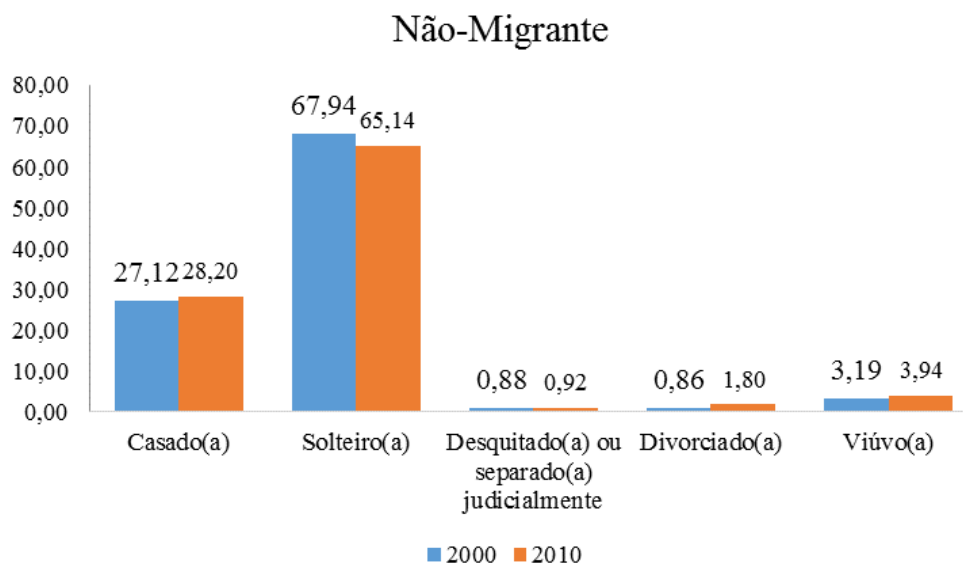
No entanto, voltando a análise da tabela 13 é possível perceber que as famílias dos retornados tendem a contabilizar menos filhos. Isto pode se dar em função de dois fatores ,além do processo de envelhecimento populacional citado anteriormente: o primeiro diz respeito ao grupo de migrantes no geral que, normalmente, se encontram nas faixas de idade produtiva e ainda sem filhos, ou com apenas um filho; o segundo fator se relaciona com o fato de que os filhos deste migrantes que já nasceram em outras Unidades da Federação não são contabilizados como migrantes de retorno – porque não foram registrados no estado de Pernambuco – mas sim como imigrantes, indivíduos que nasceram em outros estados e que retornam a terra natal dos pais, fortalecendo os chamados efeitos indiretos da migração de retorno (GARCIA E SOARES, 2005).

Complementando a análise da estrutura familiar tem-se a variável de estado civil dos não-migrantes, retornados para o município e retornados para a UF em 2000 e 2010 (gráficos 3,4 e 5 respectivamente). A importância de se analisar esta variável justifica-se em função da influência das condições socioeconômicas na demanda pelo acesso a justiça em questões referentes a nupcialidade uma vez que “(...)quanto mais baixo o nível socioeconômico, menor é a chance de uma pessoa interpor uma ação na justiça. ” (ZARIAS, 2008, p. 19). Para se formalizar uma união ou separação no âmbito da justiça são necessários gastos com os custos processuais que parte da população não tem condições de arcar.

O gráfico 3 expõe o estado civil dos não-migrantes do estado de Pernambuco nos anos 2000 e 2010. Nota-se que o número relativo de solteiros diminuiu – apesar de se manter elevado em relação ao número relativo de casados – passando de 67,9% em 2000 para 65,1% em 2010, enquanto que o grupo dos casados cresceu de 27,1% em 2000 para 28,2% em 2010.

É importante mencionar que dentro do estado civil “solteiro” também estão aqueles indivíduos que só realizaram a união na forma religiosa, o que, segundo a visão legal, não se enquadra como um casamento civil, aumentando assim o número de pessoas nesta categoria.

Gráfico 3 – Estado civil dos não-migrantes do estado de Pernambuco em 2000 e 2010

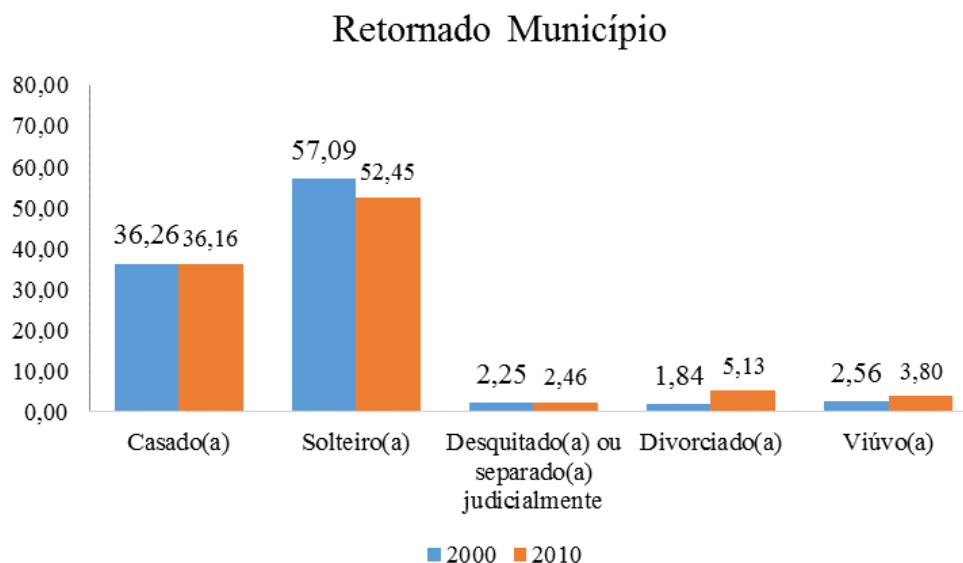


Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

Todas as categorias são formais perante a lei, ou seja, para estabelecer um matrimônio, se divorciar, e até mesmo declarar a viuvez (para fins de recebimento de pensões ou heranças) é necessário acessar a justiça. Esse acesso envolve desde os custos processuais mais básicos até o possível pagamento de honorários a advogados, custos estes que as populações com renda mais baixa muitas vezes não têm condições de arcar, e por esse motivo acabam procurando menos a justiça para resolver suas questões (ZARIAS,2008).

Este fator pode ser observado nos gráficos 4 e 5 que trazem, respectivamente, o estado civil dos retornados do município e dos retornados da UF em 2000 e 2010. A proporção de pessoas casadas nos dois grupos é maior do que o das pessoas que nunca migraram chegando a contabilizar cerca de 10% de diferença percentual em relação aos não-migrantes. No entanto, é na categoria de solteiro que se encontra a maior parte da população retornada, fato que é de se esperar, uma vez que, as faixas em idade produtiva (predominantes em grupos de migrantes) são também compostas em sua maioria por pessoas solteiras.

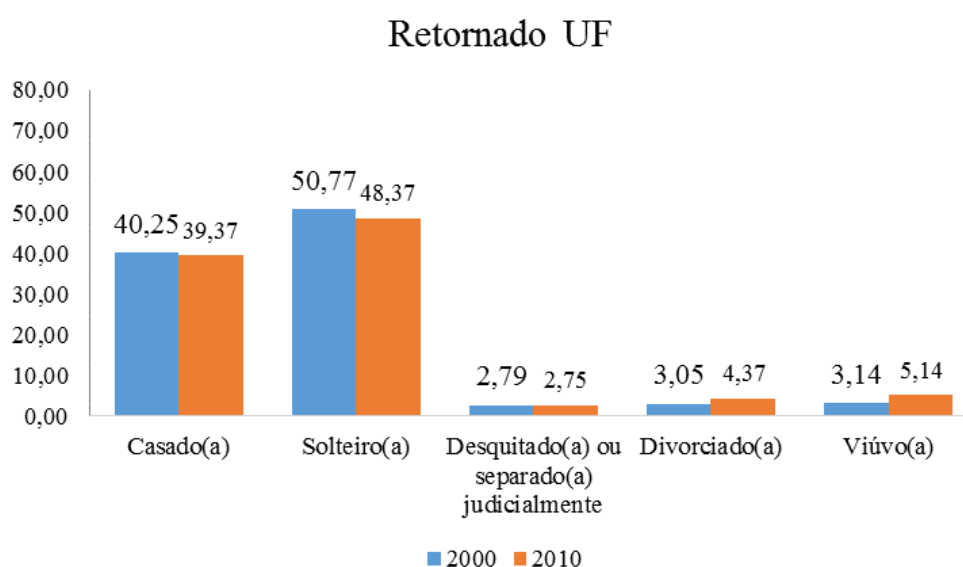
Gráfico 4 – Estado civil dos retornados do município do estado de Pernambuco em 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

Por sua vez, a categoria que mais chama a atenção é a dos divorciados contabilizando 5,1% nos retornados do município em 2010 e 4,3% nos retornados da UF do mesmo ano, enquanto que no grupo dos não-migrantes este número não alcança nem 2%.

Gráfico 5 – Estado civil dos retornados da UF do estado de Pernambuco em 2000 e 2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

Este dado é importante porque o estado civil de divorciado é um dos que mais atesta o acesso a justiça uma vez que para se separar judicialmente um casal deve arcar com os custos deste processo, além de muitas vezes, precisarem custear advogados para auxiliar na partilha dos bens. É também por conta deste último fator que se encontram mais pessoas divorciadas nas faixas de renda mais alta.

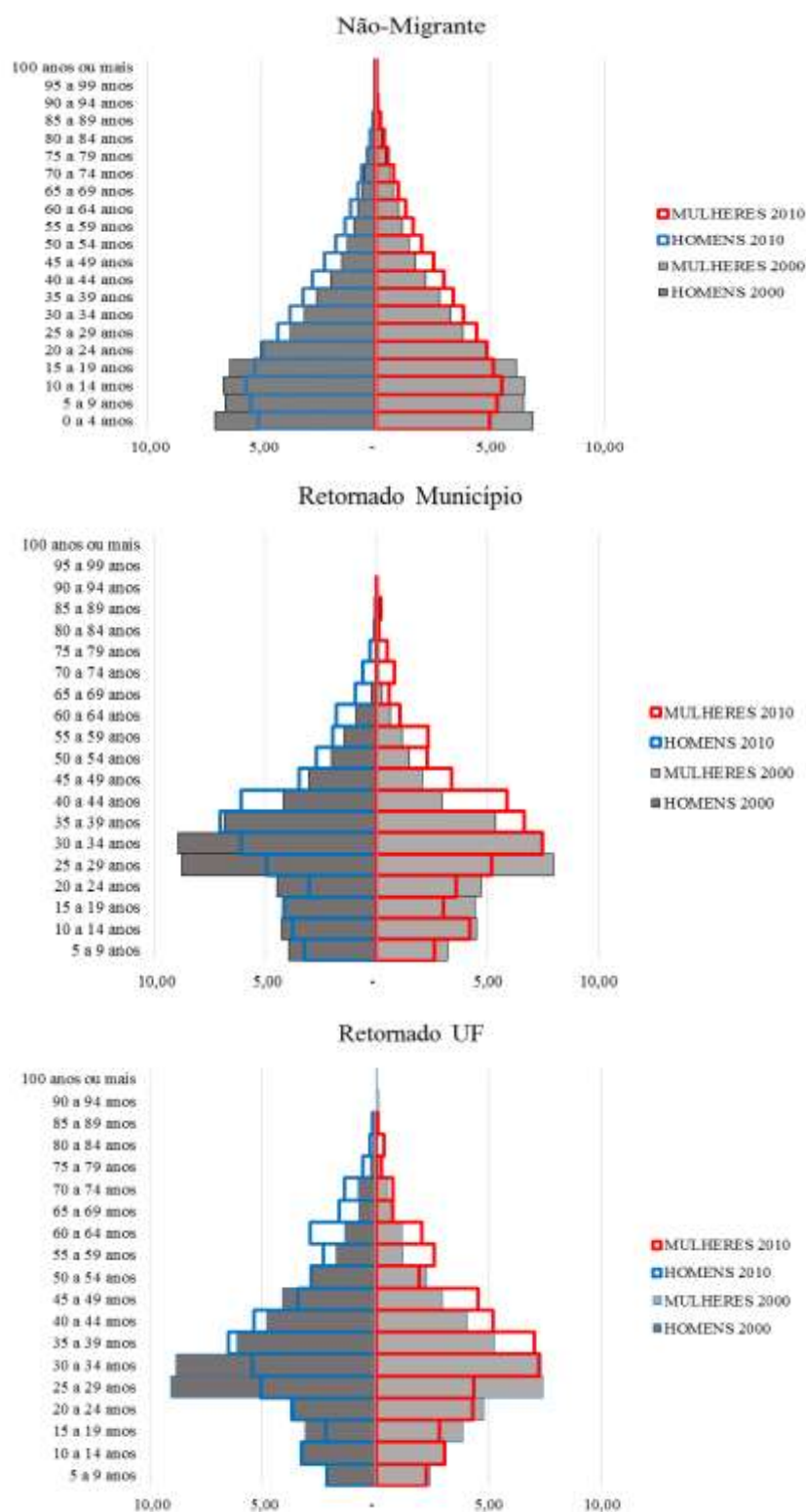
Este resultado permitiria supor que o grupo dos retornados possuiriam, no geral, uma renda superior a dos não-migrantes, variável que será analisada mais adiante. Enquanto a estrutura familiar seria plausível afirmar que grande parte dos retornados – tanto do município quanto da UF – se deslocam em grupos familiares de, pelo menos, duas pessoas (em função do percentual de casados dos dois grupos), sem contar com filhos e agregados que já foram observados na tabela 13.

3.3.1 Sexo/idade

Para análise de sexo/idade foram elaboradas pirâmides etárias dos não-migrantes, retornados para o município e dos retornados para a UF de Pernambuco nos anos de 2000 e 2010 (figura 8). As pirâmides são construídas com base nas variáveis de “sexo” e “idade em anos completos”, sendo esta última organizada em faixas etárias de 5 em 5 anos, de 0 a 100 anos ou mais. No entanto, para o grupo dos retornados, a primeira faixa – que compreenderia os indivíduos de 0 a 4 anos de idade – não é contabilizada, uma vez que, para esta pesquisa, foi utilizado o quesito data fixa que pressupõe a resposta pelo local de residência em 5 anos anteriores ao Censo aplicado, e que ainda não teriam nascido na data fixa (em 31/07/1995 para o Censo 2000 e 31/07/2005 para o Censo 2010).

Nas pirâmides da figura 8 constam os dados para 2000 e 2010, estando os dados do ano 2000 representados nas barras preenchidas de tons de cinza e os dados de 2010 representados pelas linhas vermelhas (mulheres) e azuis (homens). A sobreposição das duas informações auxilia na visualização da evolução do processo.

Figura 11 – Pirâmides etárias dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

Para analisar a dinâmica exposta nas pirâmides da figura 8 é importante entender como se dá o processo da transição da estrutura etária da população brasileira. A partir dos anos 1940 e 1950 o Brasil começou a experimentar um aumento na taxa de natalidade, em função da queda da mortalidade e manutenção da fecundidade, tendo como resultado o rápido crescimento de uma grande parcela de população jovem. Posteriormente, já na década de 1960, as classes mais altas da sociedade (em especial as regiões mais desenvolvidas do país) começaram a apresentar uma redução na fecundidade, processo que se generalizou rapidamente, desencadeando o fenômeno da transição da estrutura etária (CARVALHO E WONG, 2008).

Este fenômeno pressupõe o crescimento proporcional da população mais velha em função da redução da fecundidade (o que resultaria na redução das faixas mais jovens) e com um ritmo de crescimento muito baixo. Este fenômeno pode ser observado na pirâmide etária do Brasil tendo em vista que “o formato, até então extremamente piramidal, da estrutura etária começou, então, de sua base, a desaparecer, anunciando um rápido processo de envelhecimento e uma distribuição praticamente retangular, no futuro.” (CARVALHO E WONG, 2008, p. 598).

É possível observar sinais deste processo na primeira pirâmide, que expõe os dados da população não-migrante. A população segue os padrões nacionais em relação a estrutura etária, onde observa-se o encolhimento da base da pirâmide – faixas etárias mais jovens – ao passo que as faixas altas vão se ampliando, caracterizando o fenômeno da transição da estrutura etária. Nota-se ainda a maior parcela de mulheres em relação aos homens nos dois anos analisados.

As pirâmides etárias da população migrante são sempre distintas das da população que nunca migrou, principalmente em função do caráter seletivo da migração, que tende a concentrar o maior número de pessoas em idade produtiva e em busca de melhores ofertas de trabalho e de condições de vida. Este processo pode ser observado claramente nas duas últimas pirâmides da figura 8, que trazem a distribuição etária e por sexo dos retornados do município e dos retornados da UF, respectivamente.

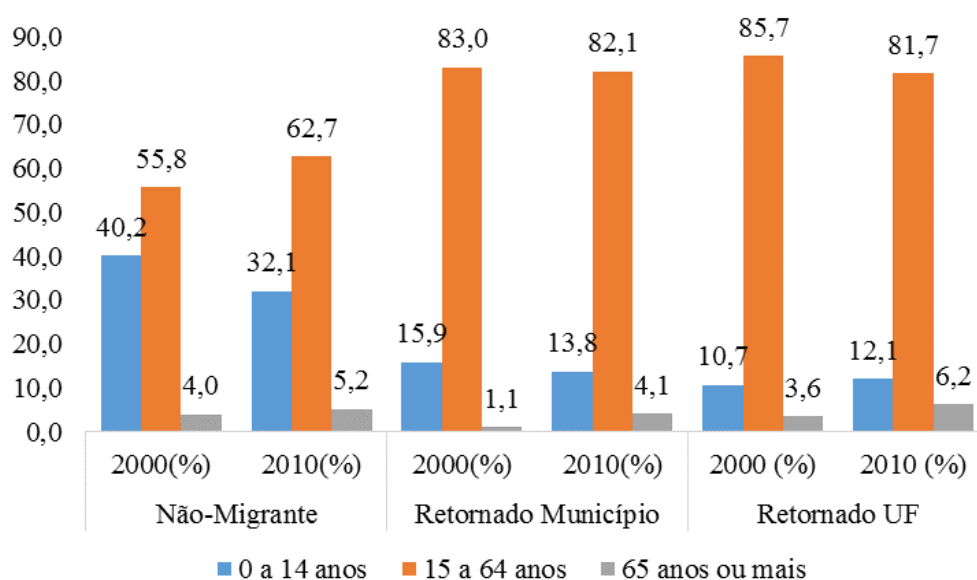
Vê-se que no ano 2000 a concentração de pessoas nas faixas produtivas – entre 25 e 45 anos – se mostrava muito maior do que em 2010. Esta redução se dá em função da redução no volume total da migração de retorno, bem como pelo aumento das faixas de idade mais altas. Observa-se com clareza a redução das faixas mais jovens nos dois grupos – desde os 5 até os 24 anos – e o alargamento dos percentuais das faixas médias e altas, a partir dos 34 até os 74

anos, principalmente no que diz respeito as mulheres que são maioria entre o grupos dos retornados.

A distinção entre os dois grupos pode ser notada tanto nas faixas mais jovens (entre 5 e 24 anos) quanto nas mais altas (entre 40 e 79 anos). Observa-se que desde do ano 2000 os retornados por município apresentam mais pessoas nas faixas e idade produtiva e menos pessoas nas faixas citadas anteriormente, em contrapartida, os retornados da UF possuem, desde o ano 2000 uma concentração mais relevante nestas faixas, o que pode ser um indicador de que os retornados da UF são , em geral, mais velhos do que os retornados para o município de nascimento.

Para auxiliar a visualização deste processo tem-se o gráfico 6 que traz os não-migrantes, os retornados do município e os retornados da UF em 2000 e 2010 divididos em faixas etárias de acordo com a metodologia do cálculo de razão de dependência que representa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Gráfico 6 – Faixas de idade dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

Vê-se que o grupo dos migrantes concentra muito mais indivíduos nas faixas produtivas do que os não-migrantes, que por sua vez concentram muito mais pessoas nas faixas mais jovens. O fato em comum que pode ser percebido em todos os grupos é a redução das faixas mais jovens, processo resultante da redução dos níveis de fecundidade o que leva à diminuição das taxas de natalidade, e, conseqüentemente a diminuição da participação da população mais jovem. Em contrapartida, a população mais velha experimenta a elevação de sua participação relativa, combinada ao aumento do seu volume total.

Finalmente, é possível observar que os retornados para a UF contabilizam mais pessoas nas faixas mais altas contando em 2010 com 6,2% da sua população na faixa de 65 anos ou mais, o que pode ser representado pelos migrantes de retorno mais antigos que podem ter deixado o estado de Pernambuco a mais tempo.

3.3.2 Nível de Instrução

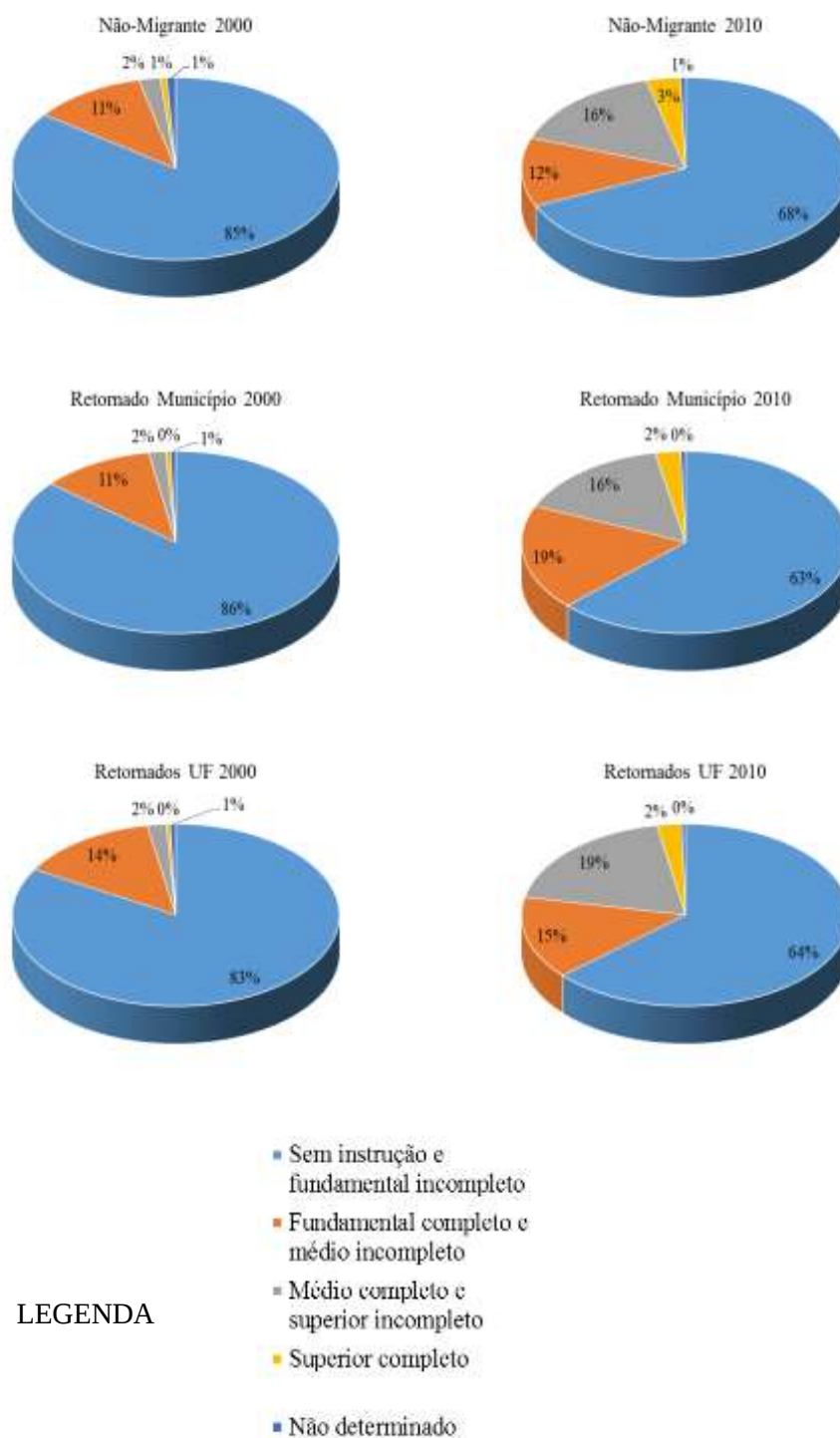
A variável de nível de instrução foi manipulada de forma a possibilitar a comparação de dados entre os Censos analisados, uma vez que o Censo 2000 possui a variável de “anos de estudo” e o Censo 2010 possui a variável “nível de instrução”. Esta última é dividida em cinco categorias sendo elas: sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio incompleto e superior incompleto, superior completo e não determinado⁴. A metodologia utilizada para a comparação dos dados entre os Censos consistiu no enquadramento da variável “anos de estudo” (Censo 2000) dentro das categorias de nível de instrução utilizadas no Censo 2010.

A informação de nível de instrução – especialmente quando analisada junto a informação de renda – permite conhecer em um nível mais aprofundado o perfil socioeconômico de uma população, tendo em vista que variáveis desse tipo são ideais para se analisar o nível de desenvolvimento humano, levando em consideração a inserção do indivíduo no mercado de trabalho por meio de um maior nível de escolaridade.

⁴ O termo “incompleto” encontrado nas categorias de nível de instrução refere-se tanto ao fato do indivíduo ter deixado a escola antes do término da série, quanto ao fato de o mesmo ainda estar cursando o ano letivo ou o semestre universitário.

Escolaridade e renda são duas variáveis que podem ser analisadas em conjunto, tendo em vista sua correlação observada principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, onde o ensino público ainda não consegue garantir uma educação básica de qualidade, estimulando as classes de renda média e alta a procurarem o ensino privado. A figura 9 expõe os níveis de instrução dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco nos anos de 2000 e 2010.

Figura 12 – Níveis de instrução dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

No geral, para os três grupos analisados, é possível observar a evolução da escolaridade em função do aumento do contingente populacional nas séries mais elevadas. O

aumento no nível de escolaridade é um processo que pode ser observado em escala nacional. A queda na taxa de analfabetismo bem como o aumento na média de anos de estudo vem sendo identificados com mais evidência desde os anos 2000 (IBGE, 2012).

Os não-migrantes contabilizavam 85% de seus indivíduos na categoria de sem instrução e fundamental incompleto no ano 2000, tendo reduzido este percentual para 68% em 2010. Este processo também é reflexo do aumento da entrada de jovens do ensino médio, tendo concluído o ensino fundamental, fator que pode ser observado pelo aumento de 2% no ano 2000 para 16% em 2010 da categoria de médio completo e superior incompleto, atestando a entrada de mais pessoas no ensino superior.

Apesar dos avanços na escolaridade dos não-migrantes, são os grupos dos retornados que apresentam os maiores níveis de instrução. Vê-se que, tanto os retornados do município quanto os da UF contabilizaram em 2010 níveis de escolaridade mais altos dos que os que nunca migraram. Os retornados para o município de nascimento chegam a possuir um perfil mais semelhante aos do que nunca migraram, apesar de contabilizarem um número maior de pessoas com o ensino fundamental completo e médio incompleto (19% em 2010 em comparação aos 12% dos não-migrantes no mesmo ano).

Os retornados da UF possuem a maior parcela de pessoas com o ensino médio completo e superior incompleto (19% em 2010), e, conseqüentemente, contabiliza menos pessoas na faixa do fundamental completo e médio incompleto do que os retornados para o município (15% em 2010). Esta análise permite verificar que os retornados da UF possuem um nível de escolaridade ainda maior do que os que retornam para o município de nascimento.

Com a análise dos fatores de trabalho, renda e setor de atividade abordados nos tópicos a seguir será possível verificar se de fato a escolaridade e nível de renda são associados no que diz respeito a migração de retorno, além de identificar os diferenciais entre os retornados ao município de nascimento e dos retornados a UF.

3.3.3 Trabalho e Renda

Para a análise dos fatores de trabalho e renda foi aplicado um filtro nos bancos de dados dos Censos de 2000 e 2010 para os três grupos abordados na pesquisa. Este filtro consiste em levar em consideração apenas os indivíduos com 20 anos ou mais de idade,

representando o início da idade produtiva e o fim do ciclo escolar até o ensino médio. Por este motivo, os totais absolutos das tabelas e figuras a seguir são distintos dos anteriores.

A tabela 15 apresenta os não-migrantes, retornados do município e retornados da UF com 20 anos ou mais de idade divididos entre os que possuíam trabalho remunerado nas semanas de referência dos Censos em 2000 e 2010 e os que não possuíam. A diferença entre os grupos de retornados é relativamente pequena nos dois anos, computando alguns pontos percentuais a mais do que os que nunca migraram na categoria dos que não possuíam trabalho em 2010.

Ainda assim, o percentual de pessoas sem trabalho remunerado chama a atenção, uma vez que já foram excluídas da análise as pessoas com menos de 20 anos, o que significa que grande parte da população em idade produtiva se encontrava sem trabalho remunerado na semana de referência dos Censos.

Tabela 15 – Não-migrantes, retornados do município e retornados da UF com 20 anos ou mais de idade e que possuíam ou não trabalho remunerado nas semanas de referência dos Censos em 2000 e 2010

	Não-Migrante		Retornado Município		Retornado UF	
Trabalho remunerado na semana de referência do Censo	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sim	45,10	49,64	42,24	46,58	45,77	47,59
Não	54,90	50,36	57,76	53,42	54,23	52,41
Total absoluto	2.532.895	3.331.828	15.780	13.193	12.621	9.707
Total %	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

É também importante observar a redução no percentual de pessoas que declararam que não possuíam trabalho remunerado entre os anos 2000 e 2010 em todos os grupos – e a consequente subida dos que declararam que possuíam trabalho remunerado – apesar deste número ainda se manter bastante elevado levando-se em consideração ainda que estão computados nesta variável as pessoas com 60 anos ou mais que podem declarar não possuir trabalho remunerado em função do recebimento de pensões ou auxílios de outra natureza, fator que pode ser analisado na tabela 16.

Tabela 16 – Não-migrantes, retornados do município e retornados da UF com 20 anos ou mais de idade e que eram ou não aposentados de instituto de previdência oficial nos Censos 2000 e 2010

	Não-Migrante		Retornado Município		Retornado UF	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Aposentado de Instituto de Previdência oficial						
Sim	13,2	15,6	8,2	14,5	9,5	17,7
Não	86,8	84,3	91,8	85,5	90,5	82,3
Total Absoluto	2.532.895	3.331.828	15.780	13.193	12.621	9.707
Total (%)	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

O aumento no número de aposentados em todos os grupos é também um reflexo da transição da estrutura etária da população brasileira, o crescimento no total de idosos provoca a ascensão da classe de aposentados. No entanto, algumas distinções podem ser observadas nos grupos dos retornados.

Apesar da elevação do número de aposentados tanto nos retornados do município quanto da UF, são estes últimos que apresentam a maior porcentagem, tendo contabilizado 9,5% em 2000 em relação aos 8,2% dos retornados do município e, já em 2010, contou com 17,7% de aposentados enquanto que os retornados ao município contabilizavam 14,5%. Este fator pode também ser justificado em função do maior número de idosos ser encontrado nos retornados da UF.

Para os indivíduos que declararam que possuíam trabalho remunerado na semana de referência dos Censos foi analisada a sua condição neste trabalho (Tabela 17). Percebe-se que, neste caso, o total absoluto muda novamente uma vez que só estão sendo analisadas as pessoas de 20 anos ou mais que responderam que tinha trabalho remunerado, apresentando um número reduzido de indivíduos em relação ao total. Estes totais serão os mesmos na análise por faixa de renda de salário mínimo e setor de atividade.

Tabela 17 – Condição no trabalho dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco com 20 anos ou mais de idade (2000 – 2010)

Condição no trabalho	Não-Migrante		Retornado Município		Retornado UF	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Conta própria	30,4	25,5	45,6	34,7	39,4	31,2
Empregado com carteira de trabalho assinada	33,8	46,1	15,1	33,5	23,1	35,5
Empregado sem carteira de trabalho assinada	33,6	27,1	36,8	30,3	34,5	29,9
Empregador	2,2	1,3	2,5	1,5	3,1	3,4
Total Absoluto	1.142.409	1.653.834	6.665	6.145	5.776	4.620
Total %	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

As categorias utilizadas nesta variável sofreram alterações com a mudança dos Censos, por este motivo foi feita uma adaptação para que houvesse comparabilidade entre os dados de 2000 e 2010 resultando nas categorias expostas na tabela 17, sendo estas: empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada, conta própria e empregador.

Na categoria “conta-própria” consideram-se as pessoas que trabalhavam explorando seu próprio empreendimento, sozinhas ou com sócio, sem ter empregado, mas que podiam contar com ajuda de trabalhador não-remunerado, e, consideram-se na categoria “empregador” as pessoas que trabalhavam explorando seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

No ano 2000 o grupo dos não-migrantes apresentava uma divisão relativamente equilibrada entre as categorias dos com carteira assinada (33,8%), sem carteira assinada (33,6%) e conta própria (30,4%) restando 2,2% na categoria dos empregadores. Em 2010 observa-se um incremento na categoria dos com carteira assinada, processo que pode ser justificado pelo crescimento dos empregos públicos e ainda do aumento da fiscalização na área trabalhista, que por vezes, em função de organizações sindicais, procuraram garantir os direitos e regulamentar algumas atividades como dos serviços domésticos, trabalhos elementares da construção civil, ou trabalhos agrícolas, atividades tipicamente ocupadas por migrantes nordestinos, e que ainda não eram fortemente regulamentadas no ano 2000.

Nos grupos dos retornados a concentração da categoria dos sem carteira assinada representa um dos maiores percentuais no ano 2000, ficando atrás apenas dos indivíduos que declararam trabalhar por conta própria. Isto pode ser um reflexo da não regulamentação de

algumas atividades, bem como da existência de uma grande parcela destes grupos trabalhando no setor informal. Esse número se reduz em função do aumento em 2010 dos trabalhadores com carteira assinada.

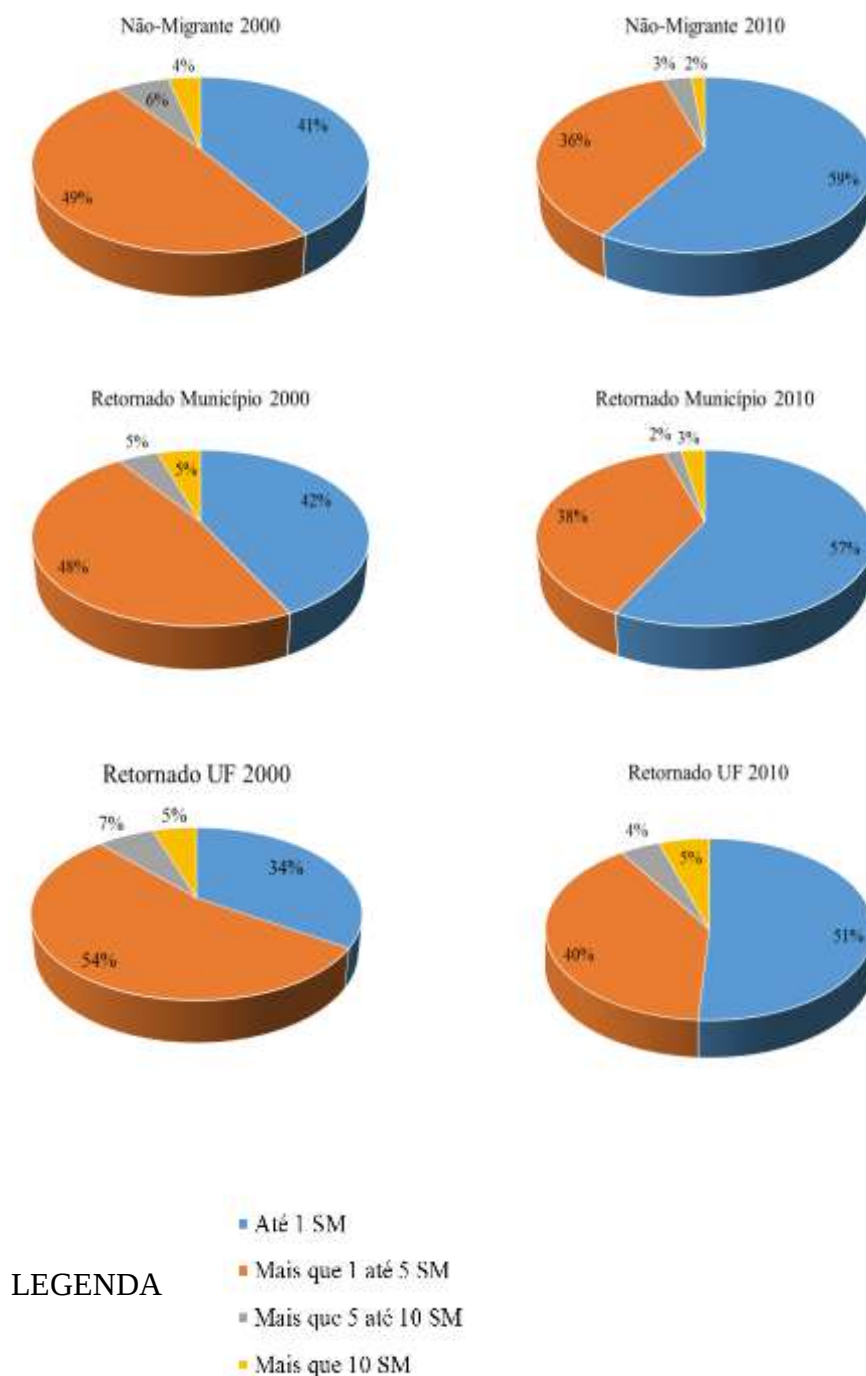
Ainda assim, algumas distinções entre os dois grupos de migrantes podem ser observadas. Em 2010 a maior parcela dos retornados para o município de nascimento se declararam trabalhadores por conta própria (34,7%), enquanto que os retornados para a UF se encontravam, em sua maioria, empregados com carteira assinada (35,5%). Apesar de pequena a diferença pode ser justificada pelo setor de atividade que cada grupo de migrante se encontrava, processo que também justifica a maior percentual da categoria “empregador” nos retornados para a UF, variável que será analisada mais adiante.

A figura 10 apresenta as faixas de renda de salário mínimo (SM) dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco em 2000 e 2010. Para análise por faixas de renda de salário mínimo⁵ deve se levar em consideração a distinção nos valores em reais observados nos dois momentos selecionados. Durante a realização do Censo demográfico do ano 2000, o salário mínimo era de R\$ 151,00 reais; no Censo de 2010, o valor era de R\$ 510,00 reais.

Para a construção das faixas de salário mínimo foi utilizada a variável “total de rendimentos em todos os trabalhos”, comum nos Censos de 2000 e 2010. Esta variável é representada apenas pela parcela da população que tinha 20 anos ou mais de idade e possuía trabalho remunerado na semana de referência do Censo. As faixas são: até 1 salário mínimo, mais que 1 até 5 salários mínimos, mais que 5 até 10 salários mínimos e mais que 10 salários mínimos.

⁵ As faixas de salário mínimo não estão condicionadas a existência de uma carteira de trabalho assinada. Para este trabalho servem apenas como base metodológica para estruturação da análise de rendimentos.

Figura 13 – Faixas de renda de Salário Mínimo (SM) dos não-migrantes, retornados do município e retornados da UF do estado de Pernambuco (2000 – 2010)



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE)

Antes de mais nada é importante entender que a diferença nos valores reais dos salários nos dois anos condiciona os resultados. Vejamos um exemplo: um indivíduo A que tinha um rendimento mensal no ano 2000 de mais que 1 até 5 salários mínimos, poderia estar

contabilizando um ganho de mais de R\$151,00 reais até R\$755,00 reais. No ano de 2010, um indivíduo B que também se encontraria na faixa de 1 até 5 salários mínimos, teria um ganho mensal que poderia variar entre mais de R\$510,00 reais até R\$2.550,00 reais. Por este motivo encontramos as maiores parcelas dos três grupos em 2010 ocupando a faixa de até 1 salário mínimo.

Além deste fator, mais uma vez, a regulamentação de algumas atividades propiciaram o aumento relativo da classe trabalhadora que recebe até 1 salário mínimo. Em relação aos grupos dos retornados, vê-se claramente que os mesmos possuem faixas de renda mais altas do que as dos não-migrantes.

Os retornados para o município de nascimento apresentam em 2010 uma caracterização semelhante ao dos que nunca migraram, ainda assim, com níveis de renda mais altos como é o caso da faixa de mais que 10 salários mínimos, onde os retornados contam com 3% e os não-migrantes com 2%. A parcela dos que ganham mais 1 até 5 salários mínimos também é maior nos retornados para o município (38%) do que a dos não-migrantes (36%).

No entanto, a informação que chama mais atenção é a do grupo dos retornados para a UF. Vê-se que desde de o ano 2000 este grupo apresenta as maiores parcelas da população nas faixas de renda mais alta. A maior parte destes migrantes se concentram nas faixas de até 1 a 5 salários mínimos, todavia, em 2010, 5% dos retornados para a UF contabilizavam um ganho de mais que 10 salários mínimos. Os fatores relativos a renda serão mais bem especificados a seguir, na análise dos setores de atividade em que se enquandram os grupos abordados.

3.3.4 Setor de atividade

Segundo a metodologia do Censos Demográficos de 2000 e 2010 a variável de atividade é obtida por meio da finalidade ou ramo do negócio, da empresa, ou da entidade em que a pessoa trabalhava. Para aqueles trabalhadores que se declararam por conta própria, a classificação é feita de acordo com a ocupação exercida, ou seja, a função, cargo, profissão ou ofício exercido. Os setores de atividade identificados nos Censos são classificados utilizando-se a Classificação de Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar.

São identificadas mais de 220 atividades no Censo 2000 e mais de 240 no Censo 2010, por este motivo, foram selecionadas apenas as dez atividades que concentravam a maior

parcela da população dos três grupos, além da décima primeira categoria identificada como “demais atividades” onde serão somadas todas as atividades que não compõe as dez com maior participação. Esta metodologia viabiliza a análise uma vez que praticamente divide a população em dois grupos: aqueles que se encontram nas dez maiores atividades e aqueles que se encontram distribuídos entre as outras diversas atividades⁶.

Nas tabelas 18 e 19 encontram-se os setores de atividade dos não-migrantes do estado de Pernambuco nos anos de 2000 e 2010 respectivamente. O crescimento das áreas urbanas e a crescente especialização do trabalho observada na última década estimula a concentração de pessoas nos setores de comércio e serviços, processo que pode ser identificado na população não-migrante. No ano 2000 o setor de cultivo de lavouras temporárias (9,8%) e de milho (7,3%) representavam as duas maiores concentrações populacionais, seguido pelo setor de serviços domésticos (5,8%) e construção de edifícios e obras de engenharia civil (4,0%).

Tabela 18 – Setor de atividade dos não-migrantes do estado de Pernambuco (2000)

	Não-Migrante
Setor de Atividade	2000
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	9,84
Cultivo de milho	7,38
Serviços domésticos	5,89
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	4,07
Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	3,71
Educação regular, supletiva e especial pública	3,59
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,58
Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	2,73
Cultivos agrícolas mal especificados	2,66
Silvicultura e exploração florestal	0,25
Demais Atividades	56,31
Total Absoluto	1.142.409
Total (%)	100

Fonte: Censo Demográfico de 2000(IBGE)

Em 2010, parte dessa configuração muda, tendo como maior concentração o setor de lavoura não especificada (11,0%), que pode consistir em produção de lavouras temporárias ou permanentes.

⁶ Esta proporção pode ser observada, em média, em todas as tabelas dos setores de atividades, contabilizando valores entre 43,5% na mais baixa e 58,5% na mais alta concentração das demais atividades.

Tabela 19 – Setor de atividade dos não-migrantes do estado de Pernambuco (2010)

Setor de Atividade	Não-Migrante 2010
Lavoura não especificada	11,07
Serviços domésticos	6,13
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,76
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	3,42
Atividades de comércio não especificadas	3,33
Atividades de construção não especificadas	3,17
Serviços especializados para construção	2,73
Pré-escola, ensino fundamental	2,68
Cultivo de milho	2,64
Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	2,58
Demais Atividades	58,50
Total Absoluto	1.653.834
Total (%)	100

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE)

É também observado o crescimento do setor de serviços domésticos (6,1%) estimulado pelo aumento da urbanização o que, conseqüentemente, eleva a procura por serviços deste tipo. No geral, permanecem entre os maiores setores o de administração do estado e da política econômica, alguns setores vinculados a educação e atividades de comércio no geral.

As tabelas 20 e 21 trazem as concentrações dos setores de atividade dos retornados ao município de nascimento em 2000 e 2010. É possível perceber que, no ano 2000 o grupo dos retornados para o município apresentava as maiores concentrações nos setores de atividade agrícola o que corrobora com a distribuição espacial observada em tópicos anteriores onde foi visto que a maioria dos retornados para o município de nascimento voltam para cidades do interior do estado, concentrando a maior parte do setor agrícola do estado, além dos serviços de construção de edifícios e obras de engenharia civil.

Tabela 20 – Setor de atividade dos retornados do município do estado de Pernambuco (2000)

	Retorno Município
Setor de Atividade	2000
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	9,74
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	8,23
Cultivo de milho	7,63
Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	6,62
Serviços domésticos	6,23
Transporte rodoviário de passageiros	4,70
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,05
Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	3,50
Transporte rodoviário de cargas - exceto de mudanças	3,22
Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal	2,51
Demais Atividades	43,57
Total Absoluto	6.665
Total (%)	100

Fonte: Censo Demográfico de 2000(IBGE)

Em 2010 pode se observar o crescimento da concentração de retornado do município no setor de serviços domésticos (8,13%) em maior parte representado por mulheres que, provavelmente, se encontravam no mesmo setor de atividade quando residiam no estado de São Paulo. A concentração nas atividades de construção em geral e comércio de alimentos também aumentaram em 2010, e em contrapartida, as atividades de cultivo de milho e lavouras temporárias apresentaram redução, tendência que se justifica em função da maior procura por atividades no setores de comércio e serviços, que apresentam mais ofertas de trabalho e melhor remuneração do que o setor agrícola.

Tabela 21 – Setor de atividade dos retornados do município do estado de Pernambuco (2010)

	Retorno Município
Setor de Atividade	2010
Lavoura não especificada	10,15
Serviços domésticos	8,13
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,28
Serviços especializados para construção	5,14
Cultivo de milho	4,27
Atividades de construção não especificadas	3,62
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	3,46
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	3,28
Atividades de comércio não especificadas	3,05
Transporte rodoviário de passageiros	2,80
Demais Atividades	49,82
Total Absoluto	6.145
Total (%)	100

Fonte: Censo Demográfico de 2010(IBGE)

Na análise dos maiores setores de atividade dos retornados para a UF algumas distinções já podem ser vistas em relação aos retornados para o município de nascimento. Já no ano 2000 os retornados da UF concentravam a maior parte do seu contingente nos setores de comércio e serviços como pode ser observado na tabela 22.

Tabela 22 – Setor de atividade dos retornados da UF do estado de Pernambuco (2000)

	Retorno UF
Setor de Atividade	2000
Serviços domésticos	7,98
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	7,65
Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados	7,38
Transporte rodoviário de passageiros	5,39
Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	5,03
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	4,69
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,19
Transporte rodoviário de cargas - exceto de mudanças	3,17
Confecção sob medida de artigos do vestuário e acessórios	3,08
Cultivo de milho	2,92
Demais Atividades	48,54
Total Absoluto	5.776
Total (%)	100

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (IBGE)

Os três maiores setores de atividade encontram-se em porcentagens equilibradas sendo estes: serviços domésticos (7,98%), construção de edifícios e obras de engenharia civil (7,65%) e comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados (7,38%). Um outro dado importante a ser observado é a concentração de retornados da UF no setor de confecção sob medida de artigos do vestuário e acessórios (3,08%), possivelmente encontrados em maioria na microrregião do Vale do Ipojuca que compreende os municípios do chamado Polo de Confecções do Agreste como Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe (o que pode ser observado na figura 10).

Finalmente na tabela 23 vê-se que, em 2010, os retornados da UF permaneciam concentrados em maioria no setor de serviços domésticos (7,32%) e em serviços de construção civil, seguido pelos setores de comércio de alimentos e restaurantes. No geral, os retornados da UF concentram-se mais especificamente em atividades relacionadas a áreas urbanas, fator que pode estar vinculado a sua distribuição espacial que pode ser novamente analisada na figura 10.

Tabela 23 – Setor de atividade dos retornados da UF do estado de Pernambuco (2010)

	Retorno UF
Setor de Atividade	2010
Serviços domésticos	7,32
Serviços especializados para construção	6,02
Atividades de construção não especificadas	5,39
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,98
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	4,80
Lavoura não especificada	4,47
Transporte rodoviário de passageiros	3,33
Comércio ambulante e feiras	3,30
Confecção sob medida de artigos do vestuário e acessórios	3,14
Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	2,84
Demais Atividades	54,40
Total Absoluto	4.620
Total (%)	100

Fonte: Censo Demográfico de 2010(IBGE)

A análise dos maiores setores de atividade combinada a observação da localização dos retornados da UF permite atestar a procura por municípios de economia mais dinâmica, concentradores de atividades urbanas e mais especializadas do que os dos retornados ao município de nascimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do comportamento das dinâmicas econômicas e sociais da região Nordeste, em especial o estado de Pernambuco, vem cada vez mais compondo as agendas de estudos econômicos vis à vis as mudanças decorrentes do processo de modernização das atividades produtivas desta região. Tais mudanças estimularam processos migratórios de retorno, caracterizados por uma população que outrora havia optado por partir da sua região em direção aos centros nacionais mais dinâmicos (em especial o estado de São Paulo) que apresentavam melhor oferta de emprego e que agora voltam aos seus lugares de origem, seja em decorrência da crise que abateu o centro dinâmico nos anos 1980-1990, seja em vista da percepção, mais recente, de que estaria emergindo em Pernambuco um ambiente economicamente mais dinâmico do que aquele que haviam deixado para trás.

Estudos de fenômenos como este só são possíveis no Brasil a partir do Censo de 1980, quando foram incluídas variáveis que permitiram a identificação do perfil do migrante de retorno. Alguns destes estudos observaram distinções quando este perfil é comparado aos de retornados em outros países, uma vez que, apesar de mais velhos, os retornados brasileiros apresentam, em média, um maior nível de escolaridade e renda, o que seria um indicador de que a migração foi bem sucedida. Como resultado, considera-se que ocorreu um ganho de habilidades durante o percurso migratório, retornado o migrante ao seu local de origem com uma maior aptidão para se inserir no mercado de trabalho (BAPTISTA, CAMPOS e RIGOTTI, 2012).

Os retornados pernambucanos nos últimos 20 anos possuem um perfil correspondente ao da maioria dos grupos de migrantes brasileiros em geral. No entanto, os perfis socioeconômicos e ocupacionais dos migrantes de retorno para o município de nascimento e para a Unidade da Federação, bem como a sua distribuição espacial, apresentaram distinções em todas as variáveis analisadas, comprovando a relevância em se analisar estes dois grupos separadamente.

Quanto à sua distribuição espacial, verificou-se que os retornados do município se encontram predominantemente no interior do estado, de onde outrora saíram os maiores fluxos em direção ao estado de São Paulo. Os retornados do município estão mais desconcentrados do que os retornados da UF, os quais localizam-se sobretudo nas áreas urbanas e mais economicamente dinâmicas, especialmente em microrregiões que fazem parte

dos chamados polos de desenvolvimento do estado, tais como: a microrregião do Vale do Ipojuca, contando com os municípios que compõem o chamado Polo de Confeções do Agreste; a microrregião de Petrolina, que agrega os municípios que fazem parte do Polo de Fruticultura Irrigada do Sertão; além da microrregião de Recife.

No geral, os retornados se encontram predominantemente nas faixas de idade produtiva, enquanto que, os retornados da UF possuem mais pessoas compondo as camadas de idade mais alta da população, conseqüentemente apresentando um maior número de aposentados por instituto de previdência oficial, do que os retornados do município.

Este fato também pode exercer certa influência nos resultados sobre níveis de instrução, que indicaram que o grupo dos retornados da UF possui níveis mais altos de escolaridade do que os retornados do município e do que os não-migrantes, o que pode estar vinculado tanto ao fato deste grupo contabilizar mais pessoas em idades mais altas, quanto ser resultado das experiências adquiridas durante a migração (CUNHA, 2006 e FAZITO, 2010).

O grupo dos retornados no geral apresentou rendimento e escolaridade maior do que os não-migrantes, sobretudo os retornados da UF, que possuem maior escolaridade e renda, frente aos retornados do município, além de se encontrarem em maior número do que os retornados do município na condição de trabalhador com carteira assinada. Esse fato também apresenta distinções na comparação dos resultados entre as duas décadas, tanto no grupo dos retornados, quanto no dos não-migrantes. No Censo 2000, este último grupo apresentava maior proporção de pessoas nas faixas de escolaridade e renda mais baixas, embora tenha sido observado aumento das duas variáveis para todos os grupos em 2010, frente a 2000.

Por fim, a análise dos setores de atividade permitiu verificar a importância dos fatores socioeconômicos na escolha dos municípios de residência e na especialização do trabalho dos retornados, uma vez que esta última estaria condicionada ao maior ou menor nível de aptidão. Sendo assim, foi possível observar a maior concentração de retornados da UF – que apresentam maiores níveis de escolaridade – em atividades urbanas tais como, comércio de alimentos e restaurantes, serviços de construção civil, transporte rodoviário de passageiros, confeções de artigos de vestuário, ao passo que os retornados do município encontram-se em atividades relacionadas à agropecuária.

Em uma análise mais aprofundada certamente permitiria identificar variações mais específicas, visto que estas concentrações de ocupações poderiam estar vinculadas aos municípios que mais atraem migrantes de retorno, inclusive na atividade de lavouras não especificadas, o que poderia estar conectado às áreas rurais dos municípios no geral.

Os diferenciais entre retornados e não-migrantes, especialmente no que diz respeito a renda e nível de instrução, levantam a questão da competitividade entre os dois grupos populacionais, sobretudo em relação à experiência do migrante na reinserção no mercado de trabalho da sua terra natal (seja para o município de nascimento, seja para o estado de nascimento).

Trata-se de questão que deve ser melhor investigada em vista dos possíveis fluxos de imigrantes oriundos de outros estados que podem ser atraídos em função das melhorias recentes na economia regional, e em especial de Pernambuco, engrossando as fileiras da oferta de trabalho cada vez mais especializado, instigando uma análise futura.

Os diferenciais nos perfis sócioeconômicos e ocupacionais dos retornados entre as décadas de 2000 e 2010 refletem a seletividade dos migrantes nos dois contextos de retorno. Os resultados referentes ao Censo de 2000 retratam a década de 1990 onde o retorno era estimulado pela queda na oferta de empregos no centro dinâmico – estando o estado de São Paulo em evidência – em consequência da crise do modelo de desenvolvimento, caracterizando um fluxo de retornados de baixa escolaridade e renda, além de um maior percentual de trabalhadores sem carteira assinada e não contribuintes de instituto de previdência privada, concentrados em setores de atividade que exigiam pouca qualificação, muitos ainda predominantemente rurais. Na década de 2000 – analisada utilizando-se o Censo de 2010 –, os dados sugerem que o retorno é estimulado mais pelo aumento no dinamismo da economia pernambucana, expresso na ampliação dos postos de trabalho especialmente urbanos, atraindo uma população com um maior nível de escolaridade e renda.

Os resultados deste trabalho indicaram a possibilidade de se utilizar o fenômeno migratório como uma ferramenta eficaz na análise da dinâmica regional, tendo em vista que as mudanças nos padrões de especialização econômica de cada lugar são fortemente condicionadas pela dinâmica de produção de riqueza, o que, associado ao caráter fluido da migração permite acompanhar os deslocamentos de capital e trabalho mais ou menos especializados. Neste sentido, a migração seria, em parte, resultado das disparidades regionais historicamente constituídas, tendo ainda um peso considerável o caráter de ator social consciente do migrante, que realiza o seu “projeto” migratório com base na expectativa de melhoria do seu contexto econômico e em redes sociais previamente estabelecidas para este fim (PEREIRA, 2013).

As mudanças recentes da economia do estado de Pernambuco e da região Nordeste, tendo em vista o aumento no número de investimentos tanto no setor econômicos quanto no social – melhorias na educação e acesso ao ensino superior – infraestrutura de transportes e

comunicação, além da abertura de postos de trabalho cada vez mais especializados, podem estimular fluxos de pessoas oriundas de outros estados – sobretudo da região Sudeste – que, possuindo um maior nível de escolaridade, podem ocupar postos de trabalho de maior remuneração, incrementando a competitividade entre os imigrantes e não-migrantes.

Sendo assim, fica evidente a necessidade de se dar continuidade aos estudos na direção da utilização do fenômeno migratório como ferramenta de análise regional, aplicando metodologias similares e cada vez mais eficazes no intuito de identificar transformações na dinâmica econômica recente e no perfil socioeconômico e ocupacional da população por meio da análise dos fluxos migratórios. Da mesma forma, ressalta-se a importância de se acompanhar a evolução do fenômeno expressa nos próximos Censos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Elizabeth P. e NOGUEIRA, Ronidalva A. M. **A volta da Asa Branca: um estudo sobre migração de retorno a Pernambuco**. Recife. Fundaj/FACEPE. 1993.

ANDRADE, Manoel C. de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6. Ed. Recife: Editora Universitária da UFPE. 1998.

ANICIO, Luciana M.; FERNANDES, Duval M. Percepção da Migração Internacional de Retorno em Poté e Botelhos após a crise mundial de 2008. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 18. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Águas de Lindóia/SP. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Sugestões de inclusão, permanência e reformulação de quesitos sobre o tema migração para o Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro. Grupo de Trabalho Migrações/ABEP, 2008.

BAENINGER, R. A. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Demografia. 1999.

BAENINGER, R. A. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16 Caxambu. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 2008. Minas Gerais: ABEP, 2008.

BAENINGER, R. A; BASSANEZI, M.S.C.B. Trajetória Demográfica no Estado de São Paulo, na capital e em outros municípios. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Campinas: ABEP, 2006.

BAENINGER, R. A. QUEIROZ, Silvana Nunes de; Tendências recentes das migrações cearenses: o caso da migração de retorno. In: Rosana Aparecida Baeninger. (Org.). **População e Cidades: Subsídios para o Planejamento e para as Políticas Sociais**. 1ª ed. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População-NEPO, 2010.

BATISTA, E. A., CAMPOS, J. e RIGOTTI, J. I.R. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 18. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Águas de Lindóia/SP. 2012.

BRITO F. **População, espaço e economia: uma perspectiva histórica**. Belo Horizonte, 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/ Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

BRITO, Fausto; GARCIA, Ricardo A.; CARVALHO, José Alberto M. de. Migrações de curto prazo nas Regiões Metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem– 1986/1991. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos

Populacionais,13, ABEP. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, MG. 2002.

CANO, Wilson; **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências; Humanas. Campinas, Tese de Doutorado,1975.

CANO, Wilson; **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1995**. 2. Ed. Ver. Aum. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

CARVALHO, José Alberto Magno de; RODRIGUEZ-WONG, Laura L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.24, n.3, pp. 597-605, 2008.

CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. **REMHU - Rev. Interdisciplinar de Mobilidade Humana. Brasília**, Ano XXI, n. 41, p. 21-54, jul. /Dez. 2013.

CUNHA, J. M. P. da. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas. UNICAMP/IFCH. Tese de Doutorado, 1994.

CUNHA, J. M. P. da. São Paulo apresenta migração negativa. **Comciência**, São Paulo, n. 07, fev. /2006.

CUNHA, Aparecido Soares da. Migração de retorno no contexto de crises, mudanças e novos desafios. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais,12, Brasil 500 anos: mudanças e continuidades. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG: ABEP 2000.

DEBIAGGI, S. D. Homens e mulheres mudando em novos espaços: Famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DEBIAGGI, S. D. e PAIVA, G. J. (Org.). **Psicologia, E/Imigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25 nº 72, fev. /,2010.

FERNANDES, A. C.; NEGREIROS, R. Desenvolvimento econômico, divisão de trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimentismo ao Plano Real. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. (org.) **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, pp. 25-56. 2004.

FERNANDES, D. M.; NUNAN, C. S. O imigrante internacional de retorno e a (re) inserção no mercado formal de trabalho. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais,15, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Campinas: ABEP, 2006.

FERNANDES, D. M.; NUNAN, C. S. A volta para a casa: a inserção do imigrante internacional de retorno no mercado de trabalho, um estudo comparativo Argentina, Brasil e Paraguai. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población,3, 2008, Cordoba. **Anais del III Congreso da ALAP**. Cordoba, 2008

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, São Paulo, Nacional, 1959.

GARCIA, R. A.; SOARES, Weber. Efeitos diretos e indiretos da migração internacional de retorno ao Brasil 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. In: Encontro Nacional sobre Migrações, 4, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro Nacional Sobre Migração**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005

GMELCH, George. Return migration. **Annual Review of Anthropology**, 9: 135-153, Nova York, 1980.

HARVEY, David, **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo - São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro. Abr./2012. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=799> > Acesso em: 29 de janeiro de 2014.

IPEADATA. Contas Regionais do Brasil. 1980,1990,2000 e 2010. Disponível em: < <http://ipeadata.gov.br> > Acesso em: 24 de junho de 2014.

JANNUZZI, P. **Migração e mobilidade social no estado de São Paulo**. Campinas, Autores Associados, 2000.

LEE, Everett S. A theory on migration. **Demography**, 3: 47-57, 1996.

LIMA, J. P. R.; SICSU, A. B.; PADILHA, Maria Fernanda F G. Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, p. 525-541, 2007.

LYRA, M. R. S. B. **O Processo de Migração de Retorno no Fluxo Pernambuco - São Paulo-Pernambuco**, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado em Demografia, 2003.

LYRA, M. R. S. B. SULANCA X MUAMBA: rede social que alimenta a migração de retorno. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, p. 144-154, 2005.

MATOS, Ralfo. Fluxos migratórios regionais no Brasil contemporâneo: descrição e análise. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. F. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

MINTER. **Plano integrado para o combate preventivo das secas no Nordeste**. Série Desenvolvimento Regional. N. 1, Brasília, Abril / 1973.

MOURA, Hélio Augusto de. As variações migratórias no Nordeste: 1940/1970. **Revista Econômica do Nordeste (REN)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Ano IV, n.14, out/dez. 1972.

MOURA, Hélio Augusto de. A identificação do migrante de retorno através da informação censitária. In: Seminário “Nordeste: diferenciais demográficos e seus determinantes”. Recife.

Anais do Seminário “Nordeste: diferenciais demográficos e seus determinantes
ABEP/Fundaj. 1984.

NOVY, A.; FERNANDES, A. C. Crise ou normalidade? Pequenas e grandes alterações político-econômicas no desenvolvimento brasileiro. In: VALENÇA, M. (org.) **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, p. 76-121.2002.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para a migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

OLIVEIRA, L. A. P. e OLIVEIRA, A. T. R. (Org.) **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Estudos & Análises – informação demográfica e socioeconômica. IBGE. Rio de Janeiro, 2011.

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais. In: PATARRA, N. e PACHECO, C. A. (orgs). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP/IE. 2000.

PEREIRA, G.G. A dinâmica migratória e o Programa Bolsa Família em Matão/SP. In: BAENINGER, R.; DEDECCA, C. (org). **Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo: processos migratórios**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

PEREIRA, Sônia; SIQUEIRA, Sueli. O papel do retorno na migração internacional brasileira: Evidência da Europa e Estados Unidos. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 18, ABEP. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Águas de Lindóia/SP. 2012.

QUEIROZ, V. S.; B. Migração Interestadual de Retorno e Autosseleção: Evidências para o Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 38, - ANPEC. **Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, Salvador, 2010.

QUEIROZ, V. S.; B; SILVEIRA NETO, R. M. Migração de Retorno e Escolha Ocupacional no Brasil. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 7, 2009, São Paulo. **Anais do VII Encontro da ABER**. São Paulo/SP. 2009.

RAVENSTEIN, e. g. The Laws of migration. **Journal of the statistical society**. 47 (pt.1): 167-227, June, 1885.

RIBEIRO, José Teixeira L.; CARVALHO, José Alberto M.; WONG, Laura R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 5. **Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu. 1996.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, 13 (número especial): 7-32, jan, 2000.

SCOTT, Russel Parry. O retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 5. **Anais do V**

Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. São Paulo. Águas de São Pedro. 1986.

SEPLAN/PR. **Projeto Áridas.** Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília, SEPLAN/PR, setembro /1994.

SIMÕES, C. (Coord.), VIANA, M.C.S, OLIVEIRA, Z.L. Migrações de retorno: Nordeste – 1974-1975. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2. **Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** São Paulo, Águas de São Pedro. 1980.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana** – Uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SIQUEIRA, Sueli; SANTOS, Mauro Augusto. Emigração, crise econômica e retorno: o caso da microrregião de Governador Valadares. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 18. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.** Águas de Lindóia/SP. 2012.

ZARIAS, A. **Das leis ao avesso:** desigualdade social, direito de família e intervenção judicial. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2008.

ANEXOS

Anexo 01 – Trecho que contém os quesitos sobre migração do questionário do Censo Demográfico de 2000 (IBGE)

[illegible]

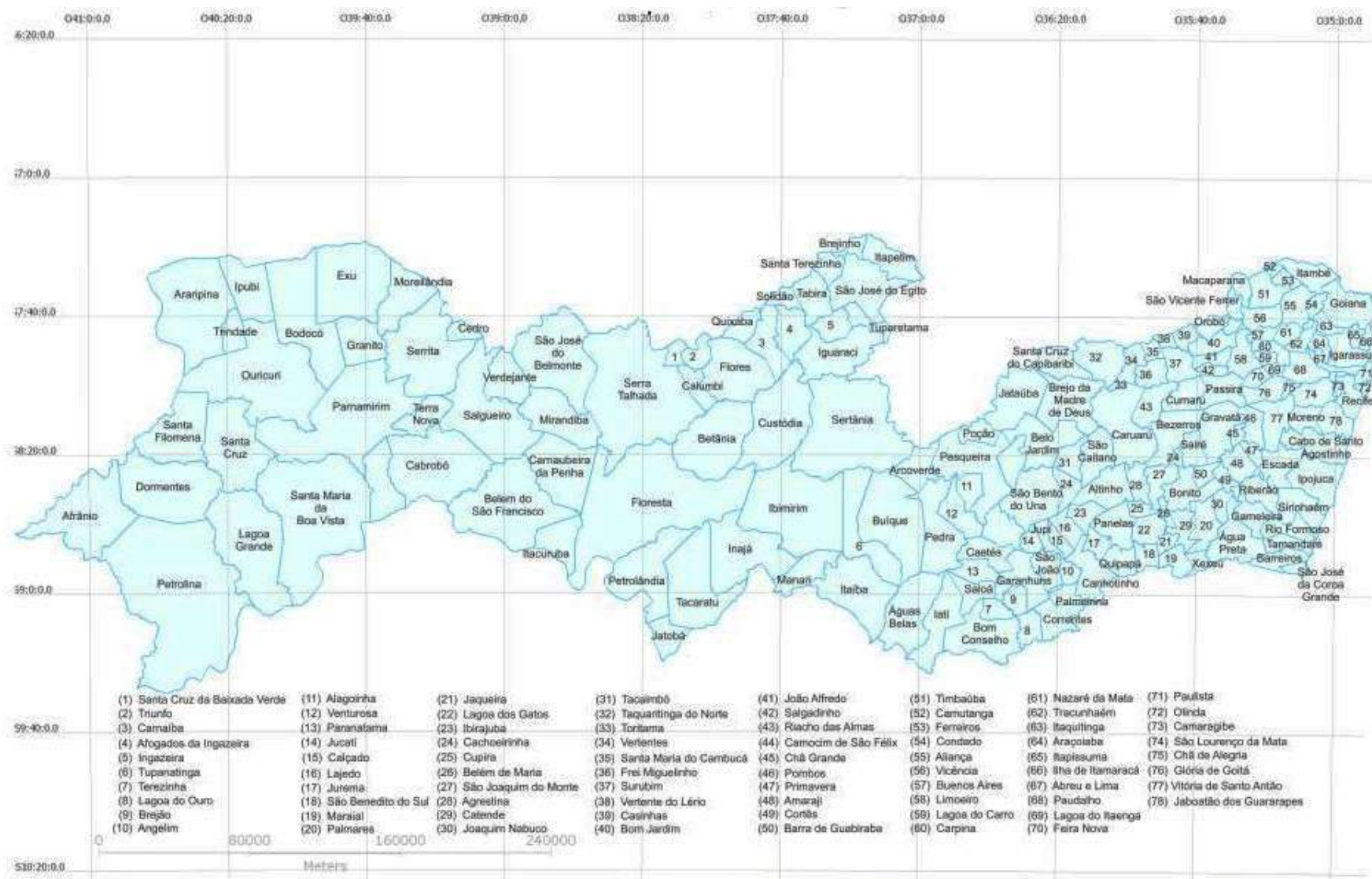
Fonte: Questionário da Amostra (IBGE,2000).

Anexo 02 – Trecho que contém os quesitos sobre migração do questionário do Censo Demográfico de 2010 (IBGE)

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL		
6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO? ☐ 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28) ☐ 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) ☐ 3 - NÃO (Siga 6.19)		
6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? ☐ 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe ao 6.24) ☐ 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe 6.23) ☐ 3 - NÃO (Siga 6.20)		
6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE? ☐ 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 6.22) ☐ 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21) ☐ 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)		
6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL? ANO Siga 6.22	6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO Siga 6.23	
6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) Siga 6.24	6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) NÚMERO DE ANOS (Se mora há menos de 10 anos, siga 6.25.) (Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Caso contrário, passe ao 6.28)	
6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 6.251 - UF 6.253 - MUNICÍPIO ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se no quesito 6.24 mora há menos de 5 anos e tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.26) (Se no quesito 6.24 mora há 5 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Se tiver menos de 5 anos de idade, passe ao 6.28)		
6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 6.261 - UF 6.263 - MUNICÍPIO ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)		
EDUCAÇÃO		
PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE		
6.27 - SABE LER E ESCRIVER? ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO Siga 6.28		
PARA TODAS AS PESSOAS		
6.28 - FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE? ☐ 1 - SIM, PÚBLICA ☐ 2 - SIM, PARTICULAR ☐ 3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (Passe ao 6.33) ☐ 4 - NÃO, NUNCA FREQUENTOU (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70) (Siga 6.29)		
PARA PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE		
6.29 - QUAL É O CURSO QUE FREQUENTA? ☐ 01 - CRECHE ☐ 02 - PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA) ☐ 03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA ☐ 04 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ☐ 05 - REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL (Siga 6.30) ☐ 06 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Passe ao 6.36) ☐ 07 - REGULAR DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.31) ☐ 08 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.36) ☐ 09 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO (Passe ao 6.32) ☐ 10 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS) ☐ 11 - MESTRADO ☐ 12 - DOUTORADO (Passe ao 6.36) (Passe ao 6.35)		

Fonte: Questionário da Amostra (IBGE,2010)

Anexo 03 – Mapa dos limites municipais do Estado de Pernambuco.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Anexo 04 – Quadro da relação dos municípios por Região de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco

RD	Região de Desenvolvimento: Agreste Central
Municípios	Agrestina, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Felix, Caruaru, Cupira, Gravatá, Ibirajuba, Jatáuba, Lagoa dos Gatos, Panelas, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Una, São Caitano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó
RD	Região de Desenvolvimento: Agreste Meridional
Municípios	Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga, Venturosa.
RD	Região de Desenvolvimento: Agreste Setentrional
Municípios	Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobo, Passira, Salgadinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambuca, São Vicente Férrer, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério, Vertentes
RD	Região de Desenvolvimento: Mata Norte
Municípios	Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitanga, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência.
RD	Região de Desenvolvimento: Mata Sul
Municípios	Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortes, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiá, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Tamandaré, Vitória de Santo Antão, Xexéu.
RD	Região de Desenvolvimento: Metropolitana
Municípios	Abreu e Lima, Aracoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Fernando de Noronha, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata.
RD	Região de Desenvolvimento: Pajeú
Municípios	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo, Tuparetama.
RD	Região de Desenvolvimento: Sertão Central
Municípios	Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova, Verdejante.
RD	Região de Desenvolvimento: Sertão de Itaparica
Municípios	Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia, Tacaratu.
RD	Região de Desenvolvimento: Sertão do Araripe
Municípios	Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade.

Fonte: Base de Dados do Estado (BDE)